

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

CAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA

**SUBALTERNO PODE ESCREVER! UMA CONTRIBUIÇÃO
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL NA OBRA DE
CAROLINA MARIA DE JESUS PARA OS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

RIO DE JANEIRO / 2020

CAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA

**SUBALTERNO PODE ESCREVER! UMA CONTRIBUIÇÃO
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL NA OBRA DE
CAROLINA MARIA DE JESUS PARA OS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

Projeto apresentado à Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

RIO DE JANEIRO / 2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

O48s

Oliveira, Carolina Guedes de.

Subalterno pode escrever! Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais / Carolina Guedes de Oliveira. – Rio de Janeiro, 2020.
113 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2020.
“Orientador: Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley”.
Referências: f. 96-102.

1. Administração. 2. Decolonialidade. 3. Interseccionalidade. 4. Mulheres negras. 5. Racismo. 6. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. I. Wanderley, Sergio Eduardo de Pinho Velho. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

CAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA

**SUBALTERNO PODE ESCREVER! UMA CONTRIBUIÇÃO
DECOLONIAL E INTERSECCIONAL NA OBRA DE
CAROLINA MARIA DE JESUS PARA OS ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio –
UNIGRANRIO, como parte dos
requisitos parciais para obtenção do
grau de Mestre em Administração.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Prof. Dra. Denise Franca Barros
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Prof. Dr. Luiz Alberto de Lima Leandro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ

*Aos meus familiares e amigos pela
compreensão das minhas ausências, pelo
apoio, pelo incentivo e todo carinho ao longo
dessa trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir seguir na caminhada, enfrentando inúmeros desafios para conquistar o meu grande objetivo no decorrer dessa trajetória.

Agradeço aos meus amigos que me apoiaram e incentivaram a todo instante: Gisele Freitas, Bruna Pereira, Morgana de Freitas, Ana Lúcia Guesine, Eduardo Camelo, Jeniffer Algharrier. Em especial, a minha amiga de estudo do programa Liliane Bello por todas as conversas, sugestões, trocas e encorajamento em seguir em frente, nos momentos mais difíceis, com o aprendizado durante todo o mestrado.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley que, pacientemente, conduziu-me com maestria na construção do meu trabalho. Gratidão por apoiar a escolha da minha temática, pelos estímulos as minhas reflexões e por todas as indicações de pesquisas, leituras e ensinamento. Muito Obrigada!

Agradeço aos meus familiares, especialmente, aos meus pais que foram indispensáveis durante todo este processo. Gratidão por todo apoio e paciência.

Agradeço aos Professores Doutor Luiz Alberto de Lima Leandro e Doutora Denise Franca Barros pela disponibilidade em aceitar o convite em comporem a banca de defesa da dissertação. Grata pelas críticas e ponderações que, certamente, contribuíram no aperfeiçoamento deste estudo.

Agradecimento especial a todas as entrevistas, que gentilmente compartilharam percepções a partir das suas experiências profissionais e pessoais vivenciadas. Decerto que esta pesquisa recebeu uma exímia contribuição.

Por fim, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unigranrio (PPGA), que colaboraram de forma ímpar para o meu desenvolvimento e crescimento acadêmico. Gratidão ao professor Marcus Brauer, que compõe o corpo docente do Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (MADE) da Universidade Estácio de Sá, pela forma de conduzir as aulas, pelo conhecimento compartilhado e pelas dicas que contribuíram muito no início da minha trajetória no mestrado.

Finalmente, a todos que de forma direta e indiretamente colaborou para a conclusão e aprimoramento deste, meus sinceros agradecimentos.

“Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora.”
Carolina Maria de Jesus (Folha da Noite, edição de 9 de maio de
1958, pág. 5)

“Eu não consigo entender... Eu tive uma oportunidade e
mesmo assim ela não me traz igualdade.”
Entrevistada 5 (Resposta referente a aplicação do roteiro de
entrevista deste estudo)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar como é possível estabelecer uma conexão através de algumas características pertinentes nas organizações contemporâneas quanto a abordagem da temática das mulheres negras por meio do estudo da interseccionalidade, como (re)produtor das desigualdades estruturais e sociais na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus. Apresentando um estudo qualitativo, com enfoque exploratório e explicativo, este trabalho visa reconstruir, através das reflexões e da prática ao pensamento decolonial, a subjetividade identitária das mulheres negras, veementemente ignoradas pela colonialidade que ainda persiste nas nossas estruturas sociais. Para tanto, considera-se como o primeiro ponto de partida deste estudo as narrativas de mulheres negras, profissionais de organizações multinacionais, cujas entrevistas foram analisadas segundo a perspectiva da interseccionalidade e da decolonialidade. Quanto à segunda etapa, compreende a legitimidade da escrita concebida por Carolina Maria de Jesus e a sua primeira obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960). Deste modo, mesmo sendo considerada subalterna, é uma produtora de conhecimento que transcreveu as condições desiguais e os preconceitos latentes no comportamento, no pensamento e no cotidiano social brasileiro. A metodologia aplicada é fundamentada no que se almeja aprender com a pesquisa, partindo da análise do conteúdo, a qual apresenta, como meios de investigação, um enfoque documental e de pesquisa de campo. Assim, as questões enunciadas na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e nas narrativas das entrevistadas levam a refletir sobre as características da decolonialidade e da interseccionalidade que estariam presentes ao longo do tempo. Através do tratamento dos dados, essas evidências categóricas identificadas passam a ser a alternativa de investigação dentro das organizações. Logo, as recompensas propostas neste estudo sugerem compreensões mais detalhadas sobre a temática, apresentando as várias dimensões abordadas por autores. Consequentemente, auxiliando na produção literária sobre a respectiva abordagem, os resultados alcançados confirmaram que mesmo vencendo algumas barreiras, ainda é possível observar manifestações racistas, classistas, sexistas e patriarcalistas no mercado de trabalho que permanecem ancoradas em experiências anteriores. Sendo assim, (re)produzidas constantemente nos processos e nas relações sociais.

Palavras Chaves: Interseccionalidade; Decolonialidade; Subalterna; Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

This study aims to investigate how it is possible to establish a connection through some pertinent characteristics in contemporary organizations regarding the approach of the theme of black women through the study of intersectionality, as (re) producer of structural and social inequalities in the work "Quarto de despejo: diário de uma favelada", by Carolina Maria de Jesus.

Presenting a qualitative study, with an exploratory and explanatory focus, this work aims to reconstruct, through reflections and practice to decolonial thought, the identity subjectivity of black women, vehemently ignored by the coloniality that still persists in our social structures. Therefore, the narratives of black women, professionals from multinational organizations, whose interviews were analyzed according to the intersectionality and decoloniality perspective, are considered as the first starting point of this study. As for the second stage, understands the legitimacy of writing conceived by Carolina Maria de Jesus and her first work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" (1960). Thus, even though she is considered a subaltern, she is a producer of knowledge that transcribed the unequal conditions and prejudices latent in Brazilian behavior, mindset and daily life. The applied methodology is based on what we aim to learn from the research, starting from the content analysis, which presents, as means of investigation, a documental and field research approach. This way, the questions mentioned in the work "Quarto de despejo: diário de uma favelada" and in the interviewees' narratives lead to reflect about the characteristics of decoloniality and intersectionality that would be present over time. Through the treatment of the data, this categorical evidence identified becomes the alternative of investigation within the organizations. Accordingly, the rewards proposed in this study suggest more detailed understandings about the theme, presenting the various dimensions addressed by authors. Consequently, assisting in the literary production on the respective approach, the achieved results confirmed that even overcoming some barriers, it is still possible to observe racist, classist, sexist and patriarchal manifestations in the job market that remain anchored in previous experiences. Therefore, they are (re) produced constantly in social processes and relationships.

Key words: Intersectionality; Decoloniality; Subaltern; Carolina Maria de Jesus

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	15
1.1 - QUESTÃO DE PESQUISA	16
1.2 - OBJETIVOS	17
1.2.1 - Geral	17
1.2.2 - Específicos	17
1.3 - DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
1.4 - RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
1.5 - ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO	20
2 – MULHERES NEGRAS E OS DESAFIOS NAS ORGANIZAÇÕES	21
3 – CAROLINA MARIA DE JESUS: A INVISIBILIDADE RETRATADA	27
4 – REFERENCIAL TEÓRICO	33
4.1 - MODERNIDADE / COLONIALIDADE / ESTUDOS SUBALTERNOS / DECOLONIALIDADE	33
4.1.1 - Modernidade / Colonialidade	34
4.1.2 - Estudos Subalternos	36
4.1.3 - Decolonialidade	38
4.2 - INTERSECCIONALIDADE: A DESIGUALDADE LATENTE NAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS E SOCIAIS.....	40
4.3 - LITERATURA SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS COM ABORDAGEM PÓS- COLONIAL E DECOLONIAL	47
5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
5.1 - CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA PESQUISA	51
5.2 - SELEÇÃO DOS LOCAIS E SUJEITO DA PESQUISA	52
5.2.1 - Seleção dos Locais	52
5.2.2 - Sujeitos da Pesquisa	53
5.3 - MÉTODO DE COLETA DE DADOS	54
5.4 - MÉTODO DE ANÁLISE	54
5.4.1 - Estratégias da Análise	55
6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	60
6.1 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	60
6.1.1 - Colonialidade do Poder	61
6.1.2 - Colonialidade do Ser	63
6.1.3 - Lugar Epistêmico e Lugar Social	66
6.1.4 - Teto de Vidro	68

6.1.5 - Interseccionalidade/Colonialidade de Gênero	69
6.1.6 - Decolonialidade	72
6.2 - ANÁLISE DA OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” ..	74
6.2.1 - Colonialidade do Poder	74
6.2.2 - Colonialidade do Ser	75
6.2.3 - Lugar Epistêmico e Lugar Social	77
6.2.4 - Teto de Vidro	79
6.2.5 - Interseccionalidade/Colonialidade de Gênero	79
6.2.6 - Decolonialidade	81
6.3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	82
6.3.1 - Questões Permanecem	84
6.3.2 - Questões Similares, que Mudaram de Padrão	86
6.3.3 - Novas Questões/Novas Manifestações da Interseccionalidade	87
6.3.4 - Questões Resolvidas	90
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
8 – REFERÊNCIAS	96
ANEXO A – Repercussão jornalística da publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus	103
ANEXO B – Repercussão jornalística após 60 anos da publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus	106
ANEXO C – Concursos de redações referente ao tema “Quarto de despejo: diário de uma favelada”	108
ANEXO D – Outras contribuições de Carolina Maria de Jesus	109
ANEXO E – Preconceitos sofridos por Carolina Maria de Jesus	110
ANEXO F – Interesse norte-americano na filmagem da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”	112
ANEXO G – Roteiro De Entrevista	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas.....	53
Quadro 2 - Etapas do processo de análise.....	56
Quadro 3 - Codificação da terceira etapa de análise.....	56
Quadro 4 - Categorias de análise.....	57
Quadro 5 - Oportunidades desiguais nas organizações.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de participação por faixa etária, segundo sexo e cor/raça (Brasil - 4º trimestre de 2016 (em %)).....	25
---	----

TRAJETÓRIA DE PESQUISA

Sou mulher branca e uma admiradora de Carolina Maria de Jesus e de toda a sua história. Desde que conheci as suas publicações e toda a sua luta para se fazer reconhecida como escritora, busquei levá-la para todos os que não a conheciam. Acredito que trazer as reflexões de Carolina Maria de Jesus é uma proposta de fazer reverberar a sua luta, sua voz e o seu espaço, que ainda insistem em não reconhecerem de fato.

Durante o processo de construção da minha dissertação procurei desenvolver uma pesquisa em que pudesse trazer Carolina Maria de Jesus para o meu trabalho. Assim, ao longo do processo de pesquisa, quando me deparei com os conceitos de colonialidade, decolonialidade e interseccionalidade, identifiquei a possibilidade de trazer Carolina Maria de Jesus a partir da sua perspectiva apresentada no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Paralelo a esta possibilidade, passei a refletir sobre a minha convivência profissional, sendo maior parte da atuação em organizações multinacionais. Sempre observei que o tratamento e as oportunidades concedidas às mulheres negras eram mais restritas. Isto ocorre no número de contratadas, nas pouquíssimas oportunidades e ascensões, na ausência quanto ao exercício da política de diversidade, na falta de representatividade, na carência de espaços de fala e nos muitos olhares “desaprovadores”.

Acredito que a abordagem das realidades de mulheres negras não pode ser observada como uma proposta de exclusão de fala que inviabiliza oportunidades de evidenciar narrativas que demonstram de fato que mulheres negras, mesmo vencendo algumas barreiras históricas, infelizmente ainda convivem com práticas sexistas, racistas, classistas e patriarcalistas. Ignorar a oportunidade de proporcionar espaços para que essas falas se tornem públicas é reforçar um silenciamento. Portanto, cabe reconhecer a necessidade de evidenciar essas narrativas que ainda não encontram chances de serem visibilizadas.

1 - INTRODUÇÃO

É a partir da análise e reflexão da condição da mulher negra no mercado de trabalho que este estudo propôs investigar as desigualdades e enfrentamentos que ainda persistem desde a colonialidade. A raça e o gênero tornaram-se condicionantes impositivas como critério para consolidação e ascensão de carreiras profissionais. Esse processo retrata a historiografia da sociedade brasileira que insiste em desfavorecer as pessoas negras, minimizando as possibilidades da diversidade no ambiente organizacional.

Identificar essa resistência, a invisibilidade e a exclusão social das mulheres negras é reconhecer que o movimento negro segue representando uma militância histórica que luta para garantir direitos e melhores oportunidades. Evidenciar essa temática significa apresentar as lacunas do racismo, do sexismo e do patriarcalismo que permanecem no cotidiano das organizações.

Diante desta perspectiva é necessário verificar a abordagem da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, que sugere neste trabalho um estudo sobre a construção da subjetividade interseccionada das mulheres negras, considerando o percurso sócio-histórico brasileiro. Para tanto, recorreu-se à conceituação da Interseccionalidade, a qual foi elaborada pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), que através de uma realidade observada identificou a existência de uma articulação envolvendo a interação de questões de gênero, de raça e de classe como um determinante para a desigualdade estrutural e, conseqüentemente, para a discriminação. Ao tornar visível esse formato de relação configurada predominantemente no mercado de trabalho, o qual é sustentado por essas questões que são mútuas e não excludentes, identifica-se em países colonizados, como o Brasil, a necessidade da representação da mulher negra na superação desta desigualdade e dos marcadores impostos e influenciados pela colonialidade ao longo da própria história brasileira.

A partir desta concepção, procurou-se reconstruir, por meio de reflexões e da prática ao pensamento decolonial, a subjetividade identitária das mulheres negras, veemente ignorada pela colonialidade. Assim, recorreremos ao poder da escrita que simbolizou uma possibilidade significativa da mulher se tornar visível,

sujeita e produtora de conhecimento, onde na maioria das vezes, apresentou nas suas narrativas um discurso protagonista de autorrepresentação. Portanto, a escrita proporcionou um reingresso das mulheres negras ao contexto social, ao passo que contribuiu e corroborou para a transformação de uma consciência coletiva, na qual passa a assumir o seu próprio local de fala.

Considerando a perspectiva apresentada, em 1960 a escritora mineira Carolina Maria de Jesus alcançou um lugar antes não ocupado: o espaço literário. Superando as questões impeditivas à sua afirmação como escritora, tornou a sua primeira obra, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, uma importante leitura sobre a representação de variados temas de caráter político e social. Ao denunciar as questões da marginalidade, das desigualdades, da miséria, da violência, da ausência das políticas públicas, da raça, do gênero, do preconceito, da violência contra a mulher, do cotidiano da periferia e das diferenças de classes, a escritora consolidou o discurso de que a mulher subalterna pode falar e ser ouvida, encontrando meios que reverbere essa proposta, como representou a escrita para a própria Carolina Maria de Jesus.

A legitimidade da escrita concebida pelos considerados subalternos, que ocupam os lugares socialmente marginalizados na história brasileira, como foi o caso da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, representa uma militância epistemológica de que este agente, visto como subalterno, é um produtor de conhecimento que transcreve as condições desiguais e os preconceitos ainda latentes no comportamento, no pensamento e no cotidiano social brasileiro.

1.1 - QUESTÃO DE PESQUISA

Este estudo propôs responder a seguinte questão: Como é possível identificar na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, características pertinentes às empresas multinacionais contemporâneas quanto à abordagem da temática das mulheres negras por meio do estudo da interseccionalidade e da decolonialidade?

Para atingir a finalidade desta pesquisa, o objetivo geral e os específicos foram descritos na sequência.

1.2 - OBJETIVOS

Considerando a problemática apresentada, esta pesquisa pretendeu alcançar os seguintes objetivos:

1.2.1 - Geral

A partir da perspectiva da interseccionalidade e da decolonialidade, investiguei na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, as características da representação da mulher negra que também pode, paralelamente, ser identificada na contemporaneidade das empresas multinacionais.

1.2.2 - Específicos

Os objetivos específicos, que resultaram no alcance do objetivo geral, são:

Primeiro: Investiguei como o processo de autorrepresentação, por intermédio da produção literária, elaborada pelo sujeito considerado subalterno, pode ser compreendido como uma militância aos determinantes sócio-históricos, que perpassam contextos e permanecem ainda latentes nos discursos e na organização das estruturas sociais;

Segundo: Realizei a análise dos escritos retratados pela autora-personagem Carolina Maria de Jesus, na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, a fim de compreender os aspectos interseccionais e decoloniais identificados no seu próprio testemunho de vida;

Terceiro: Verifiquei as nuances na abordagem da temática da mulher negra, que são identificadas tanto na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, assim como na realidade contemporânea das organizações brasileiras;

1.3 - DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A partir das propostas das abordagens que podem ser identificadas na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, pretendeu-se avaliar como é possível perceber, após 60 anos

da publicação inicial, características tão verossímeis na temática relacionada à mulher negra, que se reflete nas diversas identidades sociais que se intercalam na realidade de ser negra, provedora da sua própria família e ser mãe, vivenciando e enfrentando as mais variadas circunstâncias discriminatórias para sobreviver diante da opressão subjetiva e camuflada presente de forma estrutural no cotidiano das relações.

O estudo aplicado passou a ter direcionamento para análise do cotidiano das empresas multinacionais situadas na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, o período de coleta e análise dessas entrevistas aconteceu no segundo semestre do ano de 2020.

A delimitação teórica pressupõe uma conexão que pode ser estabelecida por intermédio da interseccionalidade e da decolonialidade, possibilitando, mediante um paralelo dos cenários avaliados, compreender como as concepções estruturais identitárias são observadas e de que forma elas se refletem nas relações sociais.

1.4 – RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A pesquisa contribuiu para a reflexão quanto à implantação e valorização efetivamente da política da diversidade nas organizações. Refletir sobre a realidade da mulher negra no mercado de trabalho é confrontar-se ainda com a presença latente do racismo, do sexismo e do patriarcalismo, que paralelamente evidenciam as dificuldades em enfrentar a ascensão nas carreiras profissionais, a mal remuneração e, principalmente, o acesso aos cargos gerenciais.

Avaliar o contexto brasileiro com todas as desigualdades sociais vivenciadas pela mulher negra, como a dificuldade em completar a escolaridade e de serem inseridas no mercado de trabalho sem a predominância do exercício das atividades de doméstica ou de babá, e assim propor mudanças, é imprescindível. Identificar nos movimentos sociais as reivindicações urgentes por mais direitos é fundamental. Tornam-se necessárias ações que revertam as situações desfavoráveis e barreiras da discriminação no mercado de trabalho, particularmente no setor privado. Buscar romper com posturas e atitudes preconceituosas nos processos seletivos, deixar de subestimar a potencialidade

de uma funcionária negra e reconhecer a importância da política de diversidade é uma contribuição que este estudo pretendeu oferecer.

A partir da representação social e identitária reproduzida pela literatura realista, denunciativa e crítica de Carolina Maria de Jesus, justifica-se a realização desse estudo salientando a importância de obras literárias não serem “marginalizadas”, mas de se tornarem valorizadas pela sua legitimidade ao engajamento com a temática social. Esse campo de pesquisa, que compreende a literatura, inaugura um lugar onde o sujeito colonizado/oprimido transcende a hegemonia cultural, viabilizando as suas experiências e reflexões a partir do seu lugar epistêmico, ou seja, sobre a perspectiva da considerada subalterna (SILVA e OLIVEIRA, 2018).

A viabilização dos pensamentos, dos discursos e das reflexões do sujeito considerado subalterno compreende uma contribuição para a proposta dos estudos decoloniais, genuinamente nacionais, como foi a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, o qual demonstra, sob a ótica da personagem-autora, as impressões quanto à realidade e as mazelas vivenciadas pelos moradores da extinta Comunidade do Canindé. Reconhecer os lugares social e epistêmico como produção de conhecimento é avançar e legitimar a subjetividade desse sujeito marginalizado (SANTOS, 2018).

Em 2020, a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, completou 60 anos de publicação. De forma impressionante, o livro ainda permanece atual com a realidade identificada nas comunidades brasileiras tão carentes de políticas públicas e de um olhar da sociedade mais humanizado para a situação lamentável de violência que vivenciam.

Ainda convém lembrar que com o tema “Uma revolução chamada Carolina”, a FLUP (Festa Literária das Periferias), no ano de 2020, prestou uma homenagem a Carolina Maria de Jesus e sua emblemática obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Em formato inédito, devido ao isolamento mundial por causa da pandemia da Covid-19, os encontros foram semanais e *on-line*, através das plataformas digitais utilizadas pela própria FLUP (Anexo B). A proposta dos encontros, que aconteceram de maio a agosto, compreendeu o debate sobre a importância do legado de Carolina Maria de Jesus, como escritora e mulher negra brasileira, que teve um destaque relevante no Brasil e

no exterior com a publicação da sua primeira obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Outro ponto importante refere-se às impressões produzidas no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, que ainda proporciona refletir sobre temas que sugestionam a realização de pesquisas, as quais possibilitam um contraponto às mais variadas experiências de mulheres que se enquadram em realidades similares no contexto das organizações, quanto ao fenômeno da interseccionalidade. Assim, é plausível corroborar com novos estudos que perfaçam o engajamento e o comprometimento notórios, como foi o de Carolina Maria de Jesus em tornar público, nos seus singelos registros, a realidade social brasileira das mulheres negras marcadas pela influência da colonialidade.

1.5 – ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

Na primeira etapa identificam-se os elementos da parte introdutória, como o problema sugestionado pela pesquisa e a sua contextualização, o objetivo geral e os específicos, a delimitação da problemática abordada e a sua relevância para os estudos organizacionais.

A segunda etapa compreende o referencial teórico, que abrange uma revisão bibliográfica sobre as dimensões das temáticas da interseccionalidade, da decolonialidade e dos estudos subalternos da pós-colonialidade, além de apresentar a escritora Carolina Maria de Jesus.

Quanto à terceira etapa, são apresentados os procedimentos metodológicos da respectiva pesquisa, identificando a trajetória percorrida para alcançar os objetivos estabelecidos.

A quarta etapa apresenta os resultados alcançados, os quais são provenientes das análises dos dados coletados nas entrevistas e no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Por fim, na quinta etapa, são expostas as considerações finais que respondem aos objetivos delineados no presente estudo.

2 – MULHERES NEGRAS E OS DESAFIOS NAS ORGANIZAÇÕES

A participação das mulheres nas organizações evidencia as desigualdades identificadas no mercado de trabalho, que permeia uma formação pautada pelos valores do patriarcalismo, do racismo e do sexismo. As oportunidades oferecidas aos homens e às mulheres denotam as questões profundamente marcadas pela colonialidade do poder e do gênero, que desfavorecem as mulheres, principalmente, as mulheres negras. Akotirene (2019, p. 62) lembra que “as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações”.

Segundo Gouvêa et al (2019, p. 125.12) as “mulheres brancas e negras ocupam posições diferenciadas, fruto de uma sociedade que ainda precisa se reconhecer segregadora”. Nas organizações identificamos uma reprodução de racismo institucional, que influenciam os processos de recrutamento e seleção, na maioria das vezes impactados pela cultura interna. Igualmente, Coutinho et al (2009, p. 30) lembra que “vivemos numa sociedade em que a cor e/ou a raça e/ou a etnia constituem-se como poderosos mecanismos de estratificação social”.

Assim, a construção da identidade da mulher negra na sociedade brasileira passou por um controle de imagens que ainda insiste em permanecer tão presente como uma espécie de marcador que pré-define os lugares, onde essas mulheres devem estar. Vale lembrar que a articulação do sexismo e do racismo, proveniente das relações entre dominador e dominado, foi a grande responsável pela determinação da localização na estrutura social, ou seja, as mulheres negras seriam reconhecidas somente como mulatas, domésticas/mucamas e mãe negras (GONZALEZ, 1984). Qualquer outro lugar a elas seria negado.

A babá não está tratada nem para abordar aspectos da sua subjetividade nem da sua inserção social. Muito menos se indaga sua presença a partir da perspectiva das crianças que viu crescer ou das mães ‘legítimas’ que nela delegaram o exercício de uma parcela importante da tarefa materna. [...]. O que se foralclui na babá é, ao mesmo tempo, o trabalho de reprodução e a negritude. (SEGATO, 2006, p. 13-14)

Verifica-se, principalmente, que o trabalho doméstico e o de babá ainda é a porta de acesso ao mercado de trabalho para maioria das mulheres negras com baixa escolaridade (FIGUEIREDO, 2018). Possibilitar melhores oportunidades de trabalho, superar essa não visibilidade e transpor as barreiras de oportunidades ao acesso à educação são causas de luta das mulheres negras ao longo da história. É necessário vencer cotidianamente as desigualdades geradas pela hegemonia patriarcal, sexista e da opressão ideológica racista (CARNEIRO, 2019). Sendo assim, Ribeiro (2008, p. 988) lembra que “as mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da ‘mãe preta’”.

Em vista deste aspecto observado, esta situação foi permeada por muitos anos pelo negacionismo violento do racismo, sustentado sobre a crença do mito da democracia racial. Como lembra Coutinho et al (2009, p. 24) no Brasil e na América Latina “tem-se uma falsa sensação de uma sociedade multicultural igualitária, como se nossa sociedade tivesse sido criada em um ambiente de harmonia entre as diversas culturas aqui representadas”.

Figueiredo (2018, p. 1093) ainda complementa que remete desde o período colonial “a negação do Estado em garantir o direito à saúde, trabalho, educação e moradia da população racializada e considerada como um ‘outro’, inferior e subalternizado”. Logo, entende-se que as distinções raciais criadas se tornaram formas diferenciadas de mulheres brancas e negras terem acesso as oportunidades no mercado de trabalho (SILVA, 2019).

A mulher negra é historicamente vinculada a estereotipagem sexualmente agressiva proveniente do determinismo da colonialidade do gênero, que as identificava como animais fêmeas, não as reconhecia como mulheres. A colonialidade impôs um sistema de poder (capitalista global), introduziu a classificação social (pelo conceito de raça), estruturou o sistema de trabalho (escravagistas) e afirmou que era o europeu o responsável pela produção de conhecimento. Essa perspectiva inferiorizou toda e qualquer forma de estrutura que não fosse o padrão eurocêntrico (LUGONES, 2008).

Se uma mulher é pobre, preta, periférica – podemos ainda acrescentar outras categorias, como lésbica (sexualidade), velha (geração), deficiente (capacitismo) –, o cruzamento desses marcadores de

diferença atua diretamente sobre ela e seu lugar no mundo, já que ela é tudo isso ao mesmo tempo, inclusive mulher, estando situada na base de uma pirâmide social, cujo peso ela tem que suportar, enquanto o topo é ocupado por aqueles que não têm qualquer carga a assumir, como homens, brancos, heterossexuais e bem sucedidos – modelos inquestionáveis de uma tradição cultural herdada da modernidade. (VEIGA, 2020, p. 5)

No Brasil, é possível observar que desde a década de 70, a participação feminina tem se tornado mais expressiva no mercado de trabalho. No entanto, mesmo reconhecendo esse crescimento na participação das mulheres no ambiente corporativo, mais especificamente nas áreas administrativas, ainda se percebe as áreas estratégicas e de gerência são dominadas pelos homens (GONÇALVES et al, 2016).

No entanto, a partir deste período, vale destacar que as mulheres que começam a ocupar as universidades e o mercado de trabalho são predominantemente brancas. Por terem maiores oportunidades educacionais, as mulheres brancas tinham acessos aos trabalhos nas áreas da educação, da saúde, administrativa e da indústria. Assim, as mulheres negras transformaram-se em protagonistas de inúmeros movimentos e ações articulados por elas mesmas, com o intuito de reivindicar por direitos a inclusão ao mercado de trabalho, à saúde, ao acesso a educação, à cultura e o respeito as práticas religiosas de matriz africana.

Esses projetos e movimentos feministas negros intrinsicamente determinam o marcador racial como estereótipo do gênero. Desta forma, trás em voga as consequências pertinentes da modernidade colonialista até a encruzilhada, também conhecida como interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019). Este engajamento tornou essas demandas em agência de debate na esfera pública para a superação das desigualdades e das indiferenças em torno destas questões (RIBEIRO, 2008).

Segundo Coutinho et al (2009, p. 32), “as mulheres negras são duplamente marginalizadas no mercado de trabalho”, ou seja, são alijadas por serem: *mulheres* e *negras*. Essa realidade explica porque identificamos um maior grau de concentração das mulheres em serviços domésticos. A desigualdade racial impacta a vida da mulher negra, que é menos valorizada e mal remunerada. Como lembra Silva (2019, p. 401) “a racialização é perceptível

por meio da produção das relações sociais”. Assim, é visível que a construção das relações de trabalho segue ainda a imposição da colonialidade.

Portanto, todos os processos organizativos das mulheres negras ao longo dos últimos anos foram realizados com o intuito de destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada (RIBEIRO, 2008). É necessário repensar essas indiferenças nas oportunidades que são ofertadas as mulheres negras, eliminando esse sistema de gênero opressivo que se tornou um mecanismo de exclusão (LUGONES, 2008).

É fator fundamental para a Administração, bem como, para os estudos organizacionais que as nuances que envolvem raça e gênero no contexto do trabalho façam parte de nossas agendas de estudo, uma vez que só assim poderemos nos abrir para pensar novas possibilidades para o campo. (GOUVÊA et al, 2019, p. 125-13).

Gouvêa et al (2019, p. 125.4) recorda que “são nas organizações que se materializam os preconceitos enraizados na sociedade”. Para tanto, é preciso tornar agenda de debate a questão da equidade salarial e da ascensão da carreira da mulher e, principalmente, da mulher negra. Gonçalves et al (2016, p. 96) entende que “a gestão da diversidade é uma ferramenta importante para as empresas, pois valoriza e promove o bem-estar ao colaborador, além de reter talentos e favorecer o sucesso organizacional”. Portanto, é fundamental promover a diversidade nas organizações e colaborar no incentivo ao respeito mútuo.

Verifica-se, principalmente, a existência de uma carência quanto a abordagem do tema diversidade na cultura das organizações, afirmando uma superficialidade quanto a este entendimento. Esta política, conforme lembra Gonçalves et al (2016, p. 97) necessita ser “um instrumento de agregação de valor nas empresas, os talentos e a qualificação profissional devem ser valorizados”. Portanto, são as empresas privadas que no Brasil menos inserem a população negra em seu quadro de funcionários (GOUVÊA et al, 2019).

É necessário que se estabeleça ações e promoções voltadas para a equidade de gênero no âmbito das organizações (PRONI e PRONI, 2018), assim implementar estratégias efetivas no setor privado que possa modificar o atual cenário.

Tabela 1 - Taxa de participação por faixa etária, segundo sexo e cor/raça (Brasil - 4º trimestre de 2016 (em %))

SEXO E COR	FAIXA ETÁRIA							TOTAL
	14-17 ANOS	18-24 ANOS	25-29 ANOS	30-39 ANOS	40-49 ANOS	50-59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	
MULHERES NEGRAS	15,4	58,8	67,0	69,5	65,6	49,6	13,7	50,4
MULHERES NÃO-NEGRAS	15,4	64,4	76,6	77,6	72,2	54,3	14,4	53,1
HOMENS NEGROS	22,6	76,3	90,4	91,3	89,1	79,2	32,0	71,5
HOMENS NÃO-NEGROS	20,9	75,9	91,9	94,4	92,8	81,9	35,8	72,7
TOTAL (1)	18,8	68,7	80,7	82,5	79,2	65,2	22,8	61,4

Nota: (1) Total inclui pessoas com cor / raça ignorada.

Observação: Negros: pretos, pardos e indígenas / Não Negros: brancos e amarelos

Fonte: Site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2016¹.

Como pode ser observado na tabela acima, nota-se que as mulheres negras possuem menor participação no mercado de trabalho. Tal desigualdade demonstra que o sexismo associado ao racismo permanece articulado nas relações de trabalho. Convém destacar que os negros são também as pessoas que, no Brasil, recebem os menores salários, representam os maiores números de desempregados e estão em maior proporção na informalidade, além de serem poucos em cargos de gerência (POZZOBON, 2020).

Essa discriminação do negro passa por muitos estigmas, principalmente quanto a sua concepção de um sujeito inferior e sem qualificação, rotulado pelos efeitos da colonialidade (COUTINHO et al, 2009). Acredita-se que a alternativa de cotas deveria ser prevista em ações em empresas privadas, através de leis ou maiores políticas de inclusão, colaborando como mecanismos de contenção da discriminação no processo de seleção.

Vale ressaltar que ao propor o debate com reivindicação de causas sobre a articulação das categorias de raça, classe e gênero o movimento de mulheres negras reverbera uma luta histórica de reivindicações, quanto a anulação da perspectiva sobre a própria mulher negra. Enfatizando-se, assim, a necessidade de enegrecer as causas dos direitos feministas (CARNEIRO, 2019). Promover

¹ Anuário Do Sistema Público De Emprego, Trabalho e Renda. **Site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE**, 2016. Disponível:< https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho.html>. Acesso em: 15 ago 2020.

uma reflexão sobre feminismo negro no Brasil torna-se um assunto imprescindível.

Cabe observar que a atual luta feminina é para extinguir a dificuldade de ascensão profissional, derrubar as inúmeras barreiras que impedem a promoção das mulheres a níveis superiores na hierarquia das organizações. Este fenômeno é popularmente conhecido como *teto de vidro*, que minimiza as oportunidades das ascensões das mulheres aos níveis mais altos na hierarquia organizacional. Para corroborar essa reflexão, Proni e Proni (2018, p. 16) complementam que “o ‘teto de vidro’ continua a se manifestar nos grandes estabelecimentos no país, assim como persiste o hiato salarial entre homens e mulheres, inclusive entre os profissionais com nível educacional superior”.

Tratando-se da questão de gênero nas academias, as mulheres correspondem a maioria nos cursos superiores das universidades públicas e particulares. Entretanto, as mulheres negras ainda são em menor proporção quando comparadas as mulheres brancas. Como lembra Veiga (2020, p. 20) “é importante situar que historicamente mulheres negras estiveram ausentes ou foram invisibilizadas na produção acadêmica e literária”.

As políticas de acesso ao ensino superior contribuíram com o aumento da taxa de jovens negros no ambiente universitário nos últimos anos. Entretanto, mesmo quando graduadas, as pessoas negras seguem sofrendo racismo e discriminação por conta da cor da pele, o que se evidencia pelas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal e aos cargos com maior remuneração. (POZZOBON, 2020, p. 49)

Com a acessibilidade das mulheres negras aos espaços acadêmicos, através do programa de cotas instituído por políticas governamentais é, possível, identificar que esta conquista representou um fruto da militância genuína das mulheres amefricanas, assim chamadas pela Lélia Gonzalez (1984). Essas mulheres negras acadêmicas são filhas e/ou netas daquelas que incansavelmente lutaram pela representatividade nos ambientes de trabalho que não fossem de doméstica ou babá, por acesso à educação e à saúde (VEIGA, 2020). Vale lembrar que no Brasil a política governamental de cota racial adotada restringe somente às universidades. Logo, uma vez que estejam qualificadas, essas profissionais recém formadas enfrentam o grande desafio da inserção no mercado de trabalho, ainda predominantemente racista (SILVA, 2019).

3 - CAROLINA MARIA DE JESUS: A INVISIBILIDADE RETRATADA

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade mineira de Sacramento, em 14 de março de 1914. Filha de pais analfabetos Maria Carolina de Jesus e João Cândido, este último não chegou a conhecer (FARIAS, 2018). Ainda em Sacramento, no ano 1921, Carolina Maria de Jesus frequentou o Colégio Allan Kardec. Seus estudos foram custeados por Maria Leite Monteiro Barros, para quem a mãe de Carolina Maria trabalhava como doméstica.

Foi neste colégio que aprendeu a ler e escrever, sendo possível cursar somente os dois primeiros anos do ensino regular. Vale lembrar, que ainda pequena o primeiro livro lido por Carolina Maria foi “A escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães. Na ocasião, sua mãe precisou sair de Sacramento em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Após alguns anos retornaram. Este período foi marcado por muitas dificuldades na vida de mãe e filha, pois os negros sofriam com a falta de oportunidades de trabalho e políticas públicas, que garantissem os seus direitos civis.

Num ambiente tão desfavorável para negros e pobres, como era a realidade brasileira, Carolina Maria de Jesus vivenciou duas experiências traumáticas na sua própria cidade natal. A primeira, quando presa por falsa acusação de roubo na casa paroquial, onde trabalhava como doméstica. Após o padre ter encontrado o dinheiro exatamente onde havia deixado, Carolina Maria de Jesus foi libertada sem qualquer pedido de desculpas. Quanto a segunda fatídica lembrança, vivenciou a respectiva injustiça junto da sua mãe na prisão. Acusada de estar lendo uma obra de São Cipriano e realizar feitiçarias. Mãe e filha ficaram dias presas, sendo torturadas e sem qualquer alimentação.

Em busca de cura para as feridas nas pernas e de progresso para sua vida, Carolina Maria de Jesus foi incentivada pela mãe a ir para São Paulo, logo após ao triste episódio do segundo encarceramento. Vale recordar que Carolina Maria de Jesus teve, por muitos anos, feridas nas pernas que causavam muitas dores e inchaço (FARIAS, 2018)

É na grande São Paulo que a aspirante autora traz consigo os seus sonhos, um deles ser escritora. Entretanto, para sobreviver passa a trabalhar como doméstica na casa do renomado médico cardiologista Euryclides de Jesus

Zerbini. Saudosamente, em seus registros lembra que nas suas folgas gostava de ficar lendo na biblioteca desta casa.

Foi, também, na vinda para São Paulo que Carolina Maria de Jesus conheceu os pais de cada um de seus três filhos. Devido a sua primeira gestação, não pode mais trabalhar como doméstica na casa da família Zerbini. Diante desta circunstância, sem lugar para abrigar a si própria e ao seu primeiro e, conseqüentemente, demais filhos, Carolina Maria precisou ir morar na Comunidade do Canindé.

Atualmente extinta, a Comunidade do Canindé ficava localizada as margens do Rio Tietê. Sem qualquer infraestrutura de saneamento básico, água encanada, garantia de direitos civis e ausência de políticas públicas a comunidade abrigava pessoas que não tinham aonde morar na cidade de São Paulo. Como retrata a própria Jesus (1993, p. 30) lembrando que “quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”, se referindo a situação de descaso que os moradores sentiam mediante a realidade daquele cotidiano.

Morando na Comunidade do Canindé de 1948 à 1960, Carolina Maria de Jesus alimentou e educou sozinha seus três filhos: João José, José Carlos e Vera Eunice. Durante esse período trabalhou coletando material reciclado e encontrando em meio aos objetos descartados pela sociedade, nos bairros paulistanos, utensílios, sapatos e tudo mais que pudesse ser aproveitado. Foi assim, que encontrou cadernos que pudessem ser reutilizados para escrever o seu próprio diário.

Assim, com pouca formação escolar, mas com grande vontade de ser tornar escritora e de denunciar a realidade vivenciada por ela e por tantos moradores daquela localidade, Carolina Maria seguiu escrevendo de 1955 à 1960 em 35 cadernos que foram encontrados no lixo ao longo dos anos (FARIAS, 2018).

Em 1958, o jornalista Audálio Dantas, ao ir até a Comunidade Do Canindé para realizar uma reportagem para o jornal Folha da Noite, quando acabou descobrindo Carolina Maria de Jesus e todos os seus escritos. O jornalista ficou surpreendido com a postura crítica e a denúncia social presente naquela literatura, quanto ao descaso do Estado em relação as vidas daquela população

miserável, que vivia precariamente as margens do Rio Tietê (FARIAS, 2018). Daquele contato deu-se a publicação, em 1960, do primeiro e grande livro de Carolina Maria de Jesus nomeado de “Quarto de Despejo – diário de uma favelada”. O livro foi considerado um *best-seller* na época, sendo editado várias vezes totalizando 100 mil exemplares vendidos (DANTAS, 1993), sendo traduzido em 13 idiomas e comercializado em 40 países (CORONEL, 2011). Vale ressaltar que em agosto de 1960, o jornal Folha de São Paulo evidenciou que o “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” ocupou o primeiro lugar da lista dos livros mais vendidos no Brasil².

Com a grande repercussão e venda do seu livro, a escritora pode comprar uma casa e proporcionar uma melhor condição de vida para si e para seus filhos (Anexo A). Vale ressaltar que Carolina Maria de Jesus publicou outros livros, como Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961), Provérbio (1963), Pedacos da fome (1963) e Diário de Bitita (1982, póstuma). Também escreveu peças de teatro, letras de música e gravou-as (FARIAS, 2018).

É a partir da publicação do seu diário, que Carolina Maria de Jesus surge nos meios literários. Como afirma Coronel (2011, p. 64) era “a voz do favelado se fazia ouvir pela primeira vez em terreno autoral, o que constituía inegavelmente um nicho novo no mercado literário”. É na sua primeira publicação que a personagem-autora rompe com o silêncio que é destinado aos moradores das periferias, daqueles que são marginalizados e considerados subalternizados, identificando o sujeito pós-moderno que ainda vivenciava as consequências da colonialidade.

Cabe registrar que mesmo diante de tantas conquistas e alegrias, Carolina Maria de Jesus permaneceu sendo hostilizada e não aceita pela sociedade. Diante de tal fato, houve repercussões como foi o caso do constrangimento que passou em ver noticiado na *Times*, revista norte-americana de grande prestígio internacional, colocações que denegriam a sua imagem e cometiam ao que atualmente se chama de injúria racial (FARIAS, 2018). Essa situação acabou em tribunais e em repercussão nos principais jornais brasileiros

² SILVA, Walter Nogueira da. Livros Mais Vendidos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 out. 1960. Plataforma de Espera, p. 2.

da época, como Última Hora e Tribuna da Imprensa, que noticiaram a insatisfação e indignação da autora com tal fato (Anexo E).

A narrativa dos diários, no entanto, revela um perfil de mulher bastante marcado. Trata-se de uma mulher que sofre as maiores privações, que é mãe e que ainda assim, em meio às carências mais elementares, lê e escreve rotineiramente. Talvez aí resida a base da dificuldade da mídia e da crítica da época na identificação da riqueza de seu discurso. O recurso à geografia urbana como critério identificador da autora, apresentada como moradora da periferia da cidade de São Paulo, desconsiderou a pluralidade de elementos de sua escrita e não elucidou sua necessidade de expressão, uma vez que os favelados em geral não se preocupam com a narração de sua experiência cotidiana, e muito menos pretendem ser reconhecidos como autores. (CORONEL, 2011, p. 67).

A visibilidade e o destaque conquistados no mercado literário possibilitou uma pequena ascensão econômica, conseqüentemente, uma mudança na sua condição social. Assim, trabalhando na divulgação do seu primeiro livro, Carolina Maria de Jesus viajou por vários estados brasileiros e por países da América do Sul (FARIAS, 2018). As conquistas e o sucesso alcançado não agradaram os seus novos vizinhos, tão pouco a sociedade que não aceitava a convivência como uma negra e favelada (embora já não fosse mais).

No ano de 1961, Carolina Maria de Jesus lança seu segundo livro “Casa de Alvenaria – diário de uma ex-favelada”, o qual não apresenta o mesmo impacto e repercussão que o seu antecessor. Contrariando, assim, todas as expectativas. Neste segundo livro, a classe burguesa e elitizada é duramente criticada por conservar as imposições seculares sobre os povos afrodescendentes. Segundo a autora, as desigualdades sociais ainda permanecem (FARIAS, 2018). Convém ressaltar que a mudança física, não significou a mudança do local social que a mesma permaneceu ocupando na sociedade.

Segundo Audálio Dantas, em entrevista ao site Agênica Brasil (2014), na ocasião em comemoração do centenário de Carolina Maria de Jesus, afirmou que “ela foi um objeto de consumo. Uma negra, favelada, semianalfabeta e que muita gente achava que era impossível que alguém daquela condição escrevesse aquele livro” e complementou informando que “a discussão era que

ela não era capaz ou, se escreveu, aquilo não era literatura”³. Com isso, os padrões de identidade estigmatizados aliados à percepção dos julgamentos da sociedade e, conseqüentemente, o turbulento convívio com os seus vizinhos de bairro resultaram numa consciência angustiante.

O fracasso com a venda dos seus livros posteriores, os quais ela própria financiou, comprometeram-na financeiramente. Vale lembrar que o preconceito e a estigmatização fundamentadas numa historização da imagem da mulher negra permaneceu, independentemente, de Carolina Maria de Jesus ter produzido discursos contra hegemônicos, fazendo-se a própria voz do oprimido.

Carolina ainda se mantém, socialmente, à margem e minoritária em todos os aspectos observados. Seja num olhar sob a etnia da mesma, em um país onde os resquícios do fim tardio da escravidão resultaram em uma sociedade racista, seja num olhar sob o gênero da mesma, que o patriarcado estrutura como uma posição subalternizada e seja num olhar sob a classe da mesma, nesse caso, favelada, semianalfabeta e ascendendo socialmente com um livro que denuncia o descaso com todos os atributos que a marginalizam, muito embora a finalidade não fosse exatamente essa. (OLIVEIRA e SOUSA NETO, 2018, p. 10)

Foi diante deste cenário e em meio as censuras da ditadura militar que se mudou para a cidade de Parelheiros (SP), em 1964. Permanecendo-se esquecida pelas editoras brasileiras e pelo público. Carolina Maria de Jesus passou os últimos dias da sua vida num sítio. Voltou a catar materiais reciclados para vender, a fim de conseguir dinheiro para complementar o sustento da família, uma vez que consumia tudo que plantava e criava no seu próprio sítio.

Entretanto, em meio a tantas dificuldades, Carolina Maria de Jesus teve um conforto e um novo estímulo que surgiram da esperança da publicação internacional do seu livro intitulado “Diário de Bitita” e da produção de dois filmes. Os rascunhos originais do livro foram entregues pessoalmente a duas jornalistas, Maryvonne Lapouge (francesa) e Célia Pisa (brasileira), que inicialmente tinham o interesse de publicar um livro sobre mulheres brasileiras.

Quanto aos filmes, o primeiro foi uma curta-metragem, com financiamento alemão e nomeado como “O despertar de um sonho”, que narrava a vida de

³ MACIEL, Camila. O Brasil lembra centenário da escritora que definiu favela como quarto de despejo. **Site Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/brasil-lembra-centenario-de-escritora-que-definiu-favela-como-quarto-de>>. Acesso em: 31 mai 2020.

Carolina Maria de Jesus. Com direção do brasileiro Gérson Tavares, essa produção só foi possível ser lançada na Alemanha, pois a ditadura militar o censurou através do AI-5. Em 1976, surgiu a oportunidade do segundo filme, que teve uma proposta da norte-americana Scarpelli Film Company apoiado no interesse de filmar o “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” (Anexo F). Embora muito contente com a oportunidade, Carolina Maria de Jesus não pode concretizá-la, pois acabou falecendo antes mesmo que pudesse conseguir formalizar esse patrocínio (FARIAS, 2018).

Em 1977, aos 62 anos de idade e em decorrência de uma insuficiência respiratória, Carolina Maria de Jesus morre pobre e parcialmente desconhecida pelo seu próprio país. Infelizmente, não foi possível estar presente no lançamento do livro “Diário de Bitita”, tampouco autografá-lo. Sua póstuma publicação aconteceu na França somente 5 anos após seu falecimento (FARIAS, 2018).

Após 43 anos da sua morte, Carolina Maria de Jesus e suas obras permanecem presentes como temas de debates, de eventos, de teses, de dissertações e artigos (OLIVEIRA e SOUSA NETO, 2018). A sua importância e referência para a sociedade é indiscutível. A força do seu discurso continua simbolizando uma representação da mulher subalternizada, que buscou meios para falar e ser ouvida.

Em 2020, o “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” completa 60 anos de publicação e, impressionantemente, mantém-se atualíssimo com as temáticas abordadas. Vale ainda lembrar que a notoriedade do “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” foi significativa para a ativista martiniquense Françoise Ega, que impactada por essa leitura resolveu escrever “*Lettres À noire une*”, tornando-se um dos seus livros mais lidos⁴. Convém destacar, também, que tanto Carolina Maria de Jesus, quanto sua grande publicação são os atuais temas da FLUP, em 2020.

⁴ Flup Digital 2020 | Painel On-Line “Filhas Das Filhas Das Filhas”. **Flup RJ Online**, Rio de Janeiro, 09 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FlqszOzczwA>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se com este capítulo apresentar uma abordagem das investigações e dos pensamentos sobre modernidade / colonialidade, do estudo subalterno, da decolonialidade e da interseccionalidade, a fim de colaborar com a construção de um estudo que reconheça a importância desta discussão para os estudos organizacionais.

Sendo assim, esta seção encontra-se dividida em quatro partes: na qual a primeira compreende revisão dos conceitos da modernidade / colonialidade, do estudo subalterno e decolonialidade; na segunda parte define-se a temática da interseccionalidade, reconhecendo-a como um sistema de (re)produção das desigualdades estruturais vivenciadas pelas mulheres nas organizações. Por fim, é apresentada a literatura sobre Carolina Maria de Jesus sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais e da decolonialidade.

4.1 – MODERNIDADE / COLONIALIDADE / ESTUDOS SUBALTERNOS / DECOLONIALIDADE

Os séculos da trajetória histórica brasileira refletem as transformações e as demarcações sociais desiguais que decorreram do processo estruturante da colonização, que infundiu o predomínio da concepção eurocêntrica com que se iniciou a construção da sociedade, das relações, do sistema de poder, da cultura, da linguística e da identidade social.

Foi o interesse pelo descobrimento das terras além da Europa, isto é, das Américas que se estabeleceu o ponto de partida para as grandes navegações. Nesse percurso histórico dos descobrimentos que se estruturou a expansão do imperialismo e do predomínio eurocêntrico, o qual realizou uma intensa imigração dos povos africanos e dos próprios europeus, que de formas distintas vieram para o novo continente. A convivência desses dois povos se instituiu sob uma articulação estrutural de poder (QUIJANO, 2009). Cabe registrar que a América já era habitada por várias tribos indígenas providas de cultura, estrutura e relação social própria.

Legitimado pela ordem econômica do capitalismo, os aspectos da modernidade foram reafirmados no período do Iluminismo, que reconheceu a

ideia da Europa como o padrão mundial do poder. Essa constatação ratificou o discurso da concepção de diferenciação da população no mundo, ou seja, legitimou a soberania eurocêntrica (QUIJANO, 2009).

Sendo assim, compreende-se que a formação do povo brasileiro, ao longo do tempo, perpassa pelas características fenotípicas de cada identidade civilizatória que a compõe, absorvendo um abismo cultural acentuado quando exclui a humanidade desses *outros*, aqui identificados pelos indígenas e africanos (SANTOS, 2018). Entretanto, a predominância ideológica eurocêntrica referente as características fenotípicas *legitimou* o que seria a identidade racial colonial e negativa, ou seja, corresponderia a uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era considerado uma raça inferior, incapaz de produzir conhecimento e cultura (QUIJANO, 2005).

4.1.1 - Modernidade / Colonialidade

Segundo o fenômeno da modernidade ou colonialismo, que correspondeu ao processo intrinsecamente relacionado a experiência colonial, e que estabeleceu uma estrutura organizacional (social e econômica) dominante com a construção de hierarquias raciais, de gênero e de classe, considerando uma perspectiva eurocêntrica. É possível observar que essa organização deliberou coercitivamente uma construção social sobre a predominância imperialista da cultura europeia, em degradação das culturas afrodescendentes e indígenas, também conhecida por colonialidade do poder, como afirma Costa (2015, p. 150) “os lugares e papéis sociais dos homens e das mulheres brancas, bem como de homens e mulheres negras e indígenas estavam fixados”, ou seja, observa-se que o imperialismo utilizava-se da identidade racial como um instrumento para a classificação social da população.

Assim, a colonialidade do poder foi a forma encontrada pela modernidade para a “legitimação” da hegemonia eurocêntrica. Configurando-se determinante nas relações sociais que articulou as variadas formas de domínio / controle não somente para os europeus, mas, principalmente, para os colonizados. Logo, o fenômeno da colonialidade do poder influenciou a classificação social, por meio dos parâmetros raciais/étnicos (QUIJANO, 2009).

No entanto, cabe acrescentar um detalhe importante na distinção dos termos colonialismo e colonialidade, como enfatiza Grosfoguel (2009, p. 393) em dizer que a “colonialidade não é o mesmo que dizer colonialismo. Não se trata de uma forma decorrente nem antecedente da modernidade. Colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda”. A colonialidade seria uma continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o seu término. Vale lembrar que Mignolo (2017, p. 2) ressalta que “a ‘colonialidade’ é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990”.

Assim, o colonialismo evidencia uma relação de dominação colonial européia sobre o “outro”, que seriam os africanos e os indígenas. A colonialidade reflete as variadas formas e padrões intersubjetivos de domínio cultural identificando no “outro” o ser subalterno. Como lembra Santos (2018, p. 79) a “colonialidade inaugurou uma categoria nova de opressão e anulação do Outro, a étnico-racial que marca um modo de exclusão”. Logo, entende-se que sob a perspectiva contextual da modernidade / colonialidade delineou-se a formação do pensamento social, ao passo que sustentou o determinismo e a hierarquização de uma sociedade, plenamente dominada por um sistema considerado hegemônico.

Pode-se afirmar que as novas identidades produzidas, a partir desta perspectiva, realçaram a conceituação de raça e da divisão racial do trabalho, identificando uma reprodução fixada de uma eterna estrutura de servidão decorrente da escravidão imposta pelos colonizadores europeus (QUIJANO, 2005). Esse panorama hegemônico dominante, configurou-se na assertiva de que todo o processo de produção e conhecimento concebível seria o retratado pelas experiências e pela ótica dos europeus. Marginalizando toda e qualquer forma de manifestação cultural e intersubjetiva contrária. Portanto, Quintero *et al* (2019, p. 6) enfatiza que “o colonialismo como fenômeno histórico precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, mas a colonialidade sobrevive ao colonialismo”.

4.1.2 - Estudos Subalternos

Esse resultado da história de predomínio do poder colonial teve implicações que decorreram no surgimento de estudos que se propuseram a refletir e questionar os paradigmas eurocêntricos existentes. Assim, identifica-se o movimento do pós-colonialismo direcionado para a problemática de rever os conceitos e as narrativas relacionadas aos povos colonizados e da sua representatividade, ao passo que tenta propor uma ruptura com os fundamentos da colonialidade (PEZZODIPANE, 2013). Segundo Silva e Oliveira (2018, p. 6) “os estudos pós-coloniais almejam promover precisamente a desconstrução dos essencialismos, diluindo as fronteiras culturais transmitidas pelo colonialismo”.

Desta forma, apresenta-se como um conjunto de contribuição teórica, que por intermédio da produção literária e cultural, propõe, a partir da segunda metade do século XX, criticar as concepções dominantes da modernidade, na qual reconhece que o antagonismo presente nas relações sociais impede o colonizado de ser quem ele mesmo é (BALLESTRIN, 2013). Sua voz é anulada e não reconhece a própria liberdade existencial, pois vive exclusivamente para atender o interesse do colonizador (SANTOS, 2018).

O longo século XVI, que consolidou a conquista da América e o apogeu dos impérios Espanhol e Português, significou não apenas a criação de uma economia mundial, mas a emergência do primeiro grande discurso do mundo moderno, que inventou e, ao mesmo tempo, subalternizou populações indígenas, povos africanos, muçulmanos e judeus [...]. (COSTA e GROSFUGUEL, 2016, p. 18).

No que se refere especificamente às questões da representatividade do “outro”, advém a proposta do Grupo de Estudos Subalternos na década de 1970. Esses estudiosos buscavam, mediante às críticas epistêmica e intelectual ao colonialismo, reafirmar a superação da estrutura dominante que impede esse *outro* denominado de subalterno de poder falar, conseqüentemente de ser ouvido e de ser retratado por outras pessoas.

É importante ressaltar que o termo subalterno foi aderido após reflexões quanto aos trabalhos difundidos do filósofo marxista italiano Antônio Gramsci, que acreditava ser esses indivíduos correspondentes à uma classe desagregada

devido a tendência histórica causada pela classe dominante, em impor uma cultura e valores de uma sociedade constitutiva (BALLESTRIN, 2013).

Convém lembrar, que esse movimento teve como uma das suas principais e relevantes representante Gayatri Chakrabarty Spivak, que ao publicar em 1985 sua obra de maior destaque denominada *Pode o subalterno falar?* tornando-se o cânone do pós-colonialismo. Nesta obra, Spivak (2010) sugere um discurso sobre como se representa a problemática de pessoas de uma classe superior, se propor interpretar de forma igualitária grupos inferiores, uma vez que são acentuadas as diferenças de classes. Para Spivak (2010), ser subalterno é um estado atual do *outro* em não poder se auto representar, falar de si mesmo, manter-se silenciado. A autora ainda recorda a violência epistêmica, como processo da opressão, que compreende o discurso da colonialidade sem considerar a presença da subjetividade do *outro* (SILVA e OLIVEIRA, 2018). Spivak (2010, p. 85) afirma que “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.”

Para isso, sugere-se que seja possível estabelecer espaços onde o subalterno tenha a possibilidade de se articular, apresentando a sua própria perspectiva. Dessa forma, caberia arquitetar condições para que a temática da subalternidade não fosse mais presente nas narrativas. Logo, o subalterno teria sua fala reconhecida, deixando automaticamente essa condição antes pré-determinada (QUINTERO *et al*, 2019). Em face dessa realidade, sabe-se que os estudos dos subalternos, provenientes do pós-colonialismo, contribuíram para uma narrativa inicial de ruptura com a modernidade ocidental, pois se manteve o entendimento de que o subalterno poderia ser ouvido e observado.

Convém ainda nesta seção contextualizar a concepção de que o pós-colonialismo, como movimento argumentativo e originário de colônias africanas e asiáticas, produziu conteúdos relacionados a realidade dessas sociedades especificamente. Não apresentando referências nos seus estudos ao tipo de colonialismo vivenciado na América Latina. Cabe assinalar que os representantes desse movimento intelectual estavam em espaços e universidades norte-americanas e inglesas, o que confere o fato do pós-

colonialismo ter mais conteúdo, circulação e maior aceitação nos estudos da sociedade de língua inglesa (COSTA e GROSGUÉL, 2016).

Teóricos pós-coloniais do Terceiro Mundo baseados em instituições acadêmicas nos EUA reconhecem que a modernidade eurocêntrica cometeu falhas por não ter sido capaz de superar seus próprios desafios, publicadas a partir do final dos anos 1990. Estes foram antecidos pela literatura decolonial. (ABDALLA e FÁRIA, 2017, p. 919).

Estas considerações, buscam compor uma desconstrução do *mainstream* tomando como partido a crítica decolonial, como destaca Grosfoguel (2009, p. 384) em afirmar que “o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais”, uma vez que os estudos pós-coloniais eram limitados quanto a concepção da fronteira espaço social, sem considerar as dimensões do lugar epistêmico, que contemplaria as reflexões sobre as experiências raciais, de classe e de gênero (COSTA e GROSGUÉL, 2016)

4.1.3 - Decolonialidade

Desta forma, a decolonialidade surge como um movimento de resistência, no qual se propõe superar o padrão de poder instaurado pela modernidade / colonialidade, ou seja, destituir pontualmente a associação do determinismo relacionado a localização social e da influência epistêmica sobre os povos colonizados (COSTA, 2015). Para tanto, Mignolo (2017, p. 10) ressalta que “a opção decolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade”. Esse movimento sugere agir sobre o domínio hegemônico predominante, superando a lógica da colonialidade e suas consequências. Cabe assinalar que, o *pós do pós-colonialismo* (COSTA e GROSGUÉL, 2016) busca, mediante à problematização epistemológica, articular sobre a emancipação opressiva das diversas temáticas, a fim de construir um espaço inovador para os pensamentos e reflexões, ao passo que tende a contribuir para o detrimento do legado imposto forçadamente pela colonialidade (REIS e ANDRADE, 2018).

Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escutados não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade. (GROSFOGUEL, 2009, p. 408).

Ao fazer uma análise do protagonismo eurocêntrico no processo civilizatório colonial e as suas respectivas consequências, que culminaram na dimensão e no padrão dos valores e das identidades sociais, observa-se a necessidade de desconstruir essa lógica dominante. Abdalla e Faria (2017, p. 922) destacam ser a decolonialidade um “projeto geopolítico e geoepestêmico”. Percebe-se o quanto é indispensável libertar-se dos esquemas mentais de domínio da colonialidade para que seja possível criar espaços de visibilidade dos subalternizados na proposta social de construção do conhecimento e do espaço epistemológico.

Considerando ainda abordagem anterior, Abdalla e Faria (2017, p. 923) sugerem que a “decolonialidade é uma opção que pode se transformar em universal por meio da transmodernidade e do engajamento de população”. Assim, seguindo a proposta de Enrique Dussel é fundamental trazer a constituição do “outro” para o cerne do contexto do discurso. É nessa concepção que todo o processo tende a se modificar, trazendo a realidade de uma sociedade mais plural, na qual é essencial descolonizar o pensamento e os locais de fala, o “outro” não pode mais ter sua existência condenada (SANTOS, 2018).

Ainda partindo do ponto de vista de Abdalla e Faria (2017) evidencia-se a relevância da construção de uma agenda que valorize estudos e pesquisas transmodernas e decoloniais na área da administração / gestão. Essa proposta precisa promover, legitimar e disseminar conhecimentos. É necessário contemplar o processo de reafirmação identitária, a reflexão dos problemas causados pela modernidade e abordar a pluriversalidade cultural existente.

Utilizando-se das respectivas argumentações, entende-se que a perspectiva dos estudos decoloniais resume-se à interpretação crítica e reflexiva sobre os saberes dos povos ocidentais, colonizados, formulado a partir do processo da busca identitária transmoderna.

4.2 - INTERSECCIONALIDADE: A DESIGUALDADE LATENTE NAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS E SOCIAIS.

O surgimento dos estudos que refutam os paradigmas hegemônicos responde à necessidade de rever e questionar um conjunto de conceitos definidos e reverberados ao longo da história. É neste sentido, que se identifica a sobrevivência da colonialidade tão presente nas relações, nas estruturas sociais e no senso comum dos países latino-americanos.

A perspectiva dos movimentos feministas possibilitou uma compreensão sobre as múltiplas opressões vivenciadas ao longo do tempo. Dentre os marcadores sociais, a cor continua sendo considerada como um ferrete que marca a pele e a classifica, identificando o negro e a negra como procedentes da senzala (STREVA, 2016). Como lembra Maldonado-Torres (2016, p. 93) “o sujeito moderno aparecerá sempre localizado em relação à cor”, essa colocação descreve que os efeitos gerados pela colonialidade do ser, do poder e de gênero influenciaram o processo de redução das pessoas, tornando-as desumanizadas.

Diante deste cenário contestador surgiram movimentos militantes, que repercutiam quanto as percepções de gênero, de classe, de raça e de etnia. Embora não sejam mutuamente excludentes, cada um desses elementos possui a sua peculiaridade. Assim, a etnia não pode ser interpretada como um modelo único e padronizado para todas as sociedades, pois cada uma apresenta e considerada aspectos exclusivos. Por sua vez, cada combinação tem características distintas relacionadas a sua casta, a sua descendência/origem, a sua língua e a sua religião (CRENSHAW, 2002). É inegável o entrelaçamento de uma definição sobre a outra. No entanto, não se pode contrapor as especificidades que definem o gênero de cada sujeito. Logo, nas estruturas sociais, o padrão pré-estabelecido pelo determinismo biológico uniformiza, categoricamente, em feminino e masculino. No entanto, não se pode tornar excludente as construções sociais, quanto a individualidade identitária de cada sujeito (CARNEIRO, 2003).

Acrescenta-se também a conceituação de raça, que procede do padrão hegemônico eurocêntrico como demarcador da identidade social e biológica. Assim, sob a perspectiva da colonialidade todas as características fenotípicas e

culturais diferentes a construção social estabelecida compreende a inferioridade do outros (QUIJANO, 2009). Por fim, nesta abordagem a concepção de classe compreende ao que se configura classe social reafirmada nos estudos do materialismo histórico. Representa um marcador das desigualdades existentes nas diversas composições da sociedade, apresentando conflitos de interesses (QUIJANO, 2009).

Assim, em 1970 surgiram os chamados Estudos de Gênero que apresentaram questionamentos sobre as desigualdades entre homens e mulheres tão evidenciados nos discursos e no cotidiano. Essas contestações encontraram nos ambientes acadêmicos e nos movimentos feministas um estímulo para as argumentações e debates interdisciplinares (MACHADO, 2017). A institucionalização e a militância dos movimentos coletivos feministas, em todas as suas fases, convergiram para um feminismo plural (ALVAREZ, 2014). Essa foi uma questão primordial para a adesão e disseminação do que se chamaria feminismo interseccional.

É preciso pontuar que os movimentos feministas negros reacionários e de resistência combateram as inúmeras e péssimas condutas realizadas ao longo da história brasileira; além de lutarem pelo fim de muitos comportamentos e ideais que permanecem mesmo após a abolição da escravatura. Nessa pauta militante abrange-se a violência sexual que no passado era cometida pelos senhores da casa grande, discussão que sempre foi alvo de debate das mulheres por terem seus corpos associados aos abusos sexuais. Neste mesmo contexto, desde a abolição as mulheres negras reivindicam acesso as melhores oportunidades de trabalho, de estudo, de salário e de respeito pelas suas características físicas. Infelizmente, esse movimento de contestação nunca poderá ser ignorado, pois está inerente a história do negro brasileiro (FIGUEIREDO, 2018, p. 1089).

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. (NASCIMENTO, 2016, p. 73-74)

Em síntese, entende-se que os estudos relacionados a temática de gênero passaram a considerar a sua combinação com outros tipos de critérios de diferença social, como a classe, a raça ou a orientação sexual, para entender as desigualdades sofridas pelas mulheres, principalmente pelas que eram negras (CARNEIRO, 2003). Portanto, esses critérios passam a ser marcadores das causas militantes de determinados grupos. Buscando através da construção das identidades, reconhecer a necessidade de se conquistar espaços e das lutas sociais na reivindicação pela igualdade dos direitos.

É inegável afirmar que o processo de construção e definição das identidades se coadunam com a história e as próprias experiências vivenciadas. Neste sentido, o feminismo negro simbolizou uma importante militância para a reconstrução da identidade da mulher, que não era reconhecida socialmente (MACHADO, 2017). A inquietação existente neste contexto procedia da negação à igualdade de gênero e de raça, consequências advindas da colonialidade de gênero. Toda essa contestação ficou evidenciada na plena atuação dos movimentos sufragista e abolicionista que lutaram por direitos civis e políticos (BAMBIRRA e LISBOA, 2019).

No que se refere especificamente às questões de gênero, da desigualdade e da violência, elementos estruturantes e ainda presentes nas relações sociais, identifica-se lamentavelmente a concepção de que a imagem dos corpos das mulheres negras permanecem, historicamente, marcados sobre um determinismo social (BAMBIRRA e LISBOA, 2019).

Essa demonstração de uma maior vulnerabilidade das mulheres negras, predominantemente pobres, uma vez comparadas aos demais grupos sociais e as localizações tradicionalmente delegadas, como as oportunidades de trabalho doméstico são acompanhadas pela opressão de classe (COSTA, 2015).

E inegável reconhecer que ao se encontrarem subempregadas ou até desempregadas, sem acesso ao consumo (MACHADO, 2017), é possível identificar a reafirmação da idéia de estratificação social (BAMBIRRA e LISBOA, 2019). Diante desta circunstância, para que fosse possível promover avanços as questões tão latentes na sociedade foi crucial permanecer com as discussões, para que de alguma forma a luta dos movimentos de estudo fossem reconhecidas e compreendidas, conseqüentemente, legitimadas.

Foi neste contexto, que em 1989, a partir de várias experiências próprias e de terceiros nos Estados Unidos que a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw introduziu a problemática da Interseccionalidade. Assim, segundo a própria Crenshaw seria um conceito que indicava a existência de vários eixos de desigualdade, relacionados as temáticas de gênero, de raça, de etnia e de classe.

A interseccionalidade é uma *conceituação* do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Lembrando que todos os antecedentes, referente a ideia basilar da interseccionalidade, representaram manifestações preocupantes com as experiências racistas, violência institucional e a luta por direitos impulsionado pelos movimentos feministas negros, além das produções que tinham estímulo de retratar a realidade e a opressão vivenciada pelas mulheres negras.

Silva e Oliveira (2018, p. 10) acrescentam que “a mulher de cor traz em si todas essas opressões e eles são determinantes nas suas vidas e nos seus processos identitários”. Akotirene (2019, p. 97) complementa afirmando que “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”.

As opressões, antes analisadas categórica e separadamente, como gênero, raça, classe e etnia não podem ser mais avaliadas desta forma. É necessário dimensionar a interação / combinação dessas categorias como experiências moldadas sobre uma série de significados que foram produzidos ao longo de um período. Por essa razão, é possível observa-se que a partir da contextualização histórica identifica-se como foram criados significados e como os mesmos são mantidos no censo da sociedade, a fim de garantir as hierarquias raciais e a existência da discriminação (MILLS *et al*, 2020).

Vale ressaltar que o debate da interseccionalidade foi proveniente de um longo percurso histórico militante dos movimentos feministas negros norte-

americano. As questões que transcendem a adoção, em 1989, desta terminologia foram pautas de discussões sobre as diversas experiências que as mulheres vivenciavam e compartilhavam. Portanto, a interseccionalidade deve ser compreendida como um viés que possibilita às feministas questionarem a permanência da sustentação das identidades subalternas impostas como preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes ainda tão implícita na sociedade e nas organizações, reforçando a ideologia da matriz colonial moderna (AKOTIRENE, 2019).

Cabe acrescentar que, mesmo sendo um conceito advindo da perspectiva estadunidense, a temática da interseccionalidade deve ser observada com um objetivo político de tornar visível as relações hierárquicas diferenciadas, quanto a articulação da identidade do gênero, da raça e da classe (MACHADO, 2017). Assim, é através da ótica da interseccionalidade que a influência nas configurações discriminatórias no mercado de trabalho se revela.

A necessidade de se conceituar melhor e mais precisamente o que a apropriação da temática da interseccionalidade pode representar para as organizações, embora sendo uma conceituação mais recorrente nos estudos feministas, pode tornar-se uma importante abordagem para os próprios estudos organizacionais (TEIXEIRA *et al*, 2019).

Rosa (2014, p. 256) lembra que “os estudos organizacionais no Brasil têm se colocado de maneira deslocada nesse debate”, uma vez que ainda existe uma predominância do mito da democracia racial negando a existência do racismo e das desigualdades sociais.

Em relação a essa questão Teixeira *et al* (2019, p. 7) reafirma que “uma das indicações feitas para a efetividade dos estudos interseccionais que possam ser convertidos em práticas, independente do objeto de análise, é de usar as categorias como marcadores de desigualdades”, ou seja, através de novas perspectivas para os estudos organizacionais busca-se uma abordagem decolonial, como alternativas ao *mainstream*. Vale ressaltar que o reconhecimento da temática da interseccionalidade resulta na possibilidade e contribuição para uma proposta decolonial.

Um consenso comum no campo dos estudos organizacionais é que um caminho para a pesquisa interseccional é analisar os impactos de tais

categorias na estrutura organizacional e de trabalho e no cotidiano organizacional de modo atrelado a aspectos identitários, enquanto não se perde de vista a relação dessa dimensão intraorganizacional e do mundo do trabalho com o contexto social externo que é estruturante das relações e posições sociais (...). (TEIXEIRA *et al*, 2019, p. 6).

Tratar as marcas da desigualdade lembra a necessidade de refletir sobre a repetição dos modelos de investigação das ciências sociais, o *mainstream*, reverberando sempre as estruturas meritocráticas que impera sobre os estudos organizacionais. Ainda que partindo da apropriação da conceituação da temática da interseccionalidade, SILVA e OLIVEIRA (2018, p. 10) assinalam que é importante “entender que as relações sociais estão impregnadas dos vínculos de raça, classe e gênero relacionando formas de opressão ligadas a essas três dimensões”.

(...) a crítica das mulheres negras de países emergentes ao universalismo feminista, embasada na ausência de reflexões sobre as intersecções entre raça, classe e gênero, que acabam se ‘adequando’ ao pensamento colonial, sem dar-se conta do conjunto de opressões/explorações que atingem desigualmente as mulheres. (BAMBIRRA e LISBOA, 2019, p. 278)

Em relação a questão do ser mulher, numa sociedade ainda configurada como patriarcal, observa-se que é crescente a participação feminina. Contudo, os cargos ocupados e as remunerações encontram-se em defasagem, quando comparadas aos dos homens. Essa realidade torna-se mais adversa, quando considerada a temática da interseccionalidade. Portanto, entende-se que existem barreiras, quanto à criação da igualdade nas organizações de trabalho no Brasil, principalmente quando relacionados aos aspectos corporais (TEIXEIRA *et al*, 2020).

Em consequência disso, nota-se que as características físicas são interpretadas como símbolos determinantes da diferenciação de um grupo. Para esses aspectos peculiares da raça negra observados e vinculados de forma discriminatória denominou-se como preconceito de marca (ROSA, 2014). Assim, como os ambientes organizacionais são permeados por discursos ideológicos Teixeira *et al* (2020, p. 251) ressaltam que “ainda que mulheres negras consigam ocupar espaços, estes ainda oprimem suas identidades racializadas”. A não valorização da estética e da individualidade da mulher negra continua representando uma restrição a sua própria liberdade.

A mulher negra, além de sofrer com sua estética negada e marginalizada, ainda encara o fenômeno do *glass ceiling* (teto de vidro). Esse fenômeno diz respeito às barreiras invisíveis que são impostas às mulheres nas organizações. (TEIXEIRA *et al* 2020, p. 235).

Mesmo observando que a mulher possui maior grau de responsabilidade e empenho na execução do seu trabalho (VAZ, 2013), se reconhece a necessidade de propor soluções que eliminem as barreiras raciais, de gênero e de classe ainda existentes nas organizações e na sociedade que impedem a sua ascensão aos cargos de chefia. Como afirma Teixeira *et al* (2020, p. 247) ao lembrarem que é importante “que as práticas organizacionais sejam repensadas de modo a não contribuir para o reforço a mecanismos ideológicos excludentes”.

Em face dessa realidade, convém refletir também sobre os argumentos discriminatórios apoiados na dupla jornada da mulher, que além de desempenhar as suas atividades no seu mercado de trabalho, ainda precisa conciliar o papel da administradora do lar e o da família (mãe, esposa, avó etc). Essa premissa utilizada como justificativa para o crescimento hierárquico, caracteriza-se como o fenômeno do teto de vidro (VAZ, 2013).

Rocha *et al* (2014, p. 7) lembram que “essas barreiras não estão só no topo, mas em toda a trajetória da carreira feminina. As dificuldades e o preconceito são uma realidade no ambiente profissional”. As barreiras impeditivas, que são impostas as mulheres no acesso as oportunidades hierarquicamente mais almejadas, dificultam discriminadamente o reconhecimento do potencial dessa profissional. Por sua vez, a organização também se torna prejudicada por não desenvolver novos potenciais.

Percebe-se que são inúmeros os desafios que as mulheres negras precisam enfrentar para tornar possível a sua carreira profissional. É preciso pontuar que o sexismo, o racismo, o patriarcalismo, a invisibilidade impostam e o fenômeno teto de vidro configuram as relações estruturais presentes e influentes na sociedade e nas organizações. Por fim, cabe registrar que essas inúmeras barreiras evitam as mulheres negras à ascensão aos cargos de chefia, conseqüentemente, a sua equiparação salarial com homens que desempenham e ocupam os mesmos cargos.

4.3 - LITERATURA SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS COM ABORDAGEM PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL

Carolina Maria de Jesus é um exemplo emblemático no Brasil, quando se refere a militância da mulher negra, que através do recurso da escrita, buscou legitimar a sua voz na construção de uma literatura marginal. Conseguiu avançar as fronteiras imposta aos considerados subalternos e reconstruir uma identidade, antes invisibilizada ao longo da história pelas forças opressivas da colonialidade. Sua primeira obra, o “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, é uma escrita autobiográfica, onde a autora-personagem apresenta os seus relatos pessoais e o cotidiano miserável e violento observado por ela durante os anos que viveu na extinta Comunidade do Canindé.

É nas obras de Carolina Maria de Jesus, que escreveu romances, poesias, compôs e gravou músicas, que é possível identificar uma proposta de resignificação do sujeito que está na subalternidade (Anexo D). Tornar-se uma produtora de conhecimento passando a ser a protagonista na reconstrução da sua própria história é romper fronteiras. Ser ouvida na sociedade, mesmo esbarrando nas questões da interseccionalidade, significou, inicialmente, uma tentativa de contribuir para uma transformação da consciência coletiva, quanto uma possibilidade de reingresso em sociedade como sujeito de conhecimento.

Ainda convém lembrar, que uma vez moradora de uma comunidade totalmente desamparada pelas políticas públicas e repudiada por valores hegemônicos eurocêntricos, os quais inferiorizam e desqualificam qualquer formação de pensamento e conhecimento que não fosse proveniente do sujeito branco. Tendo em vista esses aspectos, Machado (2017, p. 4) lembra que no Brasil “essa questão se torna ainda mais premente ao considerarmos a articulação entre capitalismo, sexismo, heterossexismo e o cruel racismo à brasileira, que tem no silenciamento uma de suas armas mais poderosas”.

Silva e Oliveira (2018) ao recorrerem aos estudos subalternos pós-colonial, de Gayatri Spivak, evidenciaram a necessidade de ser criado espaços que possibilitem o sujeito subalterno valorizar as experiências associadas à construção da sua própria identidade. Assim, ao longo da narrativa de Carolina Maria de Jesus é possível identificar as suas inquietações e os seus

descontentamentos causados pelas condições impostas pela marginalidade designada aos moradores da Comunidade do Canindé. Assim, considerando a concepção de que a colonialidade determina uma opressão e uma negação do “outro”, destinado a permanecer subalterno, tendo a sua capacidade intelectual e a sua subjetividade obliterada. Para tanto, pode-se constatar que Carolina Maria de Jesus encontrou meios para “falar” e ser “ouvida”.

Segundo Rosa e Alcadipani (2013, p. 188) “os problemas sociais herdados do colonialismo ainda estão presentes na sociedade brasileira”, assim as reflexões sobre as condições humanas identificadas no “Quarto de despejo: diário de uma favelada” enquadra a ausência das políticas públicas, a miséria e a evidência da interseccionalidade como temas que transcorrem na narrativa, sob forma de opressão das condições de anulação dos moradores desta comunidade. A propósito é na colonialidade que se origina uma categoria nova de opressão e anulação do “outro”, a étnico-racial que marca um modo de exclusão do padrão não-europeu (SANTOS, 2018).

Cabe acrescentar um detalhe referente à identidade constituída de Carolina Maria de Jesus, que mesmo diante de tamanha repercussão nacional e internacional da sua primeira obra publicada, permaneceu estereotipada na consciência da sociedade preconceituosa. Assim, considerado um produto histórico, o racismo estabelece a condição do negro de forma discriminatória, devendo este manter-se segregado e silenciado na sociedade. Silva e Oliveira (2018, p. 11) enfatizam que “no caso de mulheres em posição de subalternidade, implica na manutenção do status de silenciamento do outro”, repercutindo as implicações da colonialidade, ainda tão transcendente.

Considerando a perspectiva pós-colonial, que reconhece a existência e junção dos lugares epistêmico e social como forma legítima da produção do conhecimento (ROSA e ALCADIPANI, 2013), na qual as narrativas sobre a ótica do colonizado se fundamenta. Entende-se que o conteúdo produzido por Carolina Maria de Jesus contribuiu para as reflexões de quem encontra esses dois lugares. Logo, é possível identificar essa representação da mulher negra periférica que sobrevive num ambiente hostil, enfrentando preconceitos por ser mãe solteira, chefe de família, miserável, favelada, provedora do lar e semianalfabeta. Portanto, os estudos pós-coloniais surge com uma proposta

para ampliar as fronteiras do discurso, para que as marcas das desigualdades provenientes da influência colonial sejam definidas na formação do conteúdo produzido repleto de vários significados constituídos ao longo do tempo a partir das relações coloniais (CARVALHO, 2010). Por isso, nota-se que a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” configura um espaço concedido pela literatura para ampliar a reflexão sobre o temática da identidade cultural e social da mulher e das condições de moradia na periferia.

Como assinalam Abdalla e Faria (2017, p. 926) é imprescindível a construção de “uma agenda ‘positiva’ engajada com a concepção de saberes, preocupada com a resolução de problemas, pode propiciar benefícios amplos, sobretudo às sociedades periféricas e semiperiféricas”, colaborando para um discurso reflexivo e transmoderno. Desta forma, reconhece que a produção literária desta autora significou a possibilidade da mulher negra não ser mais tipificada como a doméstica, exclusivamente.

Agora a voz oprimida encontrou espaço. Como denota Ribeiro (2019, p. 14) “a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências”. Portanto, o “outro” não pode mais ter sua existência condenada (SANTOS, 2018). Segundo Bambilra e Lisboa (2019, p. 276) é na “opção decolonial como caminho para elucidar a importância, como a urgência da publicação das narrativas a partir dos lugares de fala das mulheres negras, em sua maioria, pobres”. Entende-se que a valorização da subjetividade. Deste modo, percebe-se que na leitura do “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é possível identificar como o entrelaçamento da marginalidade, da violência, do gênero, da raça e das formas constitutivas das desigualdades são questões recorrentes no cotidiano dos oprimidos localizados nas periferias brasileiras.

Um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento. (RIBEIRO, 2019, p. 28)

No que se refere a proposta decolonial, a literatura se apresenta de forma reflexiva manifestando os variados significados advindos das experiências produzidas em espaços e tempos. Neste processo, configura-se o a

decolonialidade do saber. Transcender as verdades eurocêntricas, possibilitando uma abertura crítica as fronteiras discursivas, antes historicamente inviabilizada pelas marcas da desigualdade segundo a influência colonial (MURADAS e PEREIRA, 2018). Partindo deste princípio, entende-se que os escritos de Carolina Maria de Jesus configuram um espaço para afirmar a sua vivência, negada pela colonialidade. É nesse espaço crítico, tão peculiar na sua própria percepção, que a autora-personagem retrata a resistência da mulher negra na sociedade patriarcal, sexista e racista.

É deste modo e partindo desse princípio que Carolina, mulher, negra, mãe solteira, periférica, torna-se objeto de estudo para um novo modo de se fazer história, o de um olhar interseccional, abrangendo aspectos considerados, até então, pouco importantes para a formação da figura tomada como subversiva durante o período ditatorial. Não é à toa que Carolina fosse considerada uma ameaça à naturalidade do projeto desenvolvimentista. Sua ascensão social por meio de um ato não designado ao subalterno, o de falar, narrar experiências próprias, movimenta toda uma classe, a classe majoritária, quantitativamente falando. (OLIVEIRA e SOUSA NETO, 2018, p. 17)

O texto de Carolina Maria de Jesus permitir o leitor conhecer, sob a ótica do sujeito excluído, as experiências de viver à margem da sociedade e da ausência das ações das políticas públicas. Esse mesmo texto, estabelece uma relação entrelaçamento com as questões de gênero, classe, raça e etnia, buscando validar discussões que ainda permanecem tão atuais nos debates interseccionais (SILVA e BARBOSA, 2018).

É através da articulação entre as duas teorizações, pós-colonialismo e decolonialidade, que se identifica a urgência das condições necessárias para que o subalterno possa falar, ser ouvido e, mais do que isso, ser compreendido nas suas individualidades. Constata-se que criar espaços de fala e escuta, fortalecer os movimentos de resistências contrários à transcendência da colonialidade. Superar as dimensões da marginalização são ações importantes que possibilitam e cooperam na descaracterização do ser subalterno e, conseqüentemente, assumindo um lugar de fala (SILVA e OLIVEIRA, 2018).

5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo destina-se a retratar as escolhas necessárias para compor esta pesquisa, assim como o conjunto dos procedimentos metodológicos organizados que pretendem contribuir para a investigação do problema apresentado. Portanto, esta pesquisa contemplou as abordagens e estratégias metodológicas, as definições dos locais e sujeitos a serem investigados, além de justificar a seleção dos instrumentos de coleta dos dados, da análise e interpretação dos resultados futuros.

5.1 - CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA PESQUISA

Metodologicamente, esta pesquisa poderá ser considerada uma abordagem qualitativa, enfoque exploratório e explicativo, quanto à finalidade; e pesquisa documental e de campo, quanto aos meios de investigação (VERGARA, 2009). Para consolidar o respectivo fundamento, Siqueira et al (2007, p. 25) alega que “a pesquisa significa muito mais do que apenas procurar a verdade, é descobrir respostas para perguntas ou soluções válidas para os problemas levantados pelo emprego de métodos científicos”.

Segundo Vergara (2009, p. 29), o objetivo do referencial teórico compreende “uma revisão da literatura existente, no que concerne não só ao acervo de teorias e a suas críticas, como também a trabalhos realizados que as tomam como referência” possibilita contextualizar a investigação com o objetivo geral proposto no estudo, uma vez que se faz o embasamento teórico contribuindo para a sua consistência. Assim, complementando, Creswell (2007, p. 45) declara que “a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos. Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão aproximadamente relacionados ao estudo que está sendo relatado”.

Portanto, as pesquisas tiveram como primícia proporcionar mais significados e contribuições aos estudos dos temas investigados. Em vista disso, recorre-se a Creswell (2007, p. 27) ao lembrar que “o processo de pesquisa qualitativa é bastante indutivo, com o pesquisador gerando significado a partir dos dados coletados no campo”.

Esta é a função maior de pesquisa, enquanto caminho (talvez único) para a descoberta científica. Sua contribuição está diretamente relacionada à amplitude do cenário que se cria e que empresta condições para o surgimento de novos conhecimentos, de resultados inovadores. (MATIAS e ALEXANDRE, 2008, p. 18)

Desta forma, Gil (2002, p. 63) afirma que “o levantamento bibliográfico é de fundamental importância para a formulação do problema da pesquisa”. Logo, mediante às bases consolidadas, os resultados gerados e analisados possibilitou uma melhor compreensão sobre as literaturas utilizadas.

Partindo deste pressuposto, ressaltou-se que as etapas deste estudo facilitaram a ordenação de todo o processo, como também a fundamentação teórica, para que seja possível uma melhor compreensão.

5.2- SELEÇÃO DOS LOCAIS E SUJEITO DA PESQUISA

Para cumprimento da pesquisa, os objetos de investigação deste estudo compreendem dois processos de seleção que foram interpretados e analisados. Neste caso, os relatos das entrevistadas e os trechos redigidos pela autora Carolina Maria de Jesus, na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, compreendem os dois processos de seleção.

5.2.1 - Seleção dos Locais

Essa pesquisa apresenta como local selecionado nove empresas multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro. É necessário informar que, para manter o comprometimento quanto ao sigilo das organizações, essas foram identificadas como: A, B, C, D, E, F, G, H e I.

Vale ressaltar que as empresas não foram selecionadas conforme um segmento de atuação específico, tampouco se considerou algum outro critério para essa triagem. Quanto à prática da gestão da diversidade nas empresas em que as entrevistadas faziam parte, somente cinco empresas afirmaram ter esta política implantada.

5.2.2 - Sujeitos da Pesquisa

Considerando os dois enfoques deste estudo, têm-se como sujeitos da pesquisa, respectivamente, as mulheres que trabalham nessas empresas multinacionais, que foram entrevistadas, e a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Por opção, foram estudados os primeiros sujeitos da pesquisa, que compreendem as mulheres negras, a princípio contratadas por três anos ou mais, que apresentavam formação superior completa ou em processo de conclusão. Para o respectivo processo de seleção não foram consideradas as especificidades de cargos e as funções desempenhadas.

Quadro 1 – Perfil das Entrevistadas

Organização Privada	Entrevistada	Idade	Tempo de Contratação	Setor de Atuação	Perfil Acadêmico
A	Entrevistada-1	26	3 anos	Contabilidade	Mestranda
B	Entrevistada-2	37	7 anos	Seguros Corporativos	Mestranda
C	Entrevistada-3	36	10 anos	Advocacia Corporativa	Doutoranda
D	Entrevistada-4	52	5 anos	Financeiro	Pós-Graduada
E	Entrevistada-5	49	15 anos	Controladoria	Pós-Graduada
F	Entrevistada-6	35	12 anos	Financeiro	Graduação
G	Entrevistada-7	38	9 anos	Tecnologia	Graduação
H	Entrevistada-8	55	3 anos	Rec. Humanos	Pós-Graduada
I	Entrevistada-9	41	17 anos	Sustentabilidade	Doutoranda
H	Entrevistada-10	37	1 ano e 2 meses	Energia	Graduação
H	Entrevistada-11	26	1 ano	Contabilidade	Graduação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Convém destacar que os segundos sujeitos de pesquisas também terão suas identidades preservadas, sendo nomeadas como: Entrevistada-1, Entrevistada-2, Entrevistada-3, Entrevistada-4, Entrevistada-5, Entrevistada-6, Entrevistada-7, Entrevistada-8, Entrevistada-9, Entrevistada-10, Entrevistada-11.

Desta forma, posteriormente, a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” foi o segundo sujeito da pesquisa a ser investigado, a fim de compreender os registros sobre a realidade descrita, a identidade constituída, os locais e os acontecimentos do cotidiano.

5.3 - MÉTODO DE COLETA DE DADOS

De acordo com Fachin (2002, p. 29) “o método representa dessa maneira ‘o plano de ação’, formado por conjunto de etapas ordenadamente disposta”. Para tanto, o processo de coleta de dados contemplou dois instrumentos: o primeiro foi as entrevistas individuais e semiestruturadas, as quais foram realizadas com os sujeitos da pesquisa: as mulheres negras. Quanto ao segundo processo de coleta de dados, este compreende a leitura e análise do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Assim, as entrevistas seguiram um roteiro prévio, com questões que abordaram a percepção dos sujeitos da pesquisa quanto às estruturas identitárias observadas nas relações sociais e cotidianas da organização em que trabalham. Das 11 entrevistas, oito foram realizadas pela plataforma digital *google meet* e foram gravadas e transcritas na íntegra, possibilitando a formação de conteúdo para o processo de análise desta pesquisa.

Segundo Lakatos e Marcone (2003, p. 162) “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”. Sendo assim, pautado pela temática adotada, a delimitação do estudo compreendeu as circunstâncias do espaço, dos atores investigados e do tempo. Portanto, o cenário contemplou somente as empresas multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

5.4 - MÉTODO DE ANÁLISE

Do ponto de vista quanto aos procedimentos de análise de dados, estes possuem a função de demonstrar as evidências a que se chegou por meio da pesquisa realizada (LAKATOS e MARCONE, 2003). Para tanto, partindo do questionamento proposto e da leitura apresentada no referencial teórico, *a priori* emergem as categorias o Colonialismo/Colonialidade, os Estudos Subalternos, a Decolonialidade e a Interseccionalidade, que contribuíram na formação das categorias estruturantes adotadas neste trabalho (MAYRING, 2002).

Após a categorização foram analisados os conteúdos obtidos nas transcrições das entrevistas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa. Em seguida, buscou-se evidências nas transcrições do texto presente na obra

“Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus. Segundo Mayring (2002, p. 114) a análise de conteúdo qualitativa permite “analisar textos de maneira sistemática, por meio de um sistema de categorias, desenvolvido a partir do material e guiado por teoria”. Desta forma, realizou-se uma análise do conteúdo que permitiu interpretar todos os dados adquiridos.

A análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 84).

A compreensão das informações que se pretendeu obter contribuiu no procedimento ao tratamento desses dados, por meio da definição das categorizações e alocação das transcrições dos textos em cada uma das categorias estabelecidas *a posteriori*, como uma espécie de agrupamento. Vale lembrar que esses textos serviram como uma ancoragem para estas categorias, visto que representam uma exemplificação da própria categoria (MAYRING, 2002).

Por fim, após o processo de análise estabeleceu-se quatro regras para a codificação dos cenários identificados em cada categoria, o que possibilitou maior aprofundamento nas questões expostas neste estudo.

5.4.1 - Estratégias da Análise

Assim, o presente projeto abordou três etapas de análise:

- Primeira etapa: Iniciou com as entrevistas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, com base nas categorias apresentadas neste trabalho, que foram investigadas;
- Segundo etapa: Foram analisados os trechos da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, segundo as categorias identificadas no referencial teórico deste estudo;
- Terceira etapa: Foram comparadas e analisadas as evidências encontradas na primeira e segunda etapa, paralelamente. Assim,

pretendeu-se investigar as possíveis respostas para os cenários identificados.

O cerne desta técnica é que o sistema de categorias, derivado das dimensões de estrutura, seja definido com tal clareza que uma agregação inequívoca de segmentos de texto às categorias seja sempre possível. (MAYRING, 2002, p. 118).

Efetivamente, o roteiro da entrevista foi elaborado, somente, após a conclusão da primeira etapa do processo de análise.

Quadro 2 – Etapas do Processo de Análise

Etapa	Processo de Análise
Primeira	Análise das entrevistas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, com base nas categorias identificadas no referencial teórico deste estudo.
Segunda	Análises dos trechos da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, segundo as categorias identificadas no referencial teórico deste estudo.
Terceira	Comparar e analisar as evidências encontradas na primeira e segunda etapa, paralelamente. Assim, pretendeu-se investigar as possíveis respostas para os cenários identificados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vale destacar, também, que com os resultados alcançados nas respectivas análises realizadas, avaliou-se quais as condições/cenários que foram observados atualmente, ou seja, codificar esses novos cenários. Portanto, a terceira etapa teve o objetivo de verificar se: há continuidade ou descontinuidade, se as questões mudaram de padrão ou se há novas formas de interseccionalidade.

Quadro 3 – Codificação da Terceira Etapa de Análise

Código	Condição / Cenário Identificado
1	Questões permanecem
2	Questões similares que mudaram de padrão
3	Novas questões/Novas manifestações da interseccionalidade
4	Questões resolvidas

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Lembrando que existe um intervalo de 60 anos da data da publicação da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, em 1960, e a realização das entrevistas, que aconteceram no segundo semestre de 2020.

Convém destacar que a princípio foram consideradas categorias que, posteriormente, foram revisadas. Neste caso, após nova análise teórica e metodológica, optou-se por anular as categorias Colonialidade do saber e Paradigma Hegemônico Eurocêntrico, além de propor a inclusão das categorias: Interseccionalidade e Decolonialidade. Por fim, unificou-se Interseccionalidade e Colonialidade de Gênero em uma única categoria.

Quadro 4 – Categorias De Análise

Modernidade / Colonialidade / Estudos Subalternos / Decolonialidade / Interseccionalidade		Referências	Entrevistas (Primeira Fase)	Quarto de despejo: diário de uma favelada (Segunda Fase)	Terceira Fase			
					1	2	3	4
Colonialidade Do Poder	“os lugares e papéis sociais dos homens e das mulheres brancas, bem como de homens e mulheres negras e indígenas estavam fixados” (COSTA, 2015, p. 150)	COSTA, 2015 MIGNOLO, 2017 QUIJANO, 2009			Questões permanecem	Questões similares, que mudaram de padrão	Novas questões / Novas manifestações de interseccionalidade	Questões resolvidas
Colonialidade do Ser	Assim, sob a perspectiva da colonialidade todas as características fenotípicas e culturais diferentes a construção social estabelecida compreende a inferioridade do outros (QUIJANO, 2009)	ABDALLA e FARIA, 2017 QUIJANO, 2009						
Lugar epistêmico e Lugar social	“Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escutados não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade”. (GROSGUÉL, 2009, p. 408)	BALLESTRIN, 2013 COSTA e GROSGUÉL, 2016 RIBEIRO, 2019 SILVA e OLIVEIRA, 2018						
Teto de Vidro	A mulher negra, além de sofrer com sua estética negada e marginalizada, ainda encara o fenômeno do <i>glass ceiling</i> (teto de vidro). Esse fenômeno diz respeito às barreiras invisíveis que são impostas às mulheres nas organizações. (TEIXEIRA <i>et al</i> 2020, p. 235).	TEIXEIRA <i>et al</i> , 2020; VAZ, 2013						

Interseccionalidade / Colonialidade de Gênero	A interseccionalidade é uma <i>conceituação</i> do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)	LUGONES, 2008 BAMBIRRA e LISBOA, 2019 CARNEIRO, 2003 COSTA, 2015 CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019; TEIXEIRA et al, 2019						
Decolonialidade	A opção descolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade. (MIGNOLO, 2017, p. 10)	ABDALLA e FARIA, 2017; GROSFÓGUEL, 2009; COSTA e GROSFÓGUEL, 2016						

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

6 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados e analisados os dados coletados durante a primeira e a segunda fase do estudo. A partir dos resultados alcançados, provenientes da aplicação do roteiro de entrevista com mulheres negras atuantes em organizações privadas e da pesquisa documental realizada no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, buscou-se identificar as evidências sobre a representação da mulher negra através do estudo da interseccionalidade.

Assim, à luz de todo o referencial teórico, que contribui na elucidação sobre o processo de formação ideológica da sociedade brasileira sobre a mulher negra, pretendeu-se avaliar as condições/cenários que podem ser observados nas formas de interseccionalidade, verificando, assim, a continuidade, descontinuidade ou se é possível identificar novos padrões de realidade para a interseccionalidade.

É importante ressaltar que os dados obtidos foram fundamentais para atender à pergunta problema deste estudo, a qual tem o principal objetivo de, a partir da perspectiva da interseccionalidade e da decolonialidade, identificar na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, as características da representação da mulher que também pode, paralelamente, ser identificada na contemporaneidade das organizações.

Após conclusão da análise de conteúdo, realizada em ambas as etapas, evidenciou-se ainda a existência da interseccionalidade, conforme conceitualmente apresentado neste estudo. Assim, sequencialmente, abordaremos as análises dos dados coletados e os resultados.

6.1 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta etapa são apresentados os resultados das entrevistas realizadas seguindo a categorização predeterminada no Quadro 4 deste estudo.

Das 11 entrevistas realizadas, três entrevistadas optaram por responder sozinhas ao roteiro e encaminhar por e-mail, posteriormente. Assim, as demais entrevistas aconteceram através da plataforma digital *google meet*.

Adotou-se o recurso da plataforma digital em substituição aos encontros presenciais para que efetivamente fosse possível a realização das entrevistas, devido às circunstâncias do impedimento dos deslocamentos e aglomerações por causa das normas de saúde, em virtude das medidas profiláticas para a contenção da epidemia do coronavírus. Pelos motivos expostos, tornou-se necessária tal adesão ao uso da plataforma digital.

Considerando o teor das categorias apresentadas nesta pesquisa, formularam-se perguntas estabelecendo um roteiro de entrevistas (Anexo G), onde a temática abordada fundamenta-se no conteúdo categórico: colonialidade do poder, colonialidade do ser, lugar epistêmico e lugar social, teto de vidro, interseccionalidade/colonialidade de gênero e decolonialidade.

6.1.1 - Colonialidade do Poder

Nesta categoria serão apresentados relatos de algumas das entrevistadas que compartilharam experiências e percepções que denotam aspectos, no qual é possível perceber ainda o predomínio do padrão ancorado na classificação gênero-étnico-racial que controla as estruturas de trabalho.

Essa forma de operação, como lembram Muradas e Pereira (2018, p. 2120), compreende o “desempenho de funções precárias e subalternas nas relações de trabalho contemporâneas no Brasil atinge trabalhadoras e trabalhadores periféricos, interseccionalmente oprimidos pela raça e gênero desde a colonização”, ou seja, caracterizam-se as referências quanto à colonialidade do poder.

A presença de negros (homens e mulheres) em organizações internacionais é muito baixa. Para as mulheres, esse número ainda é menos expressivo. Por alguns longos anos, atuei em duas empresas multinacionais. [...] Na empresa, a atuação de engenheiros é muito requisitada, no entanto, a minoria é mulher e, infelizmente, não conheci nenhuma mulher negra no corpo de engenharia. Quanto à minha atuação, sempre percebi que a cobrança era muito maior. Minhas falhas, mais relevantes. Minha vestimenta era mais observada e sempre havia uma desconfiança quanto à capacidade de entrega de resultados. Muitos, sem mesmo conhecer a minha bagagem profissional e dedicação, relutavam em confiar no meu trabalho. Para muitos, a mulher negra não é capaz de assumir posições estratégicas nas organizações. (Entrevistada-2).

A Entrevistada-2 descreve que as questões raciais e de gênero estão entrelaçadas dentro da cultura e concepções organizacionais, visto que ela denota o quanto era perceptível a divergência no tratamento recebido, uma vez comparado às demais colaboradoras.

A exploração capitalista permanece com a inflexibilização das intervenções estratégicas, impedindo ações concretas de mudança, como a implantação de políticas de diversidade, maior recrutamento de colaboradoras negras, conseqüentemente maior inclusão de potenciais que contribuem com a empresa.

Atualmente, no escritório, é, vamos dizer do nível que eu tenho dentro do escritório como advogada sênior, tem mais uma advogada negra. É um escritório de advocacia muito tradicional, então ele é gerido por homens brancos eternamente, desde a sua fundação. Olha que ele já tem 50 anos, o escritório. Sempre foi gerido por homens brancos. Então, hoje, no mesmo nível de atuação que eu, como advogada sênior, tenho mais uma advogada negra de um mundo de poucas mulheres. Então, se você olhar para a representatividade negra no mundo de mulheres, esse percentual, você vai ter um número irrelevante, porque deve ter, sei lá, 15 mulheres dentro de uma realidade de 70. Sendo que não tem nenhuma sócia. É algo curioso lá no escritório. Inclusive, comecei a discutir, porque você tem uma base de estagiários predominantemente feminino, são muitas mulheres como estagiárias. É absurdo. Inclusive estagiárias negras. Só que na hora de efetivar, afunila. As mulheres não são efetivadas, sabe. (Entrevistada-3).

Pode-se verificar, na fala da Entrevistada-3, que fica evidente o predomínio da cultura eurocêntrica, do patriarcalismo, do sexismo e do racismo na gestão e na estrutura do quadro de colaboradores da empresa C.

Como Silva (2019, p. 401) evidencia “o racismo é produzido e reproduzido de forma implícita, em um discurso eufemizado que naturaliza as diferenças e visa justificar as hierarquias e opressão”. Essa ausência de iniciativas que não favorece a democratização aos acessos às oportunidades do mercado de trabalho.

Essa diferença, pautada pelo controle de trabalho das relações de poder, é a forma estrutural que permanece viabilizando um padrão hegemônico de classificação social.

Eu acho, assim, uma vitória eu estar lá, porque quando eu comecei, e até o ano retrasado, só tinha eu de negra. Então, quer dizer, quase oito anos ou sete anos. [...] Depois de uns três anos para cá o primeiro homem negro que teve foi no RH. Esse ano a empresa surpreendeu, sabe. Está tendo muita seleção. A empresa está mudando e mudando para melhor. Esse ano foi o ano que eles mais contrataram. Foram em torno de umas oito ou 10 pessoas. Para quem ficou uns oito anos só eu, demorou muito. O tempo todo provando que eu sou capaz disso, porque eu tive que provar que era capaz. (Entrevistada-6).

A Entrevistada-6 apresentou um novo panorama que pode ser observado na realidade da organização na qual trabalha. Embora tenha vivenciado um cenário contraditório por um longo período, sendo a única colaboradora negra contratada, percebe-se nesta fala que o racismo esteve presente na articulação da política de gestão da empresa F. No entanto, é possível reconhecer que os espaços passaram a ser reconfigurados recentemente. Assim, acredita-se que a casualidade da expressiva contratação dos últimos colaboradores negros possa ter sido de alguma adoção à política de diversidade.

Vale ressaltar que a importância de ações de inclusão racial no setor privado contribui na promoção da diversidade e redistribuição das oportunidades. A busca por um ambiente organizacional que proporcione a todos os seus colaboradores uma ampla capacidade de desenvolver o seu próprio potencial surge com uma proposta vantajosa no mercado (ROSA, 2014), configurando às empresas uma força de trabalho heterogênea, inovadora e com melhor adaptação ao mercado.

6.1.2 - Colonialidade do Ser

Seguindo a categorização proposta, a experiência de ser mulher, principalmente na condição de negra, relaciona-se historicamente à imagem formada a partir da identidade inferiorizada, hipersexualizada e subalternizada provocada pelos efeitos da colonialidade. No entanto, convém ressaltar que, embora enfrentando grandes desafios no debate contra a desigualdade de oportunidades e salários, as mulheres negras ainda vêm militando frente a uma resistência às estereotipagens culturalmente hipersexualizadas dos seus corpos.

Assim, é necessário refletir sobre a construção da identidade e as estruturas sociais, para que se possa deixar de predefinir às mulheres negras os lugares que historicamente lhes eram destinados (GONZALEZ, 1984).

Sim, porém fora do ambiente corporativo. Já passei por algumas situações constrangedoras em relação ao meu cabelo crespo, por exemplo: “Porque você não faz uma escova no seu cabelo?”, “Você vai sair com o cabelo dessa forma?” e outras. (Entrevistada-11).

A narrativa acima revela uma das rejeições mais recorrente que algumas mulheres negras sofrem em relação às suas características fenotípicas. A Entrevistada-11 cita comentários desagradáveis e preconceituosos que escuta no seu dia cotidiano. Na maioria das vezes, essa hostilização referente ao cabelo, demonstra uma discriminação sustentada pelo racismo latente na sociedade. Segundo Teixeira et al (2020, p. 232) “o cabelo é considerado um dos elementos centrais das identidades de mulheres negras desde as antigas civilizações”, retrata uma representatividade, uma resistência aos padrões impostos pela sociedade.

No ambiente de trabalho não, no tribunal também não. Acho que essa questão da postura, da roupa, de se arrumar, é algo que acaba dando uma... chamando atenção. Acaba impondo um ritmo. Mas em outros ambientes fora do trabalho sim. (Entrevistada-3).

Percebe-se na fala da Entrevistada-3 que a postura assumida no ambiente de trabalho tanto no comportamento, quanto na vestimenta, pode ter contribuído para que não sofresse comentários racistas inferiorizando-a física e psicologicamente. No entanto, fora do ambiente de trabalho, a Entrevistada-3 descreve sofrer insinuações preconceituosas quanto às suas características físicas.

Tento em vista os aspectos observados, constata-se que os efeitos da modernidade/colonialidade geraram reações afetivo-patológicas frente ao negro. Esta reação, que desencadeou o ódio, a indiferença, a desumanização e até o desejo erótico (MALDONADO-TORRES, 2016) na objetificação dos corpos negros.

Vivenciei várias. Me posicionei, mas acredito que ainda é sim uma realidade...muito, muito. A mulher realmente... Eu falo isso para o meu marido: 'Porque você não é mulher; Você não viu o que vi, que eu vivi'. Eu tenho uma amiga, que o meu chefe chamou ela lá, porque ele era o gerente do RH. O tal que me agarrou. Falou para ela: 'Hoje é seu último dia de estágio. Você só sai se você quiser. Se você me der aqui e agora, você fica'. Ela saiu da sala e foi embora. Ele chamava na sala e fechava a porta. (Entrevistada-8).

Na exemplificação colocada pela Entrevistada-8 é possível evidenciar que o patriarcalismo é predominante nas estruturas organizacionais, visto a atitude do gerente do RH que abusava da autoridade hierárquica para oprimir funcionárias. Esse tipo de violência e exploração estigmatiza a mulher negra. Portanto, reverberar a diferenciação racial como um elemento delimitador no meio universal para determinar o padrão de dominação social (QUIJANO, 2005) torna-se uma atitude opressora e segregadora nas organizações.

Sim. Infelizmente ainda é assim. Já vivenciei situações em que colegas, nada íntimos, fizeram brincadeiras/piadinhas de cunho sexual, que certamente não fariam com uma mulher branca. O entendimento de muitos homens brancos é que a mulher negra é fácil de ser levada para a cama. (Entrevistada-2).

A partir do relato da Entrevistada-2 é possível identificar os efeitos da colonização, tão perceptíveis no cotidiano das mulheres negras. As relações e os discursos carregados de elementos característicos da colonialidade sustentam um padrão incisivamente eurocêntrico, no qual erotizam e objetificam os corpos das mulheres negras.

Acontece que quando a gente passa por qualquer situação de assédio é...a gente fica num dilema muito grande de reagir a ele e perder a oportunidade, sabe? E perder não só o que se conquistou, mas o que poderia ter se conquistado, novas oportunidades. Normalmente, a primeira decisão mais corrente é o silêncio. Eu silencieei por muitas vezes. Eu aprendi a silenciar de uma forma muito positiva, pois eu dizia: Eu não vou deixar isso influenciar no meu desempenho. Eu não vou tornar isso maior do que a minha competência, do que meu funcionalismo. Por ser uma mulher negra muito bem resolvida e acostumada a sofrer assédio, a gente meio que cria...eu não sei se isso é bom ou ruim... um escudo, uma forma. A nossa mente vem um gatilho que te protege daquilo. Então, essas coisas não me atingem mais. Isso não me afeta mais. (Entrevistada-3).

O silenciamento também é uma atitude muito recorrente na maioria dos casos de assédio, que se tornam corriqueiros por não serem impedidos.

Infelizmente, algumas mulheres, para não perderem suas oportunidades de trabalho, optam por silenciar-se. Nesse contexto, desconsiderar o valor, os direitos e o respeito ao corpo da mulher negra, ou seja, o ato de destituir a sua humanidade e liberdade, expressa uma realidade que permanece reproduzindo os efeitos do pensamento colonial. Pode-se afirmar que a raça é um importante marcador de diferença, tornando-se um mecanismo de marginalização e supressão da mulher negra (GOUVÊA et al, 2019).

Neste ponto eu responderia falando da minha organização: o assédio à mulher existe. Dá para perceber aquele olhar, aquele grau de interesse em você. Se você quiser chegar a um determinado cargo, só depende de você, entende? Mas eu nunca consegui ter esse olhar para além de ser mulher, ser negra. E nem em outras organizações. Por mais que eu já tenha te falado sobre questões de racismo, ligar assédio à pessoa ser negra, eu nunca notei. Mas o assédio à mulher em todas. (Entrevistada-1).

Em todas as entrevistas observou-se que, ainda num processo contínuo, a colonialidade do ser permanece nas relações e nos discursos inferiorizando mulheres negras. Vale lembrar que as diferenças étnicas são tratadas como instrumento de dominação (SILVA, 2019). É necessário superar o padrão estabelecido do poder colonial para que não haja divisão no mercado de trabalho a partir da questão racial, que inviabiliza e subalterniza a mulher negra.

6.1.3 - Lugar Epistêmico e Lugar Social

A temática do lugar epistêmico e do lugar de fala na sociedade sugere refletir sobre pautas femininas, que lutam por romper barreiras, conquistar espaços e oportunidades, visibilizar e humanizar as mulheres, principalmente as negras, em cenários onde o racismo, o sexismo e o patriarcalismo são predominantes.

Entende-se que a perspectiva eurocêntrica, ainda latente na sociedade, desvincula o “lugar epistêmico” do “lugar social”, permanecendo o subalterno oculto, invisível (ROSA e ALCADIPANI, 2013). Por essa razão, constata-se que o eixo racial estabeleceu uma divisão de privilégios, estabelecendo oportunidades e experiências muito distintas na sociedade (COSTA e GROSFOGUEL, 2016). A discriminação marginaliza e inviabiliza as vozes das

mulheres negras. A desigualdade estabelecida sustenta a posição subalterna de muitas mulheres que estão no mercado de trabalho, favorecendo os efeitos de uma colonialidade continuada.

Não...não tem. Não tem nenhum canal que se possa levar questões, não...não...Nossa! Se não houver uma mobilização de nós por nós mesmos, impossível o escritório adotar qualquer coisa. O escritório nunca vai fazer...nunca. (Entrevistada-3).

Não. Não, a gente não tem. É aquilo que estava colocando para você. Eu acho que isso está muito tímido ainda. A gente não tem. [...]. Esse papel de escuta frente à mulher negra numa companhia. Não tem. (Entrevistada-5).

“Não. São ouvidas quando dominam algum processo, mas não são convocadas para reuniões multidisciplinares.” (Entrevistada-10)

Considerando os trechos das três entrevistas supracitadas, percebe-se ainda que o privilégio epistêmico permanece historicamente fundamentado no padrão eurocêntrico e moderno. Essa realidade reafirma a classificação racial, enquanto orienta quais discursos devem ser aceitos ou não, quais falas devem ser ou não reconhecidas. Assim, o padrão e pensamento hegemônico (patriarcalista e racista) impedem a ressignificação das identidades, impedindo o lugar de fala e a visibilidade do “*Outro*”, nas dimensões de gênero, de raça e de classe (RIBEIRO, 2019).

Somos pouquíssimas no ambiente corporativo. Então, assim, vou responder por mim. As vezes que falei e expus tive a minha fala considerada. Mas isso não é o padrão, não. Eu chutaria que é uma situação excepcional. (Entrevistada-9).

Sim. Mulher negra só tem eu. Como sou da parte financeira/contábil eu acabo tendo que falar. Então, lá não tem esse o problema. (Entrevistada-4).

Eu vou falar de mim, porque eu era a única sim, total. [...] Porque eu era a pessoa que tinha essa experiência de startup. Eu me envolvi com coisas que nem era de RH, tipo requisitos para conseguir a licença. Eu me envolvi na obra do escritório. Eles tinham feito um processo de aprovação do budget, do orçamento para Alemanha. E quando eu bati o olho disse: ‘Não é esse orçamento. Tá errado. As vagas não são essas. Os salários não são esses. Esse orçamento está todo furado’. Refiz o orçamento com eles. Submeti à Alemanha e foi aprovado. [...] Eu tinha feito uma consultoria de documentação de todos os procedimentos de uma empresa que tinha se tornado uma multinacional. Eu tinha esse knowhow. E aí, com 4 meses de empresa, eu recebi um prêmio global que ninguém recebe nesse tempo só de empresa. [...] Eu fui reconhecida, novamente, pelo conhecimento, pelo estudo. (Entrevistada-8)

Quando questionadas sobre os seus espaços de fala nas organizações, tanto a Entrevistada-4 quanto a Entrevistada-8 relataram que conseguiam se expressar e serem ouvidas. No entanto, ambas eram as únicas dentro da realidade das empresas multinacionais D e H, respectivamente.

É possível observar nas falas acima que as experiências são singulares e que representam um início da superação da invisibilidade imposta às mulheres negras no mercado de trabalho. Essas entrevistadas contribuem para uma ressignificação nos espaços das empresas multinacionais, possibilitando de certa forma o protagonismo feminino numa nova realidade.

6.1.4 - Teto de Vidro

Como abordado no referencial teórico, o desempenho da função gerencial para as mulheres nas organizações implica num desafio de conciliar a vida pessoal e a vida profissional, além das barreiras predeterminadas que as inviabilizam na ascensão aos cargos gerenciais e estratégicos nas empresas.

Debater sobre essa temática é refletir sobre a falta de reconhecimento, as desigualdades (diferenças salariais, falta de oportunidades etc), a predominância do machismo e da violência sexista que implicam em impedir o reconhecimento da competência da profissional, conseqüentemente a carência de novas perspectivas e da menor interação social.

Falando até por mim, que não almejo um cargo de liderança, mas tenho um posto de liderança reconhecido pelos pares. E não vejo uma dificuldade de vir a ser uma líder no futuro porque entendo que há oportunidades, entendo que há um movimento da empresa. Não é fácil, pois ainda tem raízes muito fortes masculinas, culturais da empresa. (Entrevistada-7).

Como a própria Entrevistada-7 assegura que, mesmo que haja um reconhecimento nato dos seus pares quanto ao estilo de liderança no cotidiano organizacional, as transformações necessárias para a promoção das mulheres negras aos cargos estratégicos ainda encontram barreiras advindas da cultura e dos valores intrínsecos à sociedade, na qual exercem influências sobre as políticas de gestão de grande parte das organizações (VAZ, 2013).

Para que se tenha um novo panorama é fundamental que se trabalhe num processo de mudanças, mesmo que gradativas, dos valores e concepções enraizadas na cultura da organização.

Ascensão sim. Eu percebi, passei a perceber nos últimos anos, principalmente na minha área de recursos humanos. Eu acho que é uma área onde a maioria é feminina, a maioria na posição de gestão sim. No caso de mulheres negras, muito timidamente também. Eu acho que tem um outro ponto também que é a busca pelo desenvolvimento. [...] Eu acho que, primeiro, o interesse pelo desenvolvimento. Tem a questão financeira, mas hoje a gente já tem muito mais programas, incentivos pra gente estudar. [...] Hoje, temos um incentivo maior para o estudo. (Entrevistada-8).

A Entrevistada-8 declara que tem observado, mesmo que sutilmente, uma ascensão das mulheres negras. Para tanto, alega que o conhecimento e o incentivo aos estudos contribui para a mudança deste cenário. Afirma que percebe essa realidade no setor de Recursos Humanos, que tradicionalmente, é coordenado/liderado por mulheres na maioria das empresas. Essa democratização incipiente das oportunidades aos cargos gerenciais evidencia mudanças no cenários das empresas multinacionais.

Das mulheres são poucas, mas é aquela coisa, as que se interessavam elas conseguiam, entendeu. Mas só que é uma luta, porque era sangue no olho. Todas as mulheres que eu conheço que chegaram lá, porque tinham sangue no olho mesmo. [...] A (*nome da empresa*) não é uma empresa que tem preconceito. Eles dão a oportunidade. O *controller* é um negro, o diretor de produção também é um negro e assim vai. (Entrevistada-4).

Observa-se na resposta da Entrevistada-4 que a realidade vivenciada na empresa multinacional em que trabalha é diferenciada. É possível identificar pessoas negras tendo ascensão a cargos gerenciais. A Entrevistada-4 aponta que a determinação, o esforço e o foco seriam os principais diferenciais para que as funcionárias conseguissem alcançar cargos almejados.

6.1.5 – Interseccionalidade/Colonialidade de Gênero

É nesta categoria que é possível compreender que o conceito de interseccionalidade passa a ser uma ampliação de estudos e conhecimentos produzidos pelos importantes movimentos feministas, que debatiam sobre os

marcadores sociais de raça e gênero que marginalizavam as mulheres negras, identificando os efeitos predominantes da colonialidade.

É preciso pontuar que a interseccionalidade permitiu às feministas argumentarem sobre as localizações e suas formas de opressão para as identidades construídas e impostas, seguindo uma matriz colonial moderna que inviabiliza e subalterniza a mulher negra (AKOTIRENE, 2019).

A política existe, está sendo implementada, mas de forma vagarosa e isolada. A decisão final é da diretoria (homens brancos). Verificamos que a contratação é da maioria branca, talvez por 'melhor qualificação'. Mas é impossível não ficar atenta à cor da pele dos novos contratados. E é uma sensação boa ver quando há uma nova profissional negra no time. Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, houve a presença de uma palestrante negra, da área de Marketing da empresa Beleza Natural. Explicou sobre empoderamento, expôs números onde fica nítida a diferença de tratamento nas corporações entre homens e mulheres. E claro, as dificuldades que mulheres negras enfrentam para conquistar um lugar de fala. (Entrevistada-10).

O conflito existente entre a adoção de uma política de gestão que valorize a diversidade em contraponto à realidade, que acaba por não refletir o pleno exercício dessa prática gerencial nas organizações, demonstra que a interseccionalidade é ainda estruturante. Assim, como ressalta Lugones (2008, p. 81, tradução nossa), "A divisão do trabalho é completamente racializadas e geograficamente diferenciada. Aqui, vemos a colonialidade do trabalho como um entrelaçamento cuidadoso de trabalho e raça".

Neste caso sim. Inclusive no meu próprio trabalho, às vezes por gerentes brancas. A gente, numa sala de convivência, conversando ou tomando café, quando eu falo que faço mestrado...

- Você faz mestrado? (Pergunta de outra pessoa) ... tipo assim, eu não tenho mestrado e você tem mestrado.

O meu estudo de mestrado assusta algumas pessoas e dá às vezes pra pessoa olhar de onde eu vim: Campo Grande, filha de doméstica... caraca, ela chegou lá! Então, eu acho que enfim, assusta. Subverter não, mas morro de orgulho de onde eu estou. Eu faço questão de falar que faço. Faço questão de falar que estou inserida ali, mas assim continuar o diálogo que ali está sendo falado. (Entrevistada-1).

A partir da fala da Entrevistada-5, observa-se que a mulher negra está numa constante vulnerabilidade social originária da violência provocada pela desigualdade e exploração das relações hierarquizadas de poder nas organizações. Neste sentido, Bambirra e Lisboa (2019, p. 278) lembram que a

“interseccionalidade pode nos auxiliar na visibilização dos corpos historicamente marcados, pela interação entre gênero, raça e classe, além de demonstrar a maior vulnerabilidade das mulheres negras”.

Além de alguns olhares desaprovadores, já passei por situações em que os próprios gestores desacreditavam do meu potencial profissional. A resposta a esse tipo de situação é estudar sempre, trabalhar e mostrar resultado pois, infelizmente, as mulheres negras, que atuam em posições fora das camadas inferiores, são mais cobradas e a luta (no sentido denotativo da palavra) é árdua e diária. (Entrevistada-2).

Essa pergunta é complicada, né. Eu percebo assim: eu como mulher, como negra, eu acho, assim, que as pessoas tendem a pegar o diferente, que é a minha situação, para comparar com o desigual. Quero dizer com isso, assim: ah, mas você é negra e você conseguiu. [...] Mas por que você vê pessoas com formação mediana e não negras, que também não são referência de algo, que são medianos, terem sucesso? Por que a gente, para igualar a esse mediano, eu tenho que estar sempre muito acima da minha média da minha formação? Eu não consigo entender... Eu tive uma oportunidade e mesmo assim ela não me traz igualdade. (Entrevistada-5).

As diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres negras cruzam seus caminhos, impactando nos seus modos e condições de vida. A cobrança será sempre maior para a mulher negra, quando comparada a mulher considerada branca. Os diferentes marcadores sociais como o gênero, a raça, a etnia, a classe social, entre outros, não podem deixar de estar desentrelaçados numa análise sobre as consequências advindas do racismo, do sexismo, do patriarcalismo e de tantas outras formas opressivas que reverberam o predomínio das ações dominadoras, mesmo que essas sejam subliminares.

Porque a princípio o olhar diz muito, né. Você nem precisa abrir a boca, a pessoa já te olha. Será que sabe falar alguma coisa? Será que sabe conversar alguma coisa? Aí a pessoa me colocou numa situação, perguntando: Você estudou? Você teve condições de estudar? Como que você conseguiu pagar a sua faculdade? Seu namorado te ajuda? Sua mãe paga para você? Eu ouvi isso! E isso por acaso foi no almoço da empresa. (Entrevistada-6).

Os inúmeros questionamentos apontados pela Entrevistada-6 no trecho acima demonstra o quanto, para uma determinada parcela da sociedade, pode representar uma surpresa o fato de uma mulher negra apresentar algum tipo de

qualificação profissional. Até os dias atuais o acesso ao conhecimento exprime algo inatingível à maior parte população.

Desta forma, a presença das mulheres negras nas organizações, cada vez mais capacitadas intelectualmente, tendo acesso ao conhecimento, tornou-se também uma conquista nos meios acadêmicos. A inserção das mulheres negras nas universidades, assim como dos homens negros, passou a ser uma questão necessária para atenuar o mínimo das desigualdades correspondentes aos efeitos da opressão e discriminação (COUTINHO et al, 2009).

Racismo não, mas de sexismo sim. Inclusive aqueles comentários de 'Está dando para quem?' Para chegar onde chegou. Eu sempre, nunca me senti desconfortável. Nunca me intimidei com esse tipo de comentário. Então, eu sempre mostrei porque eu tava ali. [...] Sempre abri a porta por minha conta. Então, isso sempre fez a diferença. A competência, o meu trabalho sempre falou por mim. Eu consegui reverter essa situação com a minha qualificação, com a qualidade da minha entrega que fiz do meu trabalho. Isso sempre ficou muito claro. A questão da classe social, eu nunca escondi que vim de uma classe baixa, de origem humilde, mas eu nunca me coloquei dessa forma. Para mim isso nunca fez diferença nenhuma. (Entrevistada-8).

Em todos os trechos acima mencionados, as entrevistadas alegaram que o acesso ao conhecimento e a capacidade do seu desenvolvimento profissional foi um importante fator para que as dificuldades em conquistar boas oportunidades e as respectivas promoções fossem atenuadas. No entanto, mesmo com toda meritocracia, é inegável reconhecer que superar os preconceitos exige diariamente uma luta para comprovar a sua competência profissional (VAZ, 2013).

6.1.6 – Decolonialidade

O reflexo da modernidade/colonialidade na sociedade brasileira pode ser observado até os dias atuais nas formas desiguais que compõem as bases dos valores e da cultura predominantemente racista, sexista e patriarcalista. A tentativa de superar com o essencialismo dos padrões eurocêntricos constitui uma reivindicação e ressignificação das perspectivas, das relações sociais, pela pluralidade de vozes e da produção de conhecimento.

Afim de reconstruir o pensamento, ao passo que contribui na quebra da influência da colonialidade presente nas estruturas sociais, a proposta do pensamento decolonial sugere romper com a herança dos estereótipos gravados nas mentes e nos corpos das gerações, principalmente, das mulheres negras (REIS e ANDRADE, 2018).

Sim. Caxias. Caxias é considerada a cidade que tem sempre bandido. [...] Falam assim: 'Mas como você, de Caxias, conseguiu uma vaga aqui na multinacional? Como você saiu do seu bairro e te deram uma vaga de emprego?' Como se Caxias fosse o pior bairro do mundo em criminalidade. (Entrevistada-6).

A fala da Entrevistada-6 retrata a realidade que vivencia quanto ao estereótipo criado por ser moradora de município distante ao local de trabalho e que, historicamente, é marcado por ter um índice de criminalidade nas áreas de comunidade dominadas por facções.

O fato de ser moradora do município de Caxias tornou-se um ponto de julgamento preconizado e mais evidenciado do que o perfil e capacidade profissional da Entrevistada-6.

Nunca passei por situações de algum colega de trabalho verbalizar insinuações racistas. Entretanto, já vivenciei olhares desaprovadores tão intensos quanto às insinuações racistas propriamente ditas. O fato de ter conseguido me capacitar, vencendo todos os dias os estereótipos delegados às mulheres negras, e de ter tido oportunidades tão importantes, posso considerar uma superação. (Entrevistada-2).

O contexto hostil, por vezes cercado de julgamentos e olhares desaprovadores, acaba por revelar as consequências do colonialismo nas relações sociais, demarcando e oprimindo o "outro". Portanto, Faria e Abdalla (2017, p. 923) evidenciam a necessidade de rever a "perspectiva do 'outro' excluído pelo eurocentrismo". Analisando a fala da Entrevistada-2, observa-se que o processo de descolonização dos resquícios do colonialismo, ainda tão presente, revela o que denominamos de racismo estrutural, o que é identificado na reação relatada pela Entrevistada-2.

6.2 – ANÁLISE DA OBRA “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”

A análise dos dados coletados na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” seguiu uma categorização delimitada, segundo o referencial teórico. Retomando os objetivos especificados nesta pesquisa, buscou-se avaliar as questões apontadas pela autora-personagem Carolina Maria de Jesus, que através da sua narrativa, contribui para uma articulação decolonial, na qual reitera o espaço de fala do subalterno, ao passo que evidencia formas e características de opressões através do gênero, do étnico-racial e de classe.

6.2.1 - Colonialidade do Poder

- O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma media. É bom beber um cafezinho de manhã.
- Eu não quero. A senhora cata estes papeis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo. Eu já sei o que vou fazer da minha vida. Daqui uns dias eu não vou precisar de mais nada deste mundo. Eu não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros me explorava muito (...). (JESUS, 1993, p. 49).

A proposta desta categoria foi investigar como o fenômeno da colonialidade do poder é identificado no texto da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Entende-se que o controle sobre as relações sociais era sustentado de maneira impositiva por uma classificação racial, na qual o sistema capitalista configurava as formas de trabalho.

Portanto, como um elemento sócio-histórico determinante, pode-se observar no trecho acima uma situação vivenciada pela autora, vítima de opressão, por sempre ser rotulada como sujeito inferior e incapaz, por desenvolver uma atividade considerada de menos prestígio. Assim, o eurocentrismo colonial epistêmico reproduz a divisão de raças, enquanto desqualifica a etnia e a cultura não europeia. Essa ação impositiva permanece retroalimentando o racismo nas estruturas e relações sociais (REIS e ANDRADE, 2018).

Eu nada tenho a dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou o meu caráter (...). (JESUS, 1993, p. 43).

Observa-se no trecho acima que as dificuldades enfrentadas pela autora-personagem impossibilitaram a concretização do seu sonho e da sua mãe. Decerto, as barreiras da classificação racial e as dificuldades ao acesso à educação, principalmente das pessoas negras, foram as principais variáveis determinísticas.

Neste sentido, estabeleceu-se um paralelo do trecho com o entendimento do conteúdo apresentado no referencial teórico, no qual revela que os lugares sociais de mulheres negras, consideradas subalternas, estavam prefixados na estrutura social. Logo, através deste padrão constituído, as mulheres negras não poderiam ser representadas, reconhecidas, tampouco ouvidas.

6.2.2 - Colonialidade do Ser

Segundo o referencial teórico, as experiências vivenciadas pelos considerados subalternos, evidencia os efeitos da predominância do racismo e patriarcalismo ainda latente nas estruturas da sociedade. Os reflexos decorrentes das consequências da colonialidade do ser impõem-se sobre os corpos e a vida das mulheres negras, que vivem sobre a estereotipagem em torno da mulata, da doméstica e da prostituta. Essa padronização negativa trouxe à mulher negra a inferioridade como ser humano, incapacitada de exercer atividades que não fossem orientadas pela colonialidade.

(...) Comecei fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.

- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.

Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. (JESUS, 1993, p. 23).

Portanto, como mostra Streva (2016, p. 25) “o racismo ‘objetifica’ o corpo negro”, ou seja, torna-o exposto às formas de violência que delimitam a sua liberdade e os seus direitos. O processo da escravização representou a

construção da imagem das pessoas negras destituídas de humanidade, principalmente da mulher negra que, interseccionada pelo gênero e pela raça, foi considerada o “outro”.

Essa concepção subalternizada conferiu uma destinação de inferioridade e inacessibilidade permanente à formação cultural, ao conhecimento e aos lugares de maior visibilidade. Desta forma, é possível perceber que nas relações sociais o efeito da colonialidade está presente nos corpos colonizados, destituído da reflexão existencial.

...Fiquei pensando num preto que é meu vizinho. O senhor Euclides. Ele disse-me:
- Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros?
- Oh, se quero!
- Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar.
- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas.
- Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada.
- Eu já estou habituada.
- Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam (...). (JESUS, 1993, p. 152).

Desse modo, percebe-se no trecho acima que a autora-personagem transcreve a fala de um homem que reverbera a estereotipagem da mulher como a interesseira. É visível essa caracterização objetificada da mulher. Portanto, ao longo do tempo, as mulheres de cor foram hipersexualizadas, invisibilizadas, subalternizadas e colocadas em patamares onde qualquer proteção e assistência fossem negadas (LUGONES, 2008).

Evocando a situação anterior, observa-se que no trecho abaixo denota-se uma situação na qual a autora-personagem sente-se inferiorizada ao ter que dividir um espaço com outra pessoa que demonstra uma atitude de total repugnância pela sua presença.

Essa aversão, seguida de questionamento à presença da autora-personagem no elevador, dar-se-á pela rejeição da convivência aos considerados subalternos, que mesmo em circunstância de tamanha vulnerabilidade, se sentem coagidos quando recebem olhares e indagações, permeia uma destituição da condição humana.

Subi no elevador, eu e a Vera. Mas eu estava com tanto medo, que os minutos que permaneci dentro do elevador pareceu-me séculos. Quando cheguei no quarto andar respirei aliviada. Tinha a impressão que estava saindo de um tumulto. Toquei a campainha. Surgiu a dona da casa e a criada. Ela deu-me um saco de papeis. Os dois filhos dela conduziu-me no elevador. O elevador em vez de descer, subiu mais dois andares. Mas eu estava acompanhada, não tive receio. Fiquei pensando: a gente fala que não tem medo de nada, as vezes tem medo de algo inofensivo.

No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarisada com estes olhares. Não entristeço. Quiz saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador.

O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (JESUS, 1993, p. 98).

Nota-se que no trecho acima retratado é possível evidenciar a herança na sociedade dos efeitos da colonialidade. As formas de atitude moderno-colonial antinegra permanece criando e sustentando a colonialidade do ser, evitando um debate sobre as consequências desse problema social que resulta no racismo estrutural (MALDONADO-TORRES, 2016).

6.2.3 - Lugar Epistêmico e Lugar Social

Considerando a categoria supracitada, sugere-se refletir sobre a importância de evidenciar as experiências individuais na construção histórica de um grupo social. Reconhecer esse discurso é identificar a visibilidade do considerado pela sociedade como o subalterno.

Assim, a concepção do lugar de fala possibilita a transformação da realidade dos considerados marginalizados pela sociedade, que ocupa determinado lugar social. Assumir que um pensamento, uma fala, ou ainda uma experiência tem a sua localidade, que reflete os aspectos culturais e geopolíticos de determinado grupo antes inviabilizado, é avançar na promoção e disseminação dos saberes pluriversais (FARIA E ABDALLA, 2017).

9 DE AGOSTO Deixei o leito furiosa. Com vontade de quebrar e destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo.
... Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. (JESUS, 1993, p. 96).

Segundo Spivak (2010, p. 110) “Pode o subalterno falar? (...) A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras”. Assim, retratar a realidade torna-se uma aversão à proposta hegemônica eurocêntrica. Refletir sobre os lugares periféricos, explorando temáticas relacionadas aos invisibilizados e os seus processos de exclusão, sugere produzir identidades que traduz uma ótica antes ignorada pelo discurso dominante (ROSA e ALCADIPANI, 2013).

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luiz emprestou-me dinheiro. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li – Retrato da favelada no Diário da Carolina. (JESUS, 1993, p. 150).

Por todos esses aspectos observados, pode-se perceber que ao admitirem o testemunho de Carolina Maria de Jesus, a revista *O Cruzeiro* viabilizou um caminho, no qual o “outro” passaria a existir tendo a liberdade de ter o seu espaço social e epistêmico reconhecido (SANTOS, 2018). Portanto, ter esse espaço, simbolizou a oportunidade de proporcionar, sob a ótica da autora-personagem, a fala de quem de fato vivenciou as condições impostas por uma realidade tão desigual.

...Lavei o assoalho porque estou esperando a visita de um futuro deputado e ele quer que eu faça uns discursos para ele. Ele disse que pretende conhecer a favela, que se for eleito há de abolir as favelas. (JESUS, 1993, p. 30).

No trecho acima, observa-se que o político conhecia a notoriedade do discurso produzido pela autora-personagem. A narrativa impressa com a sua subjetividade, com as suas reflexões e críticas compilavam uma formação identitária daquela comunidade, reproduzindo os seus anseios e necessidades.

Assim, esses discursos despertaram o interesse do político citado pela mesma, que passou a reproduzir esta narrativa, provavelmente em alguma campanha eleitoral. Vale ressaltar que esse discurso tem um lugar de fala, no qual é propagado por alguém, que se subentende não o ocupar.

6.2.4 - Teto de Vidro

A categoria Teto de Vidro é o resultado da ideologia patriarcalista, sexista e racista. É a ideologia estrutural de poder muito presente nas relações de trabalho. Esse exemplo de centralidade misógina e racial delimita a oportunidade de mulheres demonstrarem o seu real potencial no cumprimento das suas funções em cargos estratégicos e gerenciais. Neste sentido, compete reforçar a importância da presença e da adoção de políticas que combatem os discursos resistentes na eliminação do fenômeno teto de vidro (PRONI e PRONI, 2018).

(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadro, O Kubstchek e o Dr Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (JESUS, 1993, p. 26).

Embora Carolina Maria de Jesus não tenha efetivamente trabalhado numa organização multinacional, logo não ter vivenciado as consequências do fenômeno teto de vidro, sua reflexão, no trecho acima, denota a consciência quanto à limitação imposta nas reivindicações como cidadã pobre e sem voz nas ações de políticas públicas.

Conforme ressalta Spivak (2010, p. 160) “não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar”, ou seja, essa conscientização da sua subalternidade reflete a opressão produzida pelo que inviabiliza a superação dos lugares predefinidos pela cultura patriarcalista, sexista e racista.

6.2.5 – Interseccionalidade/Colonialidade de Gênero

Nesta seção, apresenta-se a categoria da colonialidade de gênero que denota a vulnerabilidade das mulheres não-brancas, devido à histórica exploração sexual dos corpos. Sustentando sobre um discurso de padrão

eurocêntrico, esta categoria corrobora para que as mulheres negras estariam designadas a ocupar somente uma determinada estrutura da sociedade.

Seriam reservadas para as mulheres negras ou amefricanas, expressão denominada por Lélia Gonzalez (1984), somente as atividades profissionais de doméstica, de prostituta ou de babá. Desta forma, a exclusão à educação, à saúde e melhores condições de vida lhes seriam negadas. Ainda convém lembrar que nesta categoria é possível ainda compreender a permanência dos diferentes marcadores sociais que condicionam a injustiça pautada pela classe, pelo gênero, pela raça e pela etnia.

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 1993, p. 58).

Com a contribuição dos estudos de Teixeira et al (2020, p. 232), pode-se afirmar que “tanto para homens e mulheres africanos quanto para seus descendentes da diáspora africana, o cabelo está intrinsecamente ligado à identidade cultural, à espiritualidade, à ancestralidade e às noções de beleza”. Para tanto, recorda-se que as experiências sociais, a partir das características do gênero, da raça, da etnia e da classe social, direcionam as particularidades da opressão. Assim, a mulher negra e favelada, como era conhecida Carolina Maria de Jesus, enfrenta as diferenças racistas e sexistas.

(...) Quando cheguei no ponto de onibus encontrei com o Toninho da Dona Adelaide. Ele trabalha na Livraria Saraiva. Disse-lhe:

- Pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. (JESUS, 1993, p. 117).

Neste sentido, Teixeira et al (2020, p. 248) lembra que “o entrecruzamento invocado entre as dimensões sexistas e racistas é característico dos lugares sociais ocupados pelas mulheres negras, lugares de subalternidade”. Essa conscientização impressa no trecho acima demonstra que a construção social

permeia sobre as opressões historicamente vivenciadas pelas mulheres negras e pobres.

...Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no *Cruzeiro*. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. (JESUS, 1993, p. 149).

O conhecimento pode representar ou não um marcador social. No caso da autora Carolina Maria de Jesus, o fato de saber ler e escrever permitiu o seu reconhecimento mediante a comunidade em que morava e, principalmente, a sociedade que a conheceu após a publicação e repercussão do lançamento do seu primeiro livro. Essa notoriedade trouxe a autora-personagem visibilidade e lugar de fala.

6.2.6 – Decolonialidade

Por fim, nesta última categoria, é apresentada a proposta da decolonialidade que sugere transcender a hegemonia epistêmica da Modernidade/Colonialidade. Essa perspectiva decolonial, que sugere um pensamento e um diálogo, seguindo uma proposta da reconstrução da produção de conhecimento através da libertação dos povos considerados invisibilizados (BALLESTRIN, 2013), caracteriza uma superação ao padrão hierárquico colonial.

A proposta de transcender o conhecimento imposto pelo pensamento eurocêntrico hegemônico gera uma contribuição da construção do saber a partir da autenticidade quanto ao reconhecimento da experiência e a compreensão das condições e desigualdades sociais, proveniente da sua própria trajetória e perspectiva de vida.

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho. Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no *Diário da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! (JESUS, 1993, p. 152).

Para este trecho, tem-se a reflexão de que a opção decolonial não se limita somente aos espaços e produções acadêmicas, mas à necessidade de legitimar e tornar acessível os saberes de reafirmação identitária (FARIA E ABDALLA, 2017). A proposta de um diálogo transmoderno resgata a dimensão do reconhecimento quanto à localização geopolítica e geoepistêmica (COSTA E GOSFOGUEL, 2016).

Em outras palavras, é nas suas reflexões sobre a realidade e as condições sociais na qual viveu na extinta Favela do Canindé, que é possível identificar o registro da opção decolonial. A perspectiva sobre a realidade brasileira sob a versão da autora-personagem, que tem esse olhar tão peculiar sobre a realidade desse cotidiano, e que assume uma posição antes não possível pela cultura hegemônica, incisiva por excluir as subalternas.

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando.
13 DE JUNHO Eu saí. Fui catar um pouco de papel. Ouço varias pessoas dizer:
- É aquela que está no *O Cruzeiro!* (JESUS, 1993, p. 152).

Carolina Maria de Jesus traz um valor descritivo para a sua obra quando sugere a reflexão sobre as experiências humanas de uma realidade sócio-racial da década de 1950. A autora-personagem, considerada uma voz subalterna, se estende além das fronteiras num processo legítimo de construção de um espaço e de diálogos, antes inacessíveis.

6.3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interseccionalidade tornou-se nos últimos anos um conceito importante e amplamente propagado pelos movimentos feministas negros e uma temática cada vez mais abordada nos estudos de gestão e organização. Assim, compreender a interseccionalidade, é perceber que os marcadores sociais se atrelam configurando experiências opressivas.

Desta forma, este estudo se apoia na proposta sugerida pelo artigo “Intersectionality as a matter of time”, de autoria do sociólogo Albert Mills e demais autores (MILLS et al, 2020), que direcionam uma pesquisa visando

historicizar a interseccionalidade e identificar o papel que a história desempenha na formação do processo discriminatório.

A importância da teorização desta temática nos estudos de gestão compreende a necessidade de analisar o poder das forças opressoras presente nas inter-relações ao longo da história, que instigou o desenvolvimento da interseccionalidade nos processos organizacionais.

Tendo como base a articulação da interseccionalidade e da decolonialidade que orientam este estudo, a análise segue considerando a influência da Modernidade/Colonialidade que incidiu na formação das identidades sociais no contexto histórico e estabeleceu desigualdades (raça/gênero/classe). A partir da perspectiva interseccional de Carolina Maria de Jesus sobre as experiências vivenciadas e impressas no seu primeiro livro, busca-se um esforço para entender a relação da interseccionalidade, abordada no contexto histórico apresentado na obra, e como ainda influenciam nas formas de discriminação, neste caso no cotidiano das mulheres negras nas organizações.

Convém ressaltar que as formas opressivas produzidas no passado, e que ainda permanecem nas relações sociais, partem das experiências discriminatórias pautadas de significados (re)produzidos ao longo do tempo. Essas situações, ao passo que são vivenciadas, corroboram na promoção de atitudes sexistas, racistas, classistas e patriarcalistas nas organizações, reiteram a necessidade do debate e da produção de conhecimento sobre experiências vivenciadas por mulheres negras e a relevância da admissibilidade das políticas de diversidade no trabalho como forma de superação da interseccionalidade.

Essa análise parte da premissa apontada em trabalhos científicos sobre a necessidade da mudança no foco dos estudos de gênero para a temática da interseccionalidade, além de trazer a história como uma ferramenta importante para analisar os processos de gestão nas organizações e nas relações sociais, a fim de compreender a formação das práticas opressivas e discriminatórias que ainda permanecem.

Sendo assim, este estudo, após incorrer as etapas anteriores, pretendeu analisar as evidências encontradas e investigar os cenários identificados atualmente, segundo uma codificação proposta. Logo, considerou-se como condição/cenário: questões que permanecem; questões similares e que

mudaram de padrão; novas questões ou novas manifestações de interseccionalidade; e, por fim, questões resolvidas.

6.3.1 – Questões Permanecem

Partindo do cenário que *questões permanecem* pode-se apontar nos trechos apresentados e comentados sobre a categoria Colonialidade do Poder, a qual expõe percepções sobre as relações sociais e de trabalho pautadas pela classificação e inferiorização racial. Assim, estabelecendo a partir de uma identidade construída pela Modernidade/Colonialidade qual atividade deve ou não ser valorizada, que cargo deve ser ou não delegado às mulheres negras.

(...) Quanto à minha atuação, sempre percebi que a cobrança era muito maior. Minhas falhas, mais relevantes. Minha vestimenta era mais observada e sempre havia uma desconfiança quanto à capacidade de entrega de resultados. Muitos, sem mesmo conhecer a minha bagagem profissional e dedicação, relutavam em confiar no meu trabalho. Para muitos, a mulher negra não é capaz de assumir posições estratégicas nas organizações. (Entrevistada-2).

Eu nada tenho a dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou o meu caráter (...). (JESUS, 1993, p. 43).

Ao comparar estes relatos, é possível identificar que as pautas permanecem, pois o padrão global hegemônico ainda está presente como mecanismo que controla as estruturas de trabalho, ao passo que explora e estabelece a relação de poder na sociedade, valorizando o patriarcalismo, o sexismo e o racismo.

Outra categoria avaliada refere-se ao Lugar Social e Lugar Epistêmico. Para tanto, diante dos cenários apresentados pelas entrevistadas, percebe-se que a realidade de um espaço, no qual é possível falar e ser ouvida, ainda permanece inviabilizado para a maioria das mulheres. A diversidade de experiências epistêmicas, os discursos, as reflexões e o conhecimento produzido por mulheres negras que, ainda sob a influência da colonialidade do poder, do saber e do ser, permanecem subalternizadas.

Conquistar oportunidades de trabalho mas nem sempre a possibilidade de serem ouvidas, de estarem presentes em reuniões, de ascenderem a cargos

estratégicos e, quando conseguem o lugar de fala, normalmente o número é muito restrito. Ainda permanecem questões que demonstram uma realidade que necessita ser modificada.

Não. São ouvidas quando dominam algum processo, mas não são convocadas para reuniões multidisciplinares. (Entrevistada-10).

Sim. Mulher negra só tem eu. Como sou da parte financeira/contábil eu acabo tendo que falar. Então, lá não tem esse o problema. (Entrevistada-4).

A publicação e a repercussão da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é o reconhecimento da capacidade da escritora Carolina Maria de Jesus de ter o seu lugar social e epistêmico, a sua subjetividade, suas experiências e o seu lugar de fala identificados diante da sociedade. Entretanto, posteriormente, a autora-personagem torna-se parcialmente esquecida pelas mídias, voltando para a invisibilidade. Porém, quanto aos trechos transcritos, observa-se que a autora-personagem era mencionada nas manchetes de jornais sempre como a escritora favelada, uma tentativa de desqualificá-la e marginalizá-la. Assim como teve o seu texto citado por um político que estava por fazer campanha na extinta Comunidade do Canindé, a sua voz, por muitas vezes, teve a presença de interlocutores, o que acaba por intervir na legitimidade de sua fala.

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li – Retrato da favelada no Diário da Carolina. (JESUS, 1993, p. 150).

9 DE AGOSTO Deixei o leito furiosa. Com vontade de quebrar e destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo. ... Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. (JESUS, 1993, p. 96).

Todavia, mesmo sendo os cenários e as condições apresentados nos trechos abaixo provenientes de eventos distintos, pode-se, a partir de uma perspectiva sobre a categoria da Colonialidade do Ser, identificar similaridades nas abordagens. Tanto as entrevistas quanto os trechos do livro demarcam um

discurso de hipersexualização, vulnerabilidade, objetificação e inferiorização dos corpos femininos. Infelizmente, percebe-se que não houve uma superação do padrão imposto à mulher negra ao longo da história. De fato, não pode ser ignorada a realidade de que esse é um fenômeno que precisa estar em voga nos estudos organizacionais. Para tanto, a história torna-se uma aliada na exploração da temática, uma vez que a análise dessas experiências passa a dar entendimentos e significados aos marcadores sociais, às identidades constituídas e aos fenômenos sociais. Logo, essa proposta de contextualização auxiliaria compreender como se moldaram esses discursos opressivos, em diferentes períodos ao longo do tempo, e de que forma ainda influenciam as relações e as estruturas sociais.

Sim. Infelizmente ainda é assim. Já vivenciei situações em que colegas, nada íntimos, fizeram brincadeiras/piadinhas de cunho sexual, que certamente não fariam com uma mulher branca. O entendimento de muitos homens brancos é que a mulher negra é fácil de ser levada para a cama. (Entrevistada-2).

- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas.
- Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada.
- Eu já estou habituada.
- Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam (...). (JESUS, 1993, p. 152).

Vale lembrar que embora os trechos apresentados demonstrem realidades e contexto distintos, mesmo assim é possível constatar que questões abordadas, de alguma maneira, ainda permanecem sendo identificadas.

6.3.2 – Questões Similares, que Mudaram de Padrão

As desigualdades sociais permanecem e se perpetuam na sociedade e nas organizações conservando e (re)produzindo uma cultura e estrutura com baixa representatividade. Desta forma, é importante rever os relatos e as políticas sociais produzidas no passado e que ainda permanecem impedindo a promoção da igualdade dos direitos e das oportunidades de trabalho. Assim, a categoria do Teto de Vidro, observada nas duas etapas da análise deste estudo, evidencia que as questões abordadas podem ser interpretadas de maneiras distintas.

Considerando as impressões apresentadas na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, sugere-se que as limitações impostas nas reivindicações como cidadã pobre e sem voz representam, numa outra perspectiva quanto às barreiras que dificultam, a oportunidade de vozes femininas serem ouvidas pelos políticos. Neste caso, retratando a hierarquia do poder público. Deste modo, embora Carolina Maria de Jesus não tenha vivenciado a experiência de trabalhar em organizações, a sua reflexão é pertinente quanto à restrição de se expressar.

(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadro, O Kubstchek e o Dr Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. (JESUS, 1993, p. 26).

Ascensão sim. Eu percebi, passei a perceber nos últimos anos, principalmente, na minha área de recursos humanos. Eu acho que é uma área onde a maioria é feminina, a maioria na posição de gestão sim. No caso de mulheres negras muito timidamente também. Eu acho que tem um outro ponto também que é a busca pelo desenvolvimento. (Entrevistada-8).

No relato da maior parte das entrevistadas, a ascensão aos cargos de gerência/estratégicos já é uma realidade, mesmo que ainda em proporção reduzida. A proatividade e a liderança (muitas vezes nata) favorecem a aceitação pelos pares. Superar as consequências e os efeitos da discriminação predominantemente histórica requer políticas afirmativas e comprometimento da organização com a política da diversidade. Proporcionar medidas e ações estratégicas que rompam com os fatores que desencadeiam com o fenômeno teto de vidro deve ser uma pauta constante.

6.3.3 – Novas Questões/Novas Manifestações da Interseccionalidade

Ao trazer para esta análise, a princípio separadamente, as categorias Colonialidade de Gênero e Interseccionalidade, identificou-se a necessidade de unificá-las numa única categoria. Visto que ambas investigam as dimensões das identidades construídas segundo os marcadores sociais (gênero, raça, classe e

etnia). Num primeiro momento, considerando historicamente a intersecção de raça e gênero submetida aos efeitos da colonialidade que associa os corpos femininos como objeto de exploração sexual e vulnerabilidade social, segundo um padrão hegemônico, ao passo que determinam quais os locais as mulheres negras deveriam ocupar na sociedade e quais as atividades que lhes seriam atribuídas.

Convém lembrar que a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez em citar as associações simbólicas configuradas históricas e equivocadamente sobre a imagem da mulher negra brasileira, denominada por ela de amefricanas, eram posicionadas e classificadas na sociedade como a *mulata*, a *doméstica/mucamas* e a *mãe preta*. Essa esquematização social configurava a influência que a colonialidade do poder exercia sobre a divisão sócio-racial.

Entretanto, a multiplicidade de experiências a partir da inter-relação, não somente do gênero e da raça, mas também da classe e da etnia, foi responsável por constituir significados aos inúmeros efeitos opressivos. Com a justificativa do sistema global eurocêntrico, ao longo da história, as atitudes preconceituosas e discriminatórias foram se consolidando nas formas de organização. Assim, tem-se instaurada a interseccionalidade, retratando toda essa vivência arbitrária a partir dos marcadores sociais que se entrelaçam, configurando manutenção das situações de racismo, sexismo, patriarcalismo e de classe.

Vale destacar que essa conceituação possibilitou mais aspectos para dimensionar o preconceito e a discriminação nas organizações, evidenciando, assim, uma importante contribuição para os estudos de gestão quanto à necessidade de investigar os processos organizacionais como forma de (re)produção da prática discriminatória e da marginalização, como ressaltam Mills et al (2000).

Cogitar novas formas de interseccionalidade nos faz pensar sobre o que poderia ser apontado, segundo as reflexões que estão na obra o “Quarto de despejo: diário de uma favelada” para as narrativas das entrevistadas. A ausência do conhecimento torna-se uma forma de segregação e exclusão social, impedindo o acesso a melhores oportunidades de emprego e a informações. Na análise proposta, a partir das realidades distintas, aponta-se que o conhecimento foi um diferencial na vida de todas, não tornando-se um marcador social

excludente. Abaixo, são demonstrados trechos comparativos que demonstram a reflexão acima:

(...) O meu estudo de mestrado assusta algumas pessoas e dá as vezes pra pessoa olhar de onde eu vim: Campo Grande, filha de doméstica... caraca ela chegou lá! Então, eu acho que enfim, assusta. Subverter não, mas morro de orgulho de onde eu estou. Eu faço questão de falar que faço. Faço questão de falar que estou inserida ali. (Entrevistada-1).

...Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no *Cruzeiro*. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. (JESUS, 1993, p. 149).

As entrevistadas e a própria escritora Carolina Maria de Jesus tentaram transcender os limites impostos sobre as mulheres negras e, na maior parte das vezes, de origens periféricas. Entretanto, percebe-se que é essencial, tanto à sociedade, quanto ao mercado de trabalho, apoiar e visibilizar as políticas de afirmação, de promoção e reconhecimento do esforço da mulher negra no seu desenvolvimento de carreira, superando diariamente os estereótipos predefinidos historicamente.

(...) A resposta a esse tipo de situação é estudar sempre, trabalhar e mostrar resultado, pois infelizmente as mulheres negras que atuam em posições fora das camadas inferiores são mais cobradas e a luta (no sentido denotativo da palavra) é árdua e diária. (Entrevistada-2).

Porque a princípio o olhar diz muito, né. Você nem precisa abrir a boca, a pessoa já te olha. Será que sabe falar alguma coisa? Será que sabe conversar alguma coisa? Aí a pessoa me colocou numa situação, perguntando: Você estudou? Você teve condições de estudar? Como que você conseguiu pagar a sua faculdade?(...). (Entrevistada-6).

Hoje eu estou lendo. E li o crime do Deputado de Recife, Nei Maranhão. (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir. Elas ficaram revoltadas e começaram chingar o assassino. E lhe rogar praga. Eu já observei que as pragas dos favelados pegam. (JESUS, 1993, p. 54).

É nos trechos selecionados acima que conseguimos identificar como a sobreposição simultânea dos marcadores sociais se apresentam mais veementes nos discursos e como é possível identificar novas manifestações de interseccionalidade. Sendo assim, o conhecimento e o seu respectivo acesso, apontado nas entrevistas como um diferencial, pode se tornar um fator excludente ou não da profissional mulher negra no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o fato de investirem no conhecimento acadêmico possibilitou oportunidades e até a própria permanência e promoção na organização, como mencionam algumas das entrevistadas.

Quando se perfaz os trechos selecionados no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é possível denotar, também, que o conhecimento não representou um marcador social na vida da autora-personagem. Reitera-se que o fato de ler/escrever e produzir registros (livros) contribuiu para que conquistasse a visibilidade e o lugar de fala na sua condição de mulher, negra e periférica/marginalizada.

6.3.4 – Questões Resolvidas

Na condição de subalternidade, historicamente afetadas pelos padrões hegemônicos eurocêntricos, as mulheres negras na sociedade brasileira necessitaram promover um esforço para transcender aos estereótipos determinísticos de que mulher, negra e periférica ocupariam somente os lugares de babá e empregadas domésticas.

Assim, na categoria Decolonialidade, que na tentativa de legitimar o saber, reafirmar a identidade e ocupar espaços sociais, sugere a superação e eliminação das desigualdades ignoradas pelo fenômeno da Modernidade/Colonialidade global. Neste caso, a proposta decolonial pretende ressignificar a vida das mulheres negras dentro das estruturas sociais e organizacionais.

Nunca passei por situações de algum colega de trabalho verbalizar insinuações racistas. Entretanto, já vivenciei olhares desaprovadores, tão intensos quanto às insinuações racistas propriamente ditas. O fato de ter conseguido me capacitar, vencendo todos os dias os estereótipos delegados às mulheres negras e de ter tido oportunidades tão importantes posso considerar uma superação. (Entrevistada-2).

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho. Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no *Diário da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. (JESUS, 1993, p. 152).

Em ambos os trechos apresentados, considerando o que se tinha como condição de subalternidade imposta à mulher negra, pode-se dizer que houve conquistas antes impossibilitadas. Entretanto, vale lembrar que esses exemplos de superação foram pontuais. Nem todas as mulheres negras e periféricas conseguiram, em 1960, visibilidade e terem os seus lugares de fala reconhecidos.

Embora a autora-personagem Carolina Maria de Jesus tenha conseguido produzir e publicar livros, o racismo sempre esteve atrelado a todos os momentos da sua vida, como pode ser observado abaixo:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:
 - É pena você ser preta.
 Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico (...). (JESUS, 1993, p. 58).

Para a sociedade, a posição de subalterna/marginalizada nunca lhe foi destituída, da mesma forma que, no relato da Entrevistada-2, observa-se que mesmo com o acesso ao conhecimento e a oportunidades não estereotipadas à mulher negra, não foi possível identificar a superação dos efeitos do racismo no seu ambiente de trabalho. Portanto, o patriarcalismo, o racismo estrutural e o sexismo ainda influenciam, mutuamente, as relações sociais e a gestão organizacional, delimitando a vida das mulheres negras.

Sim. Caxias. Caxias é considerada a cidade que tem sempre bandido. [...] Falam assim: Mas como você de Caxias conseguiu uma vaga aqui na multinacional? Como você saiu do seu bairro e te deram uma vaga de emprego? Como se Caxias fosse o pior bairro do mundo em criminalidade. (Entrevistada-6).

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando.
 13 DE JUNHO Eu saí. Fui catar um pouco de papel. Ouço varias pessoas dizer:
 - É aquela que está no *O Cruzeiro*! (JESUS, 1993, p. 152).

Há uma necessidade de reconhecer a resistência e a trajetória dessas mulheres negras que mudam a concepção estruturada dessa mulher considerada subalterna, que rompe padrões hegemônicos e passa a conquistar espaços antes impossíveis, como se observa nos trechos acima.

No entanto, apesar das questões ainda não demonstrarem estar de fato concluídas, a partir da análise da interseccionalidade de Carolina Maria de Jesus, não se pode afirmar que os cenários apresentam soluções para as várias formas de discriminação. A leitura feita dos contextos sociais apontam questões que ainda precisam ser resolvidas.

É necessário refletir de que maneira a gestão, as construções e as relações sociais cooperam na manutenção dos efeitos desse elo de significados construídos, segundo a influência da Modernidade/Colonialidade, ao longo da história. Mediante essa proposta de reflexão, observamos que, segundo a pesquisa Panorama Mulher 2019, produzida pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa e pela Consultoria Talenses, é este o cenário encontrado numa amostra realizada com 532 empresas atuantes no Brasil.

Os índices apresentados na pesquisa abaixo demonstram a diversidade ainda como uma barreira nas organizações. Nesta pesquisa

a é possível observar que não é possível identificar uma tentativa à equidade de raça, principalmente quando se trata do acesso aos cargos estratégicos. Considerando a realidade das empresas avaliadas, 95% dos presidentes são brancos (homens/mulheres) e 5% são negros (homens/mulheres).

Quadro 5 – Oportunidades desiguais nas organizações

CARGOS	% HOMENS (NEGROS)	% MULHERES (NEGRAS)
Vice-Presidente	2,5%	2,7%
Diretoria	2,5%	3,5%
Conselhos de Administração	2,3%	0,9%

Fonte: Site da Talenses, 2020.

Assim, convém ressaltar que é importante pensar como uma agenda de estudos organizacionais pode auxiliar através de um processo crítico de pensamentos, diálogos e ações transmodernas. Conseqüentemente, sobre esta ótica, a perspectiva decolonial tende a contribuir com a teorização e historização da interseccionalidade nos estudos organizacionais.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas observadas, conclui-se que a articulação teórica contribuiu para o alcance do entendimento das abordagens apresentadas sobre a temática. Investigar a modernidade/colonialidade/decolonialidade, os estudos subalternos e a interseccionalidade sobre uma proposta de análise histórica leva a compreender como as identidades sociais foram constituídas e de que forma o racismo, o sexismo e o patriarcalismo ainda (re)produzem a discriminação tão recorrente nas relações sociais.

Assim, partindo dos objetivos propostos inicialmente, foi possível investigar como o processo da autorrepresentação, por meio da voz impressa da autora Carolina Maria de Jesus, numa literatura com uma tendência mais realista, conseguiu superar limites impostos às mulheres negras consideradas subalternas. Para tanto, essa autorrepresentação significou um esforço na tentativa de combater aos determinantes históricos, que incidiam sobre a sua marginalização/invisibilização. No mesmo sentido, a partir dos discursos das entrevistadas, mulheres negras presentes em empresas multinacionais, relataram que na realidade vivenciada no cotidiano profissional foi possível perceber que ainda necessitam enfrentar desafios.

Transcender as limitações que persistem em serem (re)produzidas nas relações sociais, como a invisibilidade, a hipersexualização dos corpos, a marginalização, a escassez de oportunidades, a falta de equiparação salarial, precisam ser pautas de debate. As organizações precisam propor reflexões sobre o assunto e implementar políticas, sendo uma delas de cota, para que de fato seja possível uma mudança de cenário, onde mulheres negras possam ser reconhecidas pelo seu conhecimento e potencial de trabalho.

Com o desenvolvimento da presente pesquisa foi possível confirmar que a metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho permitiu alcançar os objetivos propostos. Assim, analisando as narrativas das entrevistadas, observa-se que algumas poucas barreiras vêm sendo rompidas nas estruturas sociais. Esse esforço de ressignificar a história pode ser observado na conquista de alguns espaços, na capacitação profissional e na tentativa de resistir à imposição dos efeitos da Modernidade/Colonialidade global.

Para tanto, estas considerações buscam compor um entendimento conclusivo de que, mesmo vencendo barreiras, ainda é possível identificar a necessidade de pautas que reivindiquem urgentemente ações, como a implantação e o exercício da política da diversidade, da inserção de cotas em empresas privadas e da equidade de gênero, para que seja viável uma equiparação salarial e de oportunidades. Os depoimentos das entrevistadas evidenciaram diferentes formas de opressões interseccionais. Vale lembrar que, ao longo das entrevistas, discutiu-se sobre as formas das manifestações racistas, classistas, sexistas e patriarcalistas, mesmo que fosse perceptível de maneira subliminar, no ambiente corporativo.

Com isso, tentou-se identificar como as entrevistadas enfrentam essas questões no seu cotidiano profissional. Infelizmente, a maioria das respostas sugere compreender que é necessário reverter essa realidade ainda tão desfavorável às mulheres negras. É urgente e fundamental a eliminação de barreiras de discriminação e uma mudança no cenário do mercado de trabalho, excepcionalmente nas organizações privadas.

Em virtude dos fatos mencionados, considerando o objetivo da pesquisa, conclui-se que, a partir dos apontamentos apresentados pela escritora Carolina Maria de Jesus, no seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, o racismo, o sexismo, o patriarcalismo e a classe ainda são alguns dos sistemas que permanecem ancorados em experiências anteriores e que continuam sendo (re)produzidos em processos e nas relações atualmente na sociedade. Nessa perspectiva, essa articulação persiste refazendo novas experiências, como pode ser observado nos trechos das narrativas de algumas das entrevistadas.

Superar as dimensões da marginalização compreende investir em ações importantes que cooperem na descaracterização do ser subalterno e, conseqüentemente, assumir um lugar de fala e criar mecanismos de contenção da discriminação. Reconhece-se que a todo instante é necessário repensar sobre os processos e sistemas opressivos que são (re)produzidos sobre várias formas como um mecanismo de exclusão.

Dado o exposto, é possível constatar que esta temática revela a notoriedade de que a proposta desta pesquisa tende a colaborar com o campo dos estudos de gestão sobre o ponto de vista da análise interseccional e

decolonial. Assim, como a história, também contribui significativamente para o entendimento da construção de significados, de fatos e de processos. Logo, pode-se concluir que não há possibilidade de desatrelar a interseccionalidade da história.

Por fim, cabe registrar ainda que a contribuição desta pesquisa para os estudos organizacionais dar-se-á pelas impressões e resultados alcançados a partir da analogia estabelecida nos apontamentos investigados e, de fato, reconhecer a adoção e a contribuição da política da diversidade como uma orientação fundamental e primordial para a gestão organizacional. Logo, combater a discriminação e ampliar o recrutamento de profissionais qualificadas, capazes de colaborar com os seus conhecimentos para o alcance das metas da empresa precisam ser ações prioritárias, para que não se deixe de reter profissionais competentes que façam a diferença na organização.

Mediante todos os aspectos observados, constata-se que a tentativa de vincular interseccionalidade e decolonialidade numa proposta de investigação neste estudo demonstra, segundo as análises efetuadas, que nem todas as questões explanadas podem ser consideradas como resolvidas. Portanto, recomenda-se que esta abordagem não se limite aos aspectos apresentados nesta versão do trabalho. Entende-se que a proposta deste estudo sugere uma agenda de pesquisa colaborando para uma ampliação de novas abordagens interseccionais e decoloniais nas relações sociais e na organização.

8 - REFERÊNCIAS

ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração / gestão. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 4, p. 914-929, out/dez, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, jan/jun, 2014.

Americanos querem filmar “Quarto de despejo”. **Gazeta de Santo Amaro**, São Paulo, p. 6, 13 nov. 1976.

Americanos querem filmar “Quarto de despejo”. **Gazeta de Santo Amaro**, São Paulo, p. 9, 13 nov. 1976.

Anuário Do Sistema Público De Emprego, Trabalho e Renda. **Site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE**, 2016. Disponível: <https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho.html>. Acesso em: 15 ago 2020.

Autores darão autógrafos. **Tribuna da Imprensa**, Rio De Janeiro, n. 2281, p. 5, 28 out. 1960.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai/ago, 2013.

BAMBIRRA, Natércia V.; LISBOA, Teresa Kleba. “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 270-284, jan/jun, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora, 2019.

_____. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

Carolina de Jesus processará “Times”. **Última Hora**, Rio De Janeiro, n. 3170, p. 7, 24 out. 1960.

Carolina Maria de Jesus escreve para “Quatro Rodas!”. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32097, 13 nov. 1960. Segundo Caderno, p. 2.

Carolina vai processar o "Time" por causa da nota. **Tribuna da Imprensa**, Rio De Janeiro, 2278 ed., 25 out. 1960.

CORONEL, Luciana Paiva. Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. **Revista IPOTESI**, v. 15, n. 2, p. 63-71, jul/dez, 2011.

COSTA, Joaze Bernardino. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan/abr, 2015.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr, 2016.

COSTA, Oswaldo. O libelo do povo por Carolina Maria de Jesus. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 237, 19 a 25 nov. 1960.

COUTINHO, L. R. S.; COSTA, A. M.; CARVALHO, J. L. F. S. Debatendo Diversidade de Gênero e Raça no Contexto Organizacional Brasileiro: Lei do Mercado ou Cotas por Lei? **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, p. 21-37, jan/jun, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan/jun, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Despêjo. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 227, 17 a 23 set. 1960. Letras e Artes, p. 8.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FINAMOUR, Jurema. Carolina quer ir Cuba. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 227, p. 9, 17 a 23 set. 1960.

Flup Digital 2020 | Painel On-Line "Filhas Das Filhas Das Filhas". **Flup RJ Online**, Rio de Janeiro, 09 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FlqszOzcwA>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Edneia Batista do Prado et al. Gestão da diversidade: um estudo de gênero e raça em grandes empresas brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, abril, p. 95-112, 2016.

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GOUVÊA, Josiane Barbosa; SANTOS, Gabriela Renata Rodrigues dos; PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. Os espaços das mulheres e das mulheres negras no mundo do trabalho: uma reflexão sobre gênero, raça e classe nos estudos organizacionais. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**, v. 4, n. 1, mar., p. 125/1-125-28, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 383-418, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Prefácio: Audálio Dantas. São Paulo: Ática, 1993.

_____. O Colono e o Fazendeiro. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 240, 10 a 17 dez. 1960. Segundo Caderno, p. 3.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

Lançamento de "Quarto de Despejo". **Folha De São Paulo**, São Paulo, n. 11.145, p. 14, 19 ago. 1960

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, jul/dez, p. 73-101, 2008.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução, 2017, Niterói. **Anais...**, Niterói: UFF, Outubro, 2017, p. 1-20.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Tradução de Joaze Bernardino-Costa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan/abr, 2016.

MATIAS, Antônio Viana; ALEXANDRE, Sylvio Moreira. **Monografia**: do projeto à execução. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MAYRING, Philipp. **Introdução à pesquisa social qualitativa**: uma introdução para pensar qualitativamente. 5 ed. Weinheim: Beltz, 2002.

MIGNOLO, Walter D. Tradução de Marco Oliveira. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun, 2017.

MILLS, Albert J. *et al.* Intersectionality as a matter of time. **Management Decision**, v. 58, n. 6, abr, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/MD-02-2019-0264>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

MURADAS, Daniela; PEREIRA, Flávia Souza Máximo. Decolonialidade do saber e direito do trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. **Revista Direito Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2117-2142, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NIKIAS, Jan. Nos 60 anos de “Quarto de despejo”, autoras da Flup escrevem À Carolina de Jesus. **O Globo**, Rio De Janeiro, 12 mai. 2020.

OLIVEIRA, Flávia. Aos 60 anos atualíssimo. **O Globo Online**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2020. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/opiniao/aos-60-anos-atualissimo-24427534>>. Acesso em: 13 jun. 2020

OLIVEIRA, Maíra Dutra de; SOUSA NETO, Miguel de. Gênero e suas intersecções - uma análise interdisciplinar de 'Quarto de Despejo', de Carolina Maria de Jesus (1960). In: VI Congresso Internacional de História – História e os desafios do século XXI: política, feminismo e performances de gênero, 6., 2018, Goiás. **Anais...Goiás**: UFG, 2018, p. 1-22.

Panorama Mulher 2019 / Talenses e Insper. **Site Talenses**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:<<https://talenses.com/pt/publicacoes/news-that-matter/panorama-mulher-2019-talenses-e-insper>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

Pergunta de Carolina: “Em alguma época, pobre comeu na lata de lixo?”. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32029, 25 ago. 1960.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, v. único, n. 3, jun, p. 1-11, 2013.

POZZOBON, Beatriz. Quando a desigualdade tem cor. **Welcome Tomorrow Mag**, n. 2, p. 46-50, jul, 2020.

PRONI, Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt; PRONI, Marcelo Weishaupt. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-21, fev, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales**, p. 117-142, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 03 abr 2020.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 73-118, 2009.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; CONCHA ELIZALDE, Paz. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e Descolonização**, v. 3, p. 3-12, 2019.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, p. 1-11, mar, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set/dez, 2008.

ROCHA, Caroline Dantas et al. O Fenômeno Teto de Vidro na Ascensão à Posição Hierárquica das Mulheres no Mercado Formal: Barreiras. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – Gestão do conhecimento para a sociedade, 11, 2014, Resende. **Anais...Resende: Faculdade Dom Bosco**, Outubro, 2014, p. 1-13.

ROSA, Alexandre Reis. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 18, n. 3, p. 240-260, mai/jun, 2014.

ROSA, Alexandre Reis; ALCADIPANI, Rafael. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re) pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6 (edição especial), p. 185-215, nov/dez, 2013.

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, v. 8, n. 14 (semestral), p. 77-89, out/2017 a mar/ 2018.

SEGATO, Rita Laura. **O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Brasília: Departamento De Antropologia Da Universidade De Brasília (Série Antropologia), 2006.

Seleção de cartas para o projeto “Uma revolução chamda Carolina – 60 anos de ‘Quarto de despejo’”. **FLUP-RJ Online**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/FlupRJ/?hc_ref=ARQoxoLxLM5s8AQGi396hLqw6QZdLxtCU2ibm2Zj53axK7hpoCoKIQxeLTiCkKJ2CfbY&fref=nf&__tn__=kC-R>. Acesso em: 26 mai. 2020.

SILVA, Elisângela de Jesus Furtado da. Racismo nas empresas: até quando? **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 399-415, 2019.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio de. Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus. **Working Papers**, v. 74, p. 1-17, 2018.

SILVA, Tânia Maria Gomes da; BARBOSA, Flávia Cristina Silva. Exclusão e violência social na perspectiva da escritora Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e mãe solteira. **Revista CESUMAR**, v. 23, n. 2, p. 309-326, jul./dez, 2018.

SILVA, Walter Nogueira da. Livros Mais Vendidos. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32071, 13 out. 1960. Plataforma de Espera, p. 2.

_____. O nosso concurso. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32031, 27 ago. 1960. Plataforma de Espera, p. 3.

SIQUEIRA, Fábio et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREVA, Juliana Moreira. Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial. **Revista Antropolítica**, n. 40, semestral, p. 20-53, 2016.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; OLIVEIRA, Josiane Silva de; MESQUITA, Juliana Schneider. Pode a Interseccionalidade ser Afrocentrada no Campo da Administração? Um Ensaio Teórico sobre as contribuições da Teoria Interseccional para a área de Administração. In: X Encontro De Estudos Organizacionais Da ANPAD – EnEO, 10, 2019, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: ANPAD**, 2019, p. 1-10.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; SILVA, Caroline Rodrigues; MESQUITA, Juliana Schneider. “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio

à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 2, p.227-256, mai/ago, 2020.

Uma revolução chamada Carolina – 60 anos de “Quarto de despejo”. **FLUP-RJ Online**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_x78VunM6U/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez, 2013.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 1-32, jan/abr, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO A – Repercussão jornalística da publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus

**LANÇAMENTO DE
"QUARTO DE DESPEJO"**

Com a presença do ministro do Trabalho, sr. João Batista Ramos, que servirá de padrinho à escritora favelada, dar-se-á hoje, das 16 às 19 horas, na Livraria Francisco Alves, à rua Libero Badaró, 292, a tarde de autógrafos para o lançamento do livro de Maria Carolina de Jesus "Quarto de Despejo". Trata-se de um livro, escrito na primeira pessoa, considerado um verdadeiro documento humano. A autora, que vive há anos na favela do Canindé, foi descoberta pelo reporter Audalio Dantas e lançada agora pela Livraria Francisco Alves. O livro de Maria Carolina de Jesus contém varias ilustrações de Ciro Del Nero.

Lançamento de “Quarto de Despejo”. **Folha De São Paulo**, São Paulo, n. 11.145, p. 14, 19 ago. 1960.

O LIBELO DO POVO POR CAROLINA MARIA DE JESUS

OSWALDO COSTA

Descejaría que J. N. Interrompe-se por alguns instantes a substancial leitura de Jacinto de Thorne, de Jean Pou-chard e de Ibrahim Sued, cu a embalagem e refresco me dá de Bené Nunes no plano e do ministro da Fazenda no pinho. Descejaría que Jânio transferisse para mais tarde a sua ida apressada ao belíssimo do jovem milionário Kennedy e dos magnatas ingleses. Descejaría que o Lacerda Interrompe-se o seu colóquio com Chang-Kul-Chek e Magalhães, do Banco Nacional de Minas, o seu fletre com os amigos franceses do Santiago Danias. Descejaría que o Carvalho Pinto deixasse para conferir noutra oportunidade os balancetes da casa de prego do velho Whitacker. E que, reunidos todos, juntamente com o Ademir, o Mendes de Moraes, o Cid valenteiro e Armando Falcão, em torno da opípara mesa da condessa Pereira Carneiro, procedessem à leitura coletiva do romance de Carolina Maria de Jesus — “Quarto de Despejo”, o maior libelo que já se articulou contra os “donos da vida” e os políticos demagogos deste país. E, mais do que um libelo: mais do que um protesto saído do fundo da alma e das entranhas do corpo dos favelados de todo o Brasil, uma advertência séria a esses tirres dos trastes que, quando o povo pede pão, o ameaçam de pau, e não encontram outra solução para os problemas angustiosos dos pobres senão arrancá-los mais ainda o couro e o cabelo e descartá-los sobre as costas inertes o péso das dificuldades econômico-financeiras resultantes da inépcia e da submissão dos nossos governos e de nossas classes dirigentes à tutela odiosa dos imperialistas.

Esse romance romance, grande, sim, porque, realmente, é o maior que já saiu da pena de escritor brasileiro, nestes últimos cinquenta anos, deitando num cilindro todos os demais inclusive os de pretensões “populistas” e “revolucionárias” não é só um pungente documento humano do mal aliado valor sociológico como uma afirmação de consciência do povo em face dos enganos miseráveis de quem é vítima por parte dos responsáveis, entre nós, pelos negócios públicos. Ele é o complemento que faltava à literatura sobre o problema da fome no Brasil, complemento necessário e que, por seu vigor, seu realismo e sua espontaneidade, sobrepõe em importância os trabalhos eruditos, tornando-a a peça essencial no processo de uma era político-administrativa historicamente condenada Carolina desmonta implacavelmente a vilíssima engrenagem re-

presentada pela mentira de uma Política que não é senão engodo e que não visa senão ao proveito pessoal dos que a exercem e de uma Administração que não passa de uma comédia encenada para entreter as massas na esperança de dias melhores que não chegam nunca. O deputado que manda distribuir pelas crianças da favela “um pão, um saquinho de balas e uma régua escolar”, o padre que aconselha o favelado a não roubar e a ser humilde, e que procura distraí-lo a fome com terços, procissões e filmes edificantes, as autoridades sanitárias que advertem em léguas alarmistas contra os perigos da doença do caramujo, mas não lhe dão remédios, para preveni-la ou curá-la, o tenente-delegado que enche a boca de frases feitas — “a favela é ambiente propício à delinqüência infantil” — o candidato que só aparece nas vésperas dos pleitos e depois some... até nova eleição, essa farsa custosa que é Julgado de Menores, tudo isso faz “pendurar” com a promiscuidade, a prostituição, o incesto, o alcoolismo, a imundície e a violência, o crime com que a fome transforma em párias e, pior do que párias, em animais, os moradores dessa “cidade esquelética, cujo pretérito é o Diabo” a favela! Carolina teve uma noção exata do que são esses governos e esses políticos que não têm feito senão nos despojar, mantendo nossas populações proletárias na miséria. No atraso e na ignorância — por isso não contra os aumentos de salários, contra a distribuição de terras aos camponeses, contra o voto do analfabeto — quando... mas o melhor é dar-lhe a palavra: “Em Junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fletre com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres.” O resultado dessa tournée da romancista favelada pelo Serviço Social do Estado mais rico da Federação — e nessa época o “salvador” sr. Jânio Quadros estava no terceiro ano de seu governo! — foi que a prenderam. — “Prende ela! Não me deixaram sair. E um soldado pôs a balança no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe: — Eu sou pobre, por isso é que vim aqui”.

Homens, mulheres e crianças comendo comida podre tirada de latas de lixo, vivendo como porcos num chiqueiro — tal é a favela do Canindé, na capital paulista, como Carolina a descreve com impressionante realismo no seu fabuloso romance. Para pintar esse quadro de horror dantesco, ela não se inspirou num lugarejo abandonado de um recanto remoto de uma região subdesenvolvida do país. Ela o transplantou inteiro e sem retoques, de um bairro já antigo, situado na área urbana de São Paulo, próximo ao centro, não muito distante do Palácio dos Campos Eliseos, onde desde 1946 a demagogia ademanista se alterna com a demagogia janista, sem que melhore a situação do povo. “Nerra é a nossa vida e negro é tudo que nos rodeia”, exclama Carolina, que por isso não vê outro caminho para a grande desforra das multidões famintas senão “dar uma surra nesses políticos desalmados que não sabem administrar o país” e que só lhe causam aoço e revolta: “Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforcar o Ademir e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o aleito do povo pelos políticos”. E assim explica o seu despejo: “Se a gente trabalha passa fome se não trabalha passa fome”. Por isso, Juscelino, Jânio e Ademir, é tudo, para ela farinha do mesmo saco. “Juscelino es fofa — Ademir rouba — Jânio mata — a Câmara apóia — o povo paga”, é o estribilho popular pôsto em música pelos estudantes. Carolina não excetua de sua acusação candente nem alguns desses “políticos carnavalescos”, como lhes chamam. Vejam com que felicidade retrata a Inépcia criminoso desses falsos salvadores: “Você já viu um cão quando quer segurar a cauda com a boca e fica rodando sem pega-la? É igual o governo do Juscelino!” E mais adiante: “Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalém: — “Não choreis por mim Choras por vós” — suas palavras profetizava o governo do Sr. Juscelino. Fimado de agurra para o povo brasileiro. Fez nada que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome”.

Por coincidência digna de nota, o único dos nossos homens públicos que ela exclui de suas objurgatórias é o Mateus Lott: “Eu ouvi dizer que o General Teófilo Lott não vai enviar tropas para o Oriente Médio. Se for assim creio que devemos considerar e venerar o nosso general que já demonstrou o seu desvoto pelo povo e o país”.

A fome, a fome, a fome... É o côro dessa “Medeia” more-bra, chorando a morte das crianças envenenadas pela co-

mda estada no lixo da cidade. Nada o ilustra mais tristemente do que aquela pobre menina que não podia ver ninguém mover a boca diante dela que logo perguntava: “Que é que você está comendo?”

Pois é a esses infelizes e desgraçados irmãos, que não têm de seu senão o seu braço escroviado, que o sr. João Neves da Fontoura, advogado regamente pago pelo Banco do Brasil, açoquista próspero da “Gás Esso” e defensor venturoso dos trastes entregados, se dirige cinicamente, num apelo que tanto tem de hipocrisia quanto de desumano. O parasta “O Globo” de 12 do corrente, acha que “as providências háidas” que Jânio vai tomar para “resolver” a crise “energética de todo o povo brasileiro, E PRINCIPALMENTE DAS QUE GANHAM MENOS, uma perfeita compreensão da gravidade das presentes circunstâncias, convencendo-se os trabalhadores de que a correção dos males de hoje, indispensável para salvar o Brasil do caos e da desagregação social, SO PODERÁ SER FEITA NA MEDIDA EM QUE A POPULAÇÃO SE DISPUSER A ENFRENTAR COM ESTOICISMO O ONUS INICIAL DAS NOVAS DIRETRIZES ECONÔMICOFINAN-CEIRAS DE MODA A PREPARAR O PAÍS PARA AS FUTURAS GERAÇÕES NÃO TENHAM QUE SOFRER AINDA MAIS DO QUE ESTAMOS SOFRENDO NOS MESMOS”. Assim, na opinião do Neves quem deve pagar o pato do “regime de austeridade” que se anuncia não é o Cid Sampaio, não é o Magalhães do Banco Nacional, não é o Carvalho Pinto, não é o Herbert Levy, não é o Ernirio de Moura, não é o Helió Muniz, não é o Walter Moreira Sales, não é o Comendador Maranhão, não é a condessa Pereira Carneiro, não é o Julinho Mesquita, não é a “Light”, não é a “Standard Oil”, são os favelados do Canindé! Mas Carolina Maria de Jesus dá a esse entropista deslavado e reacionário feroz esta lição de democracia e patriotismo: “O povo não deve castigar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os seus filhos não sofrer e que estamos sofrendo”. E mais esta que vale por uma advertência: “Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amidade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe e que é fome, a dor e a aflicção do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Brinço desmuntado. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores”.

COSTA, Oswaldo. O libelo do povo por Carolina Maria de Jesus. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 237, 19 a 25 nov. 1960.

PLATAFORMA DE ESPERA

WALTER NOGUEIRA DA SILVA

LIVROS MAIS VENDIDOS

Pela pesquisa realizada nesta capital, no período de 30 de setembro a 7 de outubro de 1960, pelo Serviço de Imprensa da Câmara Brasileira do Livro, foram os seguintes os livros mais vendidos naquela semana:

NACIONAIS:

- 1 — Quarto de Despejo — Carolina Maria de Jesus
- 2 — Gabriela, Cravo e Canela — Jorge Amado
- 3 — O Retrato — Osvaldo Peralva
- 4 — Depois da Política — Gilberto Amado
- 5 — João Classe Média — Macedo Dantas

ESTRANGEIROS:

- 1 — Furacão sobre Cuba — Jean Paul Sartre
- 2 — Memórias — Marechal Montgomery
- 3 — Crepusculo de um romance — Graham Greene
- 4 — Agente Confidencial — Graham Greene
- 5 — Medo à Liberdade — Erich Fromm

Outras obras, logo a seguir classificadas: Nacionais — "Sombra Grande", de Macedo Dantas; "Laços de Família", de Clarice Lispector; "Getúlio Vargas, meu pai", de Alzira Vargas do Amaral Peixoto; "Os Filósofos", de J. Herculano Pires; "Romanceiro Cubano", de Jamil Almansur Haddad; e "A Bola de Luz", de Cid Franco. Estrangeiros — "Porque não sou cristão", de Bertrand Russell; "Trem de Istambul", de Graham Greene; "O mundo de Suzie Wong", de Richard Mason; "Ben Hur", de Lewis Wallace; "O Atomo", de Fritz Kahn; e "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir.

HOJE, AUTOGRAFOS

O Melhor Julgador

Somente até hoje recebemos comentários sobre o romance "O Vento do Mar Aberto" de Geraldo Santos, livro que está, no momento, em foco em nosso concurso permanente "O Melhor Julgador". No próximo sábado publicaremos aqui o melhor comentário e premiaremos o seu autor com cinco livros oferecidos pela Cia. Editora Nacional.

"A Bola de Luz"

Está alcançando merecido sucesso o livro de Cid Franco "A Bola de Luz", uma fantasia satírica para jovens e espíritos jovens, no qual o autor nos dá a sua ideia do que aconteceria se os bichos governassem o mundo. A capa e as ilustrações são de Aldemir Martins e a edição é de Autores Reunidos.

Historia das

SILVA, Walter Nogueira da. Livros Mais Vendidos. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32071, 13 out. 1960. Plataforma de Espera, p. 2.

Ano 1960/Edição 32029 (1)

PERGUNTA DE CAROLINA:

"Em Alguma Época, Pobre Comeu na Lata de Lixo?"



Responde pelo reporter: "Pois eu já comi, e vi muita gente comer, na minha favela" — E mais: "Político é uma joia, que precisa de estojo: um automóvel" — Publicará, mais tarde, volume de contos, poesias e provérbios — Favelada "fala difícil", mas pronuncia errado as palavras. Sobram-lhe espírito e vivacidade

O reporter foi entrevistar Carolina, autora de "Quarto de Despejo", e quase foi entrevistado: — O sr. estuda? Sim? Muito bem. Deve continuar. Eu não tenho mais do que o segundo ano primário. Mas vou publicar um livro de contos, poesias e provérbios. E continuo a escrever meu diário. E, mulher, viva, inteligência sagaz. De mordacidade invejável. — O sr. que estuda pode me explicar se, em alguma época, pobre comeu em lata de lixo? Não comou? Pois eu já comi, e vi muita gente comer, na minha favela. Reporter pergunta-lhe da fama: "Não me importa". Pergunta-lhe do dinheiro: Ganhei tanta roupa que posso usar "chico" do que Maria Antonieta. E mostra o casaco vermelho, a blusa branca. — Continua, mudando de um assunto para o outro, veementemente. Citeiro, vejo um vendedor aqui. Disse-me um monte de coisas, só porque eu sou o Cidinho. Mas eu não gosto do Cidinho. Sua admiração sempre fui. Agora querem que eu vá a um canal de televisão para discutir com políticos. Eu sei coisas bem. Não, da favela, nas vésperas de eleição, conhecemos melhor os políticos do que vocês, do jornal. Político é ator. São tão hominheiros, quando chegam a eleição que a gente que não guarda rancor, esquece todos os seus pecados aqui". — E "tal, com veemência": — Político é uma joia, que precisa de estojo: um automóvel. — ponto de trabalhar. Se alguém me chama para limpar e lavar uma casa, vou por que peço por, eu tenho prazer em fazer o serviço. — Falando outra vez de assuntos, mostra um livro sem assinatura e encara o reporter. — A maior inimiga do homem é a pizza. A polícia não aceita depoimento de homem alcoolizado. Não bebo. Não, não, não, que bebem. Quero estar com a cabeça clara. Reporter quer saber seu planon: — Quero comprar uma casa bem grande, instalar uma bela cozinha, para servir comida a pobres. O sr. sabe: desnas aulas não com carne, alho, tomate. Só para reanimar os nervos. Na maioria das vezes eles sofrem tanto paçadas, que não podem mais se reanimar. Eu sei como é. E' preciso que alguém os reanime. Isso é que é importante.

COM A PRESENÇA DE ALTAS AUTORIDADES

Será Inaugurada

Características do impressionante monumento

Inaugura-se hoje o monumento ao Duque de Caxias e ao pai do Exército, Caxias, em São Paulo erguer-lhe a mais bela e monumental estátua do continente. Foi Bruchet, que escolheu o grupo que serviu de modelo às formas do Lince de Arles e Orléans. Ali teve feita a estatua esboçada, aos pedacinhos, que foram depois laboriosamente soldados no alto do pedestal. Primeiro foram firmadas as patas, depois o ventre que parecia o casco de um navio, tal o seu tamanho. E, assim, aos poucos e aos pedacinhos, foi surgindo o conjunto esculpido até ao largo que sustenta a epáula desembainhada, num gesto enérgico de comando.

firmente as quatro patas na linha uniforme de uma rua calçada. Depois de soldado o conjunto foi preciso harmonizar o tipo do pedestal, dando-lhe aspecto semelhante aos das colunas sulistas, para que duas patas não ficassem no ar. Um conjunto de colunas de concreto sustentava o peso de 30 toneladas das peças de bronze e servem de estruturas ao revestimento de granito.

RESUMO DO MONUMENTO

A CAXIAS: Quarenta metros e vinte centímetros desde o solo, sendo que o pedestal mede 14,20 e a estatua de bronze, até a epáula, 16 metros. O conjunto esculpe pesa 35 toneladas.

Pergunta de Carolina: "Em alguma época, pobre comeu na lata de lixo?". **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32029, 25 ago. 1960.

ANEXO B – Repercussão jornalística após 60 anos da publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus



NIKIAS, Jan. Nos 60 anos de “Quarto de despejo”, autoras da Flup escrevem À Carolina de Jesus. **O Globo**, Rio De Janeiro, 12 mai. 2020.



A temática da FLUP (Festa Literária das Periferias), de 2020, evidencia os 60 anos da publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, com a realização de debates em plataforma digital.

Uma revolução chamada Carolina – 60 anos de “Quarto de despejo”. **FLUP-RJ Online**, 2020. Disponível em:< https://www.instagram.com/p/B_x78VunM6U/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FLÁVIA OLIVEIRA



oglobo.globo.com/opinio
floriano@oglobo.com

Aos 60 anos, atualíssimo

Quarto de despejo está af. A frase breve de Conceição Evaristo, escritora, professora, referência para mulheres negras brasileiras de todas as idades, resume a relevância da obra de estreia de Carolina Maria de Jesus, cujo lançamento completa 60 anos neste 2020. Sexagenário, se rejuvenesce. É livro mais atual que nunca, porque retrata um país incapaz de escapar do círculo vicioso da vulnerabilidade social. A escrita em primeira pessoa, na forma de diário em linguagem crua, denuncia a fome, o trabalho precário, o desemprego, a escassez de serviços e assistência a que favelados brasileiros, como foi Carolina, estiveram submetidos historicamente. E estão ainda hoje, com a sobreposição de crises (sanitária, social, econômica) decorrentes da pandemia de Covid-19.

Conceição Evaristo se juntou virtualmente a Vera Eunice de Jesus, professora e poeta, filha e zeladora da obra e da memória de Carolina, num encontro organizado pela Flup. Foi a primeira edição digital da Festa Literária das Periferias, que tira leitores e autores de onde o mercado editorial só via descampados. Do mesmo território brotou Carolina. Os 60 anos de "Quarto de despejo – Diário de uma favelada" viraram tema do evento que, desamarrado da agenda presencial no Rio de Janeiro, ganhou o país. De todas as unidades da Federação, à exceção de Alagoas, mulheres negras, 485 ao todo, se inscreveram em forma de carta à autora para participar do ciclo de formação do qual sairá, ano que vem, a versão Século XXI da obra.



OLIVEIRA, Flávia. Aos 60 anos atualíssimo. O Globo, Rio de Janeiro, 15 mai. 2020. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinio/aos-60-anos-atualissimo-24427534>>. Acesso em: 13 jun. 2020

ANEXO C – Concursos de redações referente ao tema “Quarto de despejo: diário de uma favelada”

Ano 1960 | Edição 32031 (1)

O NOSSO CONCURSO

Para nosso concurso permanente “O Melhor Julgador” estamos recebendo até o dia 8 de setembro próximo, comentários sobre o livro “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus.

Os comentários poderão ter no máximo, uma e meia páginas datilografadas a espaço duplo. Acabamos de receber da Livraria Francisco Alves, os livros que constituirão o novo prêmio - que são os seguintes: — “A Tecelã do silêncio” de Walter José Paé; “Poesias” de Olavo Bilac; “Os Pais da República”, de Feliciano da Silva; “A Procissão e os Porcos” de Jorge Medauar.

“BOLA DE LUZ”

As Edições Autores Reunidos entregaram às livrarias o novo livro de Cid Franco, “Bola de Luz”.

É uma história interessantíssima, em que o sobrenatural se liga à realidade, despertando com isso o interesse do leitor, jovem ou adulto. No livro, os animais dominam o mundo e, no caso particular de uma fazenda, onde se desenvolve o entretido, vingam-se dos maus tratos recebidos, transmitindo, desse modo, ao homem, paradoxalmente uma elevada lição de humanidade.

O livro do Sr. Hernani Donato me transportou de novo a uma fase de minha vida que, em vão, tento esquecer, e tem acima de tudo, o mérito de dignificar a nossa literatura, colocando-a no seu verdadeiro papel de mostrar o Brasil aos brasileiros, com crueza e verdade, embora interesses ocultos tenham tentado, até agora, esconder aos olhos do mundo àquele espetáculo degradante da cobiça de alguns e do sacrifício de muitos, que para lá são atraídos pela ilusão da fortuna e lá morrem sob o péso desumano do trabalho torpemente explorado.

Eu posso afirmar lendo o livro do Sr. Hernani Donato que tudo aquilo é verdade verdadeira. Posso até parodiar Gonçalves Dias e exclamar: “Guerreiros, eu vi!”

Endereço para correspondência: Rua Sete de Abril, 277, 7.º andar, conj. B

SILVA, Walter Nogueira da. O nosso concurso. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32031, 27 ago. 1960. Plataforma de Espera, p. 3.

Flup
@FlupRJ

Página inicial
Loja
Publicações
Eventos
Avaliações
Vídeos
Fotos
Sobre
Comunidade
Grupos
Patrocínio

[Criar uma Página](#)

Flup
11 de maio às 11:42

"Nunca foi tão difícil fazer essas escolhas, que as anunciamos com um misto de felicidade e tristeza. A felicidade, óbvia, pelas 210 mulheres que poderão participar do processo formativo que iniciamos nesta terça-feira, que se estenderá pelas próximas 14 semanas com dois encontros semanais. Mas foi torturante não poder incluir as outras quase 300 inscritas espalhadas por todo esse país, que também fazem parte de uma potente geração de mulheres negras que tiraram proveito das ações afirmativas da Era Lula e estão reinventando o Brasil.

Das 485 inscrições, não menos que 38,5% ostentavam o título de mestra ou doutora e 41,4% tinham curso superior completo. Muitas delas fazem um relevante trabalho de formação de leitores usando os textos de Carolina Maria de Jesus.

Ainda que não possamos contar com o calor e a energia da presença física dessas potentes mulheres, fazer o processo on-line nos trouxe a possibilidade de ampliar nosso diálogo para quase todo o país - única exceção foi o estado de Alagoas. Também nos acompanharão mulheres africanas e uma francesa, o que é bastante revelador do quão acertada foi nossa escolha de dialogar com o legado de Carolina Maria de Jesus ao longo de 2020. As cartas que essas mulheres mandaram para Carolina representam um capítulo à parte desse processo de inscrição, cuja leitura pretendemos incorporar aos encontros inaugurados nesta terça-feira por Conceição Evaristo e Vera Eunice.

Temos certeza de que o livro resultante deste processo não apenas revelará o óbvio ululante - estamos no limiar de uma geração de escritoras da envergadura de uma Djamila Ribeiro, de uma Conceição Evaristo, de uma Eliana Alves Cruz. Os passos, que vieram de longe, irão ainda mais além. Quem viver (ou sobreviver) verá."

Julio Ludemir
Diretor da Flup - Festa Literária das Periferias

Campanha realizada pela Flup em comemoração aos 60 anos de publicação do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, no qual foram selecionadas 210 cartas destinadas a autora Carolina Maria de Jesus, 2020.

Seleção de cartas para o projeto “Uma revolução chamada Carolina – 60 anos de ‘Quarto de despejo’”. **FLUP-RJ Online**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/FlupRJ/?hc_ref=ARQoxoLxLM5s8AQGi396hLqw6QZdLxtCU2ibm2Zj53axk7hpoCoKIQxeLTiCkJ2CfbY&fref=nf&__tn__=kC-R>. Acesso em: 26 mai. 2020.

ANEXO D – Outras contribuições de Carolina Maria de Jesus

CAROLINA MARIA DE JESUS ESCREVE PARA "QUATRO RODAS"!

Carolina Maria de Jesus, a escritora favelada autora do comentadíssimo best-seller "Quarto de Despejo", publica a sua primeira colaboração para a imprensa.

A revista "Quatro Rodas" conseguiu essa primazia apresentando, no número 4, "A primeira vez que fui a Santos". Escrito com a mesma simplicidade de estilo de "Quarto de Despejo" e como este repassado de uma poesia profundamente humana, "A primeira vez que fui a Santos" tem ainda um outro grande valor: é uma das primeiras sensações de vida nova de Carolina, livre da fome e da favela.

Falando de si, ao falar dos filhos, Carolina escreve "Eles são fanáticos por automóveis e ficam contentes quando estão dentro de um carro. A sensação é diferente das viagens nos carros de preso. Nos carros de preso eles choravam. Agora vão sorindo".

"Quatro Rodas" n. 4 apresenta tudo sobre o exame psicotécnico, o quase-tabu responsável por duas greves consecutivas dos motoristas de praça de São Paulo. "Quatro Rodas" põe as coisas nos devidos lugares e mostra porque o Exame Psicotécnico, além de não ser o "bicho papão" que muitos temem, é um benefício para todos os motoristas e... para os pedestres também.

Publica mais uma "viagem" de "Quatro Rodas", com informações completas sobre hotéis, menus e preços de restaurantes, postos de abastecimento, borracheiros. Todos os detalhes da estrada, de Rio a Campos e de Campos a Vitória.

Carolina Maria de Jesus escreve para "Quatro Rodas!". **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 32097, 13 nov. 1960. Segundo Caderno, p. 2.

NÚMERO 240 ★ O SEMANÁRIO ★ ANO V ● de Dezembro de 1960 ●

O Colono E O Fazendeiro

Por CAROLINA MARIA DE JESUS

O poema que se vai ler, oferecido por Carolina Maria de Jesus a Juscelino Finamor, foi enviado à autora de "China sem murallas" e "Corda sem pau" com antecedência para O SEMANÁRIO, que abre com prazer suas colunas à remanescência de "Quarto de Despejo", cuja vela poética, como se verá, transborda também daquela vigorosa seiva popular que palpita na sua pungente descrição da vida das nossas favelas.

Diz o brasileiro
Que acabou a economiã
Colono usa o ano inteiro
E nemca tem um bustão.

Se o colono está doente
E' preciso trabalhar
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Chega a roça. O sol nasce
Cada um na sua herba.
Quando é para comer
Só feijão e farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação.
Caene não pode comprar
Pra não dever ao patrão.

Fazendeiro ao fim do mês
Dá um vale de cem mil réis.
Artigo que conta seis
Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro
E trabalha todo dia!
O pobre não tem siguro
Nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade
A vida inteira no mato
E não tem sociedade.
Onde está o seu sindicato?

Ele passa o ano inteiro
Trabalhando. Que grande!
Enriquece o fazendeiro
E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
Não fiques na minha fazenda
Colono tem que mudar
Pois não há quem o defenda.

Trabalha o ano inteiro
No Natal, não tem alone.
Percebi que o fazendeiro
Não dá valor ao colono.

Colono quer estudar.
Inveja o saber do patrão
Mas é escravo. Tem que esconar.
Não pode realizar a vocação.

Carolina
o fazendeiro não permite o nome do campo.

JESUS, Carolina Maria de. O Colono e o Fazendeiro. **O Semanário**, Rio De Janeiro, n. 240, 10 a 17 dez. 1960. Segundo Caderno, p. 3.

ANEXO E – Preconceitos sofridos por Carolina Maria de Jesus

Ano 1960|Edição 02278 (1)

BRASIL PRODUZ URÂNIO BARATO E ENRIQUECIDO

O Brasil é um dos três únicos países do mundo que possuem um centrifugador de gás para produzir urânio enriquecido a baixo preço. Este método, que torna possível a praticamente qualquer país fazer a sua bomba atômica, é agora um segredo do governo alemão. Um segredo de polichinelo.

O cientista alemão Wilhelm Groth foi quem descobriu o método científico de produção a baixo custo do urânio enriquecido. A instalação necessária custa apenas 300 mil cruzados.

Em face do baixo preço o governo americano pediu segredo ao governo alemão. O escritório de patentes da Assembléia Federal classificou imediatamente o processo como secreto, ordenando "o mais absoluto segredo" sobre os detalhes de fabricação da instalação, para evitar que eles possam ser copiados por muitos técnicos estrangeiros.

Numa entrevista à Associated Press Groth informou no entanto:

... Já fiz inúmeras conferências: lá distribuí centenas de opúsculos sobre a instalação; lá foram vendidos três milhões (duas no Brasil e um aos Estados Unidos); nunca o governo pediu segredo. Agora eu acho difícil.

Segundo Groth, "se agora o governo in-

CAROLINA VAI PROCESSAR O "TIME" POR CAUSA DA NOTA

Carolina de Jesus, a es-favelada autora de "Quarto de Despejo" (um dos li-vros mais vendidos no Bra-sil atualmente), vai pro-cessar o reporter David Saint-Clair, da revista "Time". Carolina já tem advoga-do, que acusa a nota de "Time" de ser "altamente injuriosa". Segundo Caro-lina, a notícia atenta con-tra a moral" (ela) e re-fer-se em termos desprestigiados aos brasileiros em geral". Diz ela que David Saint-Clair, ou o "Time", os os dois, desvirtuaram "certas passagens do li-vro", que sairá agora em terceira edição (num total de 30 mil exemplares, tan-to quanto vendas "Lolita", a grande venda do ano).

Em resumo, a nota do "Time" diz:

- 1) que Carolina é uma preta alta, com três filhas ilegítimas, de três pais diferentes;
- 2) que ela vivia entre pessoas barulhentas e que só pensavam em sexo;
- 3) que começou a es-crever o seu diário para que "os animais com os quais era obrigada a viver" não fossem esquecidos;
- 4) que, depois de escre-ver o livro, e que ela con-ter a comer três vezes ao dia;
- 5) que as favelas são cidades isoladas, misterio-samente vivas, mas onde é melhor não ir;

SILÊNCIO NO MUNDO COMUNISTA NA DATA DA EXECUÇÃO DE RAJK

De David Floyd, exclusivo para a TRIBUNA DA IMPRENSA

Essas lágrimas de crocodilo derramadas sobre homens que eles haviam assassinado a sangue frio, deixaram Rakosi e sua camarilha numa situação ridícula. Tudo o que fizeram, a partir dessa data, indicava que eles estavam amedrontados. O povo húngaro percebeu-o logo. Não é que os húngaros dessem mais importância à memória de Rajk do que à presença de Rakosi. Es-

Carolina vai processar o "Time" por causa da nota. Tribuna da Imprensa, Rio De Janeiro, 2278 ed., 25 out. 1960.

PAGINA 8 ●

Letras e Artes

Despêjo

Carolina Maria de Jesus, preta, favelada, escreveu um diário. Um repórter descobriu Carolina: era assunto. Carolina passou às páginas de uma revista ilustrada. Daí, passou à categoria de autora. Carolina passou, desde então, a ser figura notória, discutida, elogiada, e até vendeu muitos livros, em tarde de autógrafos numa livraria paulista. Os colonistas sociais e literários, nesse hermafroditismo a que já nos acostumamos, estão preocupados com o caso de Carolina, e falam em Graciliano Ramos, Lima Barreto, e outros. Uns chegam mesmo a citar Flaubert e Zola. Ora, Carolina é uma preta, com metade do curso primário, que deixou registradas impressões de sua vida numa favela paulista. Seu livro é um documentário, portanto; não pertence

co à literatura. O interesse por ele deriva de uma falsa piedade, que se volta para o caso particular de Carolina, que vê os aspectos pitorescos da favela, e que deixa, com o exemplo isolado, uma perspectiva para o favelado. A sociedade que gerou a favela, assim, pretende, consciente ou inconscientemente, demonstrar que basta um esforçozinho e a pessoa se livra da favela e até pode alcançar a celebridade, isto é, a sociedade é boa, a favela é que é má. Carolina Maria de Jesus não é uma operária. Conforme conta, viveu na favela mantendo-se, e aos filhos, catando papéis velhos e utilizando outros recursos. Seu livro, assim, não reflete de maneira alguma o sentimento operário. Merece atenção, sem dúvida, como documento de uma época, — e mais nada.

Despêjo. O Semanário, Rio De Janeiro, n. 227, 17 a 23 set. 1960. Letras e Artes, p. 8.

Feira. 24 de Outubro de 1960 PAGINA 7

SÃO PAULO, 24 (UH) —
 «Vou processar o jornalista do «Time», David St. Clair, pelos disparates que escreveu em sua reportagem para os americanos», disse Carolina Maria de Jesus, famosa autora de «Quarto de Despejo», em carta dirigida a UH. Acrescenta ainda que o referido repórter é «pretencioso, prepotente e pernóstico» e que as pessoas que leram seu artigo e a conhecem ficaram horrorizadas porque o texto não condiz com seu caráter. «Os norte-americanos estão habituados a ferir a sensibilidade dos pretos», comenta.

Não Prova
 Em sua carta, escrita a mão, em três laudas, diz Carolina textualmente: «Lendo a reportagem que o jornalista dos

**CAROLINA DE JESUS
 PROCESSARÁ «TIMES»**

Estados Unidos fez para mim, fiquei horrorizada com os disparates que ele escreveu. Ele disse que eu tive mais de 30 empregos e que eu não parava nos empregos porque saía a noite para dormir com os homens. Ele mentiu e não pode provar o que escreveu». Diz então que saía à noite para ir as redações de jornais principalmente no «O Disl,

onde bons amigos como Chico Sá lhe ensinavam o português. Saía muito também para ir aos teatros, pois gosto do drama».

Não Admite
 — «O que não admito é que um jornalista estrangeiro venha me atacar e diminuir, visando minha moral — continua. — E sabido que os norte-

americanos não gostam das pretas e quando escrevem sobre elas é para diminuí-las».

Conta seu encontro com David St. Clair, que esteve na favela, almoçou com ela, indo depois até sua nova residência, em Osasco, onde teve em mãos todos seus originais. E acrescenta a autora de «Quarto de Despejo»:

— «Ele me disse que ia para os E.E.U.U. ver sua mãe e que quando voltasse, se eu tivesse novo livro com sucesso maior, me levaria para lá também. Pretendo recusar este convite, porque não gosto dos norte-americanos. Acho-os desumanos demais». Carolina está tratando de arruinar advogado que leve sua causa para a frente.

Carolina de Jesus processará «Times». **Última Hora**, Rio De Janeiro, n. 3170, p. 7, 24 out. 1960.

**AUTORES DARÃO
 AUTÓGRAFOS**

Num ambiente de feira medieval, com tendas normandas servindo de bancas, os grandes nomes da literatura estarão autografando seus livros no próximo dia 16 de novembro, no Conjunto Nacional. A noite dos autógrafos será em benefício do «Lar Escola São Francisco» e estarão presentes entre outros autores: Jorge Amago, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Marques Rebello, Paulo Bonfim Menotti Del Prechia, Cândido Motta Filho, Mario Donato, Barbosa Lessa, Jorge Medaur, Hernani Donato, Fernando Goes, Jamil Almansur Haddad, Mário da Silva Brito e a escritora favelada Carolina Maria de Jesus.

Autores darão autógrafos. **Tribuna da Imprensa**, Rio De Janeiro, n. 2281, p. 5, 28 out. 1960.

ANEXO F – Interesse norte-americano na filmagem da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.



Americanos querem filmar “Quarto de despejo”. **Gazeta de Santo Amaro**, São Paulo, p. 6, 13 nov. 1976.



Americanos querem filmar “Quarto de despejo”. **Gazeta de Santo Amaro**, São Paulo, p. 9, 13 nov. 1976.

ANEXO G – Roteiro De Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTAS**ENTREVISTADA**

- Faixa etária:
- Tempo de contratação:
- Setor de atuação ou que atuou:
- Perfil acadêmico:

QUESTIONÁRIO

Colonialidade Do Poder	1 - Como é ser uma mulher negra numa empresa multinacional? Sente-se reconhecida pelo seu trabalho? Como? Aproximadamente, quantas mulheres negras são contratadas na empresa em que trabalha?
Interseccionalidade / Colonialidade Do Gênero	2 - A desigualdade por gênero e raça é ainda muito latente no mercado de trabalho. Neste caso, percebe alguma política de diversidade na empresa que trabalha, que demonstre visibilidade da mulher negra? Descreva-a.
Teto De Vidro	3 - Consegue perceber a ascensão das mulheres à cargos estratégicos na organização que trabalha? E de mulheres negras? Caso não, o que definiria essa dificuldade e/ou impossibilidade?
Interseccionalidade / Colonialidade Do Gênero	4 - Ser uma mulher negra que teve acesso à educação desperta, na maioria das vezes, olhares, comentários e até um tratamento singular. Em algum momento, percebeu manifestações, mesmo que subliminares, de racismo, de sexismo, de diferenças de classe? Caso sim, descreva-a (s). Como fez para subverter tal situação?
Decolonialidade	5 - Mesmo vencendo muitas dificuldades e conquistando oportunidades antes tão impossíveis como acesso à educação e ao mercado de trabalho, que não fosse o estereotipado, como doméstica e babá, já sofreu comentários indelicados quanto as suas origens (periférica / comunidade / cidades muito distantes). Já percebeu esse tipo discriminação na organização que trabalha? Como foi?
Lugar Epistêmico e Lugar Social	6 - É possível perceber, na empresa que trabalha, que as mulheres negras conseguem ter seus espaços de fala, ou seja, elas conseguem se expressarem, ser ouvidas e ser visíveis em meio a toda organização? Caso sim, qual (is) circunstância (s) conseguiu perceber?
Colonialidade Do Ser	7 - Infelizmente, a discriminação racial ainda permanece em nossa sociedade inferiorizando física e psicologicamente a população negra. Em algum momento já identificou comentários ou insinuações racistas / preconceituosas quanto as suas características físicas (cor de pele, cabelo...)? Caso sim, foram muitas situações? Poderia comentar?
Colonialidade Do Ser	8 - O assédio no ambiente de trabalho é mais recorrente entre as mulheres, conforme estereótipo sexualizado na figura feminina historicamente. Quando este assunto é relacionado a mulher negra identificamos que a vulnerabilidade é ainda maior. Acredita que ainda seja assim? Já vivenciou ou observou uma situação de assédio? Poderia descreve-la?